

“As pombas vêm, comem o milho e voltam”

Enedina Sarlete Ventura

“As pombas vêm, comem o milho e voltam”:
Entre o real e o imaginário, a atuação de Franklin
Cascaes na Escola Industrial de Santa Catarina -
1941 a 1970
Enedina Sarlete Ventura

O presente trabalho apresenta uma análise dos documentos funcionais do professor Franklin Joaquim Cascaes, pela perspectiva da documentação museológica, tecendo a memória do professor Franklin Joaquim Cascaes no período de 1941-1970, na Escola Industrial de Florianópolis Santa Catarina, hoje Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC, através das cópias doadas ao Memorial MIFSC-CF. São abordados os principais assuntos numa sequência histórica dos documentos funcionais tendo como aporte também os documentos do Arquivo Permanente.

Orientadora:
Renata Cardozo Padilha

Ilha de Santa Catarina, 2019

Enedina Sarlete Ventura

**“AS POMBAS VÊM, COMEM O MILHO E VOLTAM”:
ENTRE O REAL E O IMAGINÁRIO, A ATUAÇÃO DE
FRANKLIN CASCAES NA ESCOLA INDUSTRIAL DE SANTA
CATARINA - 1941 A 1970**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
do Curso de Graduação em Museologia
do Centro de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito para a
obtenção do Título de Bacharel em
Museologia.

Orientadora: Prof^a Renata Cardozo
Padilha

Ilha de Santa Catarina
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC

Ventura, Enedina Sarlete
"AS POMBAS VÊM, COMEM O MILHO E VOLTAM" : Entre o Real e o Imaginário, a atuação de Franklin Cascaes na Escola Industrial de Santa Catarina - 1941 a 1970 / Enedina Sarlete Ventura ; orientadora, Renata Cardozo Padilha, 2019.
146 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Museologia, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Museologia. 2. Franklin Cascaes. 3. Documentos Funcionais e documentação museológica. 4. Musealização. 5. Memória. I. Padilha, Renata Cardozo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Museologia. III. Título.

Enedina Sarlete Ventura

**“AS POMBAS VÊM, COMEM O MILHO E VOLTAM”:
ENTRE O REAL E O IMAGINÁRIO, A ATUAÇÃO DE
FRANKLIN CASCAES NA ESCOLA INDUSTRIAL DE SANTA
CATARINA - 1941 A 1970**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Museologia e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Museologia.

Florianópolis, 13 de junho de 2019.

Prof.^a Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes, Dra.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Renata Cardozo Padilha, Dra.
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Letícia Borges Nedel, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Somos todos Eternos na memória dos
que nesse mundo ficam.
Dedico a minha família e, em memória
da Duda.

AGRADECIMENTO

Agradeço a oportunidade em realizar este trabalho a professora Renata Padilha que foi minha primeira e querida professora, através dela que conheci e aprendi o que era a Museologia, e por ter aceitado em ser minha Orientadora, respeitando os momentos de desespero. Agradeço também à professora Thainá Castro por me orientar em minha pesquisa durante o Estágio Obrigatório, e mesmo achando que os documentos tinham mais a ver com pesquisa arquivista me incentivou. Agradeço de coração a participação das professoras Thainá Castro e a Professora Letícia Nedel, por terem gentilmente aceitado o convite para fazer parte da banca. À professora e Coordenadora do Projeto Memorial MIFSC-CF, Rosana Dias do Nascimento pelo incentivo e orientação sobre a parte documental e de como utilizar essa pesquisa para o TCC, também agradeço ao Coordenador do MIFSC-CF, Vice-Diretor Marcos Neves por seu apoio e confiança, aos servidores do Arquivo Permanente, ao Caio Martins e Rosana Garcia e a todos os demais que me receberam e me auxiliaram durante a pesquisa no IFSC. Ao fotógrafo Sérgio Vignes por confirmar a autoria das fotos e pela confiança por ter me enviando seus registros fotográficos sobre Franklin Cascaes e principalmente por me conceder horas de seu tempo para entre um café e outro inspirar o título desse trabalho. Não sei por quem continuo, pois todos da minha família são pessoas queridas e importantes na minha vida e nessa jornada. Primeiro vou dizer que sem meu coração, meu companheiro em todos os momentos, Marcelo Di Clarice não teria concretizado um sonho com recheio de pesadelo, o qual ele transformou em doçura molhada de cerveja, provocando minha inspiração; à minha filha Maíra que é meu suporte técnico emocional e que me fez acreditar que poderia ir pra uma Universidade e que com sua competência e paciência arrumou tempo em meio a todos os seus problemas e compromissos, sem ela não teria estrutura para continuar; meu filho, meu sempre amigo Murian por entender a minha ausência e me apoiar não me deixando desistir; meu filho Mark mesmo distante sei que fala com orgulho de ter uma mãe estudante; meu neto Kaleo por todos os momentos criativos em que me fez relaxar, correr e dar risadas com sua sabedoria infantil; ao Bida pelo incentivo; não poderia esquecer a Pimenta nossa companheira que me dá o alerta do tempo com seus miados insistentes, amo vocês. Agradeço imensamente à Duda, *in memoriam*, minha querida amiga e parceira de tantos momentos alegres e tristes. Admiro minha sobrinha Camila por sua luta, me dando exemplo de força e não me deixando desistir com seu

exemplo, a minha amiga Patrícia Fontana que muito me ensinou a qual admiro por sua garra e competência. Aninha, Ana Julia que conheci menina, hoje mulher que muito me inspirou, aos parceiros e amigos Sonia e Eugênio; Leticia Félix pelo apoio durante a pesquisa, Paula, Chris Coelho, Elisa Schemes, Aghata Tomaz, Teresinha e a todos, não menos importantes que confiaram nesse trabalho. Agradeço a minha recente amiga e conservadora, competente profissional que muito admiro Sara Fermiano pelos ensinamentos e a ACCR. A outros professores que durante minha jornada acreditaram e me apoiaram e mesmo a aqueles que desacreditaram pois isso de certa forma me fez superar e demonstrar que não existe gênero, etnia, classe social ou idade que indique a capacidade de estudar, pensar sociologicamente e diria museologicamente.

A verdadeira imagem do passado perpassa,
veloz. O passado só se deixa fixar como
imagem que relampeja irreversivelmente,
no momento em que é reconhecido.
(Walter Benjamin)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar informações sobre os documentos funcionais do professor Franklin Joaquim Cascaes, pela perspectiva da documentação museológica, tecendo a memória do professor Franklin Joaquim Cascaes no período de 1941-1970, na Escola Industrial de Florianópolis Santa Catarina, hoje Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC, através das cópias doadas ao Memorial MIFSC-CF. Para tanto os objetivos específicos visam identificar, sistematizar e discutir os principais assuntos que envolveram a sua carreira de professor, por meio do processo de musealização e, conseqüentemente, formalizar a documentação museológica. Portanto, serão abordados os principais assuntos numa seqüência histórica dos documentos funcionais tendo como aporte também os documentos do Arquivo Permanente. Como metodologia foi utilizada uma abordagem qualitativa; do ponto de vista dos objetivos é uma pesquisa exploratória que, como procedimentos técnicos, adota a pesquisa documental. Essa ação teve como intuito contribuir e dar continuidade no processo de documentação museológica no acervo do MIFSC-CF. As considerações finais abordam a necessidade de preservar os documentos para futuras pesquisas, concluindo que a musealização e a documentação museológica dentro do museu tem prioridade e importância para salvaguardar esses documentos que versam sobre a notoriedade da pessoa de Franklin Joaquim Cascaes, pois o homem não está desvinculado da sua criação, elegendo também essa memória e a história da sua trajetória docente.

Palavras-Chave: Documentos Funcionais. Musealização. Documentação Museológica. Preservação. Memória.

ABSTRACT

The present work has as general objective to analyze information on the functional documents of teacher Franklin Joaquim Cascaes, from the perspective of the museological documentation, weaving the memory of teacher Franklin Joaquim Cascaes in the period of 1941-1970, at the Industrial School of Florianópolis Santa Catarina, now Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, through copies donated to the MIFSC-CF Memorial. For this purpose, the specific objectives are to identify, systematize and discuss the main subjects that involved his teaching career, through the process of musealization and, consequently, to formalize the museological documentation. Therefore, the main subjects will be approached in a historical sequence of the functional documents, as well as the documents of the Permanent Archive. As a methodology, a qualitative approach was used; from the point of view of the objectives is an exploratory research that, like technical procedures, adopts documentary research. The purpose of this action was to contribute and continue the process of museum documentation in the MIFSC-CF collection. The final considerations address the need to preserve the documents for future research, concluding that musealization and museum documentation within the museum have priority and importance in safeguarding those documents that deal with the notoriety of the person of Franklin Joaquim Cascaes, since man is not dissociated from its creation, also choosing this memory and the history of its teaching trajectory.

Keywords: Functional Documents. Musealization. Museological Documentation. Preservation. Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “M’Boytatá” – Desenho a nanquim de Cascaes.	30
Figura 2 – Professor Franklin Cascaes, realizando acabamento na escultura “O Violinista do Divino”	33
Figura 3 – Diploma de folclorista - Conselho Estadual de Cultura Florianópolis (1976).	36
Figura 4 – Professor com seus netos Raquel e Dudu.	38
Figura 5 – Franklin Joaquim Cascaes, professor da Escola Industrial de Florianópolis.....	39
Figura 6 – Registros fotográficos das sedes ao longo dos anos.....	42
Figura 7 – Logo do site do Memorial do IFSC	43
Figura 8 – Banner de entrada do MIFSC-CF.	45
Figura 9 – Interior do Memorial: máquinas da antiga oficina de tipografia e máquina de datilografia.	46
Figura 10 – Interior do Memorial: mobiliário da Tipografia.....	47
Figura 11 – Interior do Memorial: tela a óleo do presidente Nilo Peçanha (Patrono das Escolas Técnicas) obra do pintor Estanislau Traple de 1943- mesa de gabinete do Diretor. ...	48
Figura 12 – Vitrine “3”: exposição no MIFSC-CF.	49
Figura 13 – professor Franklin J. Cascaes Industrial esculpindo a figura do M’BoyTatá, na sala de aula - Foto miniatura em exposição na vitrine “3” no Memorial MIFSC-CF- sem data e sem autoria de imagem.	50
Figura 14 – Clichê M’boy-Tatá.	51
Figura 15 – Objetos expostos: Clichês.	52
Figura 16 – Exposição do Espaço Cultural Franklin Cascaes- IFSC. ...	54
Figura 17 – Planilha criada para levantamento dos documentos.....	76
Figura 18 – Imagem do livro de arrolamento do acervo MIFSC-CF. ...	77
Figura 19 – Imagem da etiqueta de numeração provisória dos objetos. 78	
Figura 20 – Imagem das etiquetas para peças de estudo e posterior aquisição.	78
Figura 21 – Modelo de planilha criado pela autora para o MIFSC.	80
Figura 22 – Planilha elaborada para o Arquivo Permanente	81
Figura 23 – Cópia da certidão de nascimento de Franklin Joaquim Cascaes.	88
Figura 24 – Recorte da Certidão de tempo de serviço na Escola Profissional Feminina.	89
Figura 25 – Recorte da certidão com a data de exoneração da Escola Profissional Feminina em 1941.	90
Figura 26 – Cópia da Portaria de Admissão (1942).	92

Figura 27 – Cópia da Portaria com a data e forma de pagamento.....	93
Figura 28 – Documento com histórico de dias de serviço da Escola Profissional Feminina.....	96
Figura 29 – Trecho do relatório de Licenças e Admissão.....	97
Figura 30 – Ofício com a qualificação Padrão “J” professor interino..	99
Figura 31 – Documento confirma o padrão pelo qual foi contratado..	100
Figura 32 – Capa da Pasta – Documentação para Posse, pasta com alteração sobre o padrão “J”.....	101
Figura 33 – Negativa sobre sua solicitação.....	103
Figura 34 – Solicitação de certificação de curso (1968).	104
Figura 35 – Designação para cargo de nível 16- classe “Z”.....	106
Figura 36 – Pedido de dispensa do cargo de Coordenador de Ensino classe “Z”.	107
Figura 37 – Requerimento sobre adicional com outra data de Admissão.	108
Figura 38 – Certidão original atestando sobre os Níveis.....	110
Figura 39 – Esclarecimento sobre o ciclo.	111
Figura 40 – Continuação do documento anterior (1964).....	112
Figura 41 – Portaria solicitando orientação para trabalhos de Páscoa.	113
Figura 42 – Ficha Funcional – frente.	115
Figura 43 – Verso da Ficha Funcional.	116
Figura 44 – Resposta do Conselho sobre a questão entre cargos, Professores Franklin e Martinho de Haro.....	119
Figura 45 – Detalhe do documento onde consta o processo 234.577/70 ao qual se refere.....	123
Figura 46 – Recorte do documento, requerimento constatando que estava no nível “22”.	124
Figura 47 – Comprovação de níveis para aposentadoria.....	126
Figura 48 – Solicitação de licença médica.	127
Figura 49 – Atestado médico (1970).....	128
Figura 50 – Documento de Aposentadoria: Certidão e Histórico.	130
Figura 51 – Documento de aposentadoria com a classificação de nível “19”.	131
Figura 52 – Recorte do jornal Diário Oficial sobre a Aposentadoria..	132

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	22
1.2	OBJETIVOS.....	24
1.2.1	Objetivo geral	24
1.2.2	Objetivos específicos.....	24
1.3	METODOLOGIA.....	24
1.4	JUSTIFICATIVAS.....	25
2	ERA UMA VEZ O ARTISTA E O PROFESSOR SILENCIADO	29
2.1	CONTEXTO HISTÓRICO: O FOLCLORISTA/ARTISTA VERSUS O PROFESSOR/ INSTITUIÇÃO	29
2.2	A HISTÓRIA DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA E A CRIAÇÃO DO MEMORIAL.....	40
3	DOCUMENTOS AO VENTO: UM OLHAR MUSEOLÓGICO	57
4	RENASCENDO O PROFESSOR FRANKLIN JOAQUIM CASCAES ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS FUNCIONAIS	73
4.1	A PESQUISA E OS DOCUMENTOS.....	73
4.2	O DOCUMENTO COMO MEMÓRIA: A TRAJETÓRIA DO PROFESSOR FRANKLIN JOAQUIM CASCAES NA INSTITUIÇÃO.....	86
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS	139

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surgiu durante o Estágio Obrigatório no espaço do Memorial, do Instituto Federal de Santa Catarina IFSC (MIFSC-CF), quando foi verificada a existência dos documentos funcionais do professor Franklin Joaquim Cascaes, do período em que atuou na instituição quando era Escola Industrial de Santa Catarina (de 1941 a 1970), documentos esses que foram copiados e doados por um servidor do Arquivo Permanente do IFSC para o Memorial MIFSC-CF. Nesse período, foram analisados dentre os objetos doados e que estavam sem numeração provisória, o que era ou não acervo do MIFSC-CF, pois havia uma preocupação quanto ao destino dos documentos funcionais do professor. O objetivo principal do estágio foi realizar a primeira etapa do arrolamento em caráter museológico, após verificar a quantidade de documentos em cada uma das pastas do acervo no MIFSC-CF, mas também os documentos originais e cópias do Arquivo Permanente. Os documentos funcionais que se encontram no Arquivo Permanente, já haviam sido pesquisados, e referenciados em Trabalhos Acadêmicos, portanto, pode-se afirmar que há interesse por parte da comunidade científica. Abracei a pesquisa com uma missão que se mostrou muito mais complexa do que havia imaginado.

Ao iniciar a análise foi possível comprovar que os documentos das pastas que estavam no Arquivo Permanente não correspondiam aos que estavam no MIFSC-CF, incluindo uma ficha funcional¹ com foto 3x4, única foto de registro documental, onde consta que Cascaes tinha feito outros cursos, dentre eles, um curso de Museologia. No início, os documentos foram fotografados e arrolados, em torno de 110 folhas em 6 pastas no Memorial e 208 folhas em 12 pastas no Arquivo Permanente. Essa pesquisa inicial estendeu-se ao Laboratório de Imagem e Oralidade Franklin Cascaes (LIO) onde foram arroladas também fotografias e conferidas autorias das mesmas – parte não aprofundada neste trabalho – além de conversas informais no Campus com servidores e aposentados.

A elaboração e análise da planilha, assim como os materiais dos locais pesquisados, deram margem para um desafio: delimitar quais caminhos tomar para o Trabalho de Conclusão de Curso. Com o desafio lançado o próximo passo foi estabelecer um recorte e uma problemática para gerar uma documentação museológica. A seguir, buscar compreender por que eles eram ou se tornaram especiais, a ponto de serem musealizados e preservados como acervo, e não somente guardados

¹ A ficha citada será melhor apresentada no subcapítulo 4.2

como documentos de arquivo, dando início a numeração provisória da documentação museológica.

Para que possamos compreender o papel da Documentação Museológica será preciso considerar antes de tudo, do que ela trata. Afinal, além da Museologia, a documentação de acervos é algo comum a outras disciplinas tais como a Biblioteconomia e a Arquivologia. (BOTALLO, 2010, p. 50).

Documentos antigos bidimensionais escritos, administrativos ou não, cujo valor de antiguidade se sobrepõe ao conteúdo informativo, têm seu valor nos Arquivos e Bibliotecas, podendo ter destaques em exposição por sua história e passagem pelo tempo, que os legitima. A preservação, a investigação e a comunicação se fazem presentes nas áreas da museologia, mas, também, na Biblioteconomia e na Arquivologia, o ponto em comum está em manter o equilíbrio entre essas três (ARAÚJO, 2013). Todas essas áreas passam por problemas de definições e redefinições de fronteiras, estando em constante reorganização dos seus objetos de estudo. Chagas (1996a, p. 50), constata que

no campo da documentação esta mestiçagem tem sua presença confirmada. A museologia, a arquivologia e a biblioteconomia são áreas vocacionadas para a interdisciplinaridade e estão muito distantes de se constituírem em disciplinas “puras”.

Assim sendo, é possível refletir se estes documentos funcionais também podem entrar no museu, tendo em vista sua raridade. Por serem únicos e específicos da trajetória de Cascaes como professor, passam a ter novos significados, pensando que o sujeito é um só, mas o papel do testemunho e olhares de estudiosos e escritores, que necessitam de subsídios para suas pesquisas deve ser levado em consideração. Analisando Chagas (2002, p. 138), quando se refere às ações de preservação,

de outro modo: excluindo os aspectos involuntários todas as ações de preservação, musealização e memorização estão ao serviço de determinados sujeitos, o que equivale a dizer que elas ocorrem como um ato de vontade, ou como um ato de poder.

A musealização, segundo Brulon (2017, p. 412, grifos do autor), tem sua primeira interpretação a partir de Stránský:

O conceito de musealidade (“muzealita”, em tcheco), como a “qualidade” ou o “valor” dos musealia, (“muzeálie”), aparece na obra de Stránský em 1970, sendo então, defendido como o verdadeiro objeto de interesse da Museologia. O termo foi cunhado por Stránský a partir do latim na metade dos anos 1960 e passou a ser aprimorado em sua obra desde então, designando o objeto de museu que, segundo ele, não é a mesma coisa que o objeto no museu, de modo que a sua atribuição de valor está menos ligada ao seu estatuto institucional e mais determinada pelos enquadramentos sociais que lhes conferiram o estatuto museológico.

Os documentos funcionais desvelam uma história pessoal e profissional de situações vivenciadas em sua carreira, em um longo período de trinta e seis anos da sua vida como professor na Escola Industrial de Santa Catarina.

Segundo Ferrez (1991, p. 09),

na manutenção do sistema deve estar prevista a segurança da documentação. A destruição das informações, sobretudo as de natureza extrínsecas, quaisquer que sejam as causas, pode significar a perda definitiva e irreparável da história dos objetos.

Refletindo sobre essa colocação, sem uma ação preventiva não haveria garantias na manutenção desse acervo.

Ao identificar a importância e necessidade de salvaguardar e comunicar acervos que contam a história e a memória da instituição IFSC, e levando em consideração as condições precárias do espaço onde os originais estavam guardados, destaca-se a necessidade da análise dos registros da passagem do professor Franklin Joaquim Cascaes. Ressalta-se que Cascaes deveria ter em sua carreira profissional como professor a mesma valorização e preservação da história e da trajetória que o folclorista e artista Franklin Cascaes, visto que é uma figura notória importante para a comunidade escolar e da considerada Ilha da Magia, reconhecido não só no Estado de Santa Catarina, mas também no exterior pelo universo imaginário criado.

O bem cultural seja material ou imaterial está relacionado a experiência humana, através de uma aquisição crítica e reflexiva, não sendo somente um

armazenamento na memória de informações resgatadas, não é incorporado ao ser total do homem enquanto fazedor da história, como também, sua relação com a natureza e o seu mundo vivido. (NASCIMENTO, 1994, p. 35).

Para esclarecer a autoria de algumas fotos do professor Franklin Cascaes encontradas na instituição IFSC, fez-se contato com o fotógrafo Sérgio Vignes. Ao contatá-lo, ele respondeu: em se tratando de Cascaes “coincidências não existem, bruxarias sim” (informação verbal), e foi assim o primeiro contato com o fotógrafo. Vignes havia fotografado, além de alguns trabalhos, o professor com seus netos em sua residência, coletando dados para sua pesquisa em 1982, um ano antes da morte do professor Franklin Cascaes.

Durante os encontros, ele comentou que o professor, ao aceitar mais uma sessão de fotos ou ao contar mais uma história, já cansado e incomodado por não conseguir retorno financeiro e um local para suas obras, despedia-se de Vignes com a frase: “As pombas vêm comem o milho e vão embora”. Ou seja, Cascaes sentia-se, de certa forma, sem retorno de suas entrevistas e do seu legado, do qual tantos outros profissionais se beneficiavam.

O fotógrafo, relatou que ficou intrigado com essa frase e ao concluir sua pesquisa fez cópias das fotos, retornou a casa do professor e disse “As pombas vêm comem o milho e voltam”. Destaco que o título do trabalho foi inspirado na frase, já que reflete a ideia do retorno que este trabalho pretende dar a profissão de professor, ao qual Cascaes referia-se como desvalorizada e invisibilizada.

1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

No decorrer do estágio obrigatório, no primeiro semestre de 2018 identificou-se que os documentos funcionais de Franklin Cascaes estavam somente no Arquivo Permanente da instituição IFSC, encontrando-se no MIFSC-CF, apenas cópias pouco legíveis, que foram doadas por um servidor do arquivo.

Verificou-se, sobre tais documentos, conflitos entre servidores e aposentados da Instituição IFSC: enquanto uns acreditam na técnica desvinculada da memória e da história da instituição, outros querem conservar os documentos como parte da história do IFSC, e de sua memória. Esse é um desafio que o MIFSC-CF enfrenta para assegurar e preservar a história da instituição através não só dos objetos

tridimensionais, mas também dos documentos de servidores, alunos e professores que tiveram significância e notoriedade na instituição e que doam para o MIFSC-CF, seus diplomas, carteirinha de estudante certificados e fotografias do período em que estudaram ou trabalharam no IFSC. De acordo com a missão do MIFSC-CF que se compromete a preservar a memória e a história da instituição, potencializando a interação da sociedade com a produção científica, técnica, tecnológica e cultural, além dos testemunhos históricos de seus personagens.

A pesquisadora Denise Meira, professora de história aposentada do IFSC, ao realizar sua pesquisa sobre Franklin Cascaes em 2009, aponta que já havia neste período a necessidade de conservar os documentos originais que estavam num espaço inapropriado. Sobre o Arquivo Permanente do IFSC, a autora aponta que os documentos funcionais estavam: “[...] guardados numa pequena e estreita sala, com pouca ventilação, que é uma espécie de depósito de ‘coisas velhas’” (MEIRA, 2011, p. 11). Além disso, a autora relata que o local de guarda não tem nenhuma conservação e refere-se a este como: “lugar insalubre”. Afirmar que existe falta de documentos e fontes na guarda do arquivo, indicando que existem poucos documentos considerando o longo período em que Franklin Cascaes foi servidor. Ainda se referindo ao Arquivo Permanente do IFSC, relata “uma escassez aparente de fontes”, utilizando o termo, atualmente em desuso, “arquivo morto”.

Em 2017, houve uma organização e mudanças no local dos documentos no espaço do Arquivo Permanente. Servidores que ali trabalham, mesmo sem formação de arquivista, reconhecem que o local ainda é precário, com partes onde ainda chove e com forro comprometido, portanto, prejudicando a conservação dos documentos.

Além dos citados problemas de conservação, constatou-se também a falta de acesso às informações sobre a trajetória de Cascaes como servidor, como podemos observar nesse exemplo:

Teve início assim, sua vida profissional, quando foi levado à Escola de Aprendizes e Artífices de Santa Catarina por seu então diretor, Cid Rocha Amaral. Na Escola, Cascaes trabalhou e estudou e em outubro de 1941 foi contratado como professor de desenho, permanecendo até novembro de 1970, quando se aposentou. Curiosamente, existem poucos registros ou referências sobre o exercício deste ofício. (PILAR, 2016, p. 32).

Nesse contexto, após rever e reorganizar os documentos funcionais do professor Franklin Joaquim Cascaes adquiridos pelo MIFSC-CF, questiona-se: de que forma o processo de documentação museológica pode contribuir para a valorização e acesso à informação destes documentos no Memorial?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar os documentos funcionais do professor Franklin Joaquim Cascaes salvaguardados no MIFSC-CF, pela perspectiva da documentação museológica.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar os documentos funcionais de Franklin Joaquim Cascaes, no período de 1941 a 1970 em que foi professor na Escola Industrial de Florianópolis.
- Sistematizar os principais assuntos dos documentos funcionais.
- Discutir sobre os principais assuntos dos documentos funcionais do professor Franklin Joaquim Cascaes, por meio do processo de documentação museológica.

1.3 METODOLOGIA

O trabalho seguiu como referência o método de pesquisa documental com análise de conteúdo que, segundo Gil (2002), assemelha-se a pesquisa bibliográfica, diferenciando-se apenas pela natureza das fontes. A pesquisa documental trata de materiais que ainda não passaram por um tratamento de análise ou/e que ainda podem ser reformulados ou reproduzidos de acordo com os objetivos da pesquisa, como é o caso da documentação funcional de Cascaes.

Traçando um primeiro passo com a exploração das fontes documentais, tais como se aplica em outros documentos como reportagens de jornais, fotografias, documentos oficiais, entre outros, os documentos foram fotografados, analisados e comparados entre originais e cópias. A metodologia documental, segundo Gil (2002), desenvolve-se de forma muito diversificada, incluindo pesquisas elaboradas mediante

documentos de distintas naturezas, assim como aquelas que se valem das técnicas de análise de conteúdo.

Segundo Tomitch e Tumolo (2014, p. 44),

A análise do conteúdo implica uma série de passos a serem seguidos, que incluem um amplo levantamento e refinamento de dados para a seleção da amostra a ser analisada, a classificação do material selecionado em relação às categorias de análise, a exploração sistemática dos dados, e o tratamento adequado dos dados.

Sendo assim, as etapas iniciais de levantamento e refinamento foram realizadas durante o Estágio para que, nesta pesquisa de conclusão de curso, fosse possível a exploração sistemática e análise dos materiais.

1.4 JUSTIFICATIVAS

A pesquisa justifica-se pela preservação da memória e dos documentos funcionais do professor Franklin Joaquim Cascaes no MIFSC-CF. Assim, busca desvelar parte de sua vida profissional que não foi apresentada no campo da pesquisa museológica. Tendo em vista que a parte criativa de Cascaes sobre o imaginário que permeia a Ilha já é de conhecimento público, há relatos de que grande parte dessa criação foi pensada e produzida enquanto lecionava em sala de aula.

Segundo Krüger (2011, p. 23),

[...] há outros trabalhos não pertencentes ao acervo do Museu², uma vez que os trabalhos produzidos durante suas aulas na Escola Industrial de Santa Catarina eram dados pelo diretor da instituição de presente para os visitantes, ou vendidos numa feira anual.

Diante desses relatos e informações de pesquisadores, o que restou de sua memória na instituição são seus documentos e poucas fotografias, tornando-os suportes de informações, como diria Chagas (1996a, p. 42), “[...] as coisas não são documentos em seu nascedouro. As coisas são coisas”.

² A autora refere-se ao Museu de Arqueologia e Etnologia, Oswaldo Rodrigues Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina (MARQUE/UFSC).

A partir do momento em que foi aprovado um Memorial no IFSC-CF, com o objetivo de manter registrada a memória e a história da Instituição, torna-se um compromisso desta Instituição ressignificar a passagem de Cascaes, musealizando os documentos funcionais que revelam as mudanças de estrutura as quais o professor teve que se adaptar. Cabe ressaltar, que pesquisadores internos e externos do IFSC podem, a partir da organização desses documentos, encontrar dados importantes sobre a vida de Cascaes, como documentação de sua história pessoal e profissional, bem como de situações de sua carreira.

A relação entre a memória e a história do professor da Escola Industrial pode ser compreendida quando, na véspera do seu centenário de nascimento, o Jornal 'Diário Catarinense' (2007) ao traçar a sua biografia silencia a sua atuação como docente. O próprio Franklin, em entrevista concedida a Raimundo Caruso, ao narrar sua vida também esquece ou silencia o seu trabalho como professor de Desenho da Escola Industrial de Florianópolis. (MEIRA, 2009, p. 13).

Confirmar o histórico e a memória sobre a profissão docente de Franklin Cascaes, através desses documentos, é mais que um compromisso com a sociedade é um revés perante seu desencantamento como professor, pois sua atuação como docente sempre foi silenciada. Salvaguardar e documentar esse acervo é refletir sobre a pessoa e sua relação com a comunidade escolar, é uma questão de lembrar que a memória e a história não estão desvinculadas da técnica.

A perda desses documentos apagaria a memória e a história do professor Franklin Joaquim Cascaes que não está separada da sua criação artística. A vida profissional de Cascaes passou muito tempo esquecida e sem nenhum cuidado de conservação no Arquivo Permanente da Instituição em que trabalhou por mais de trinta anos, pela falta de conhecimento sobre os cuidados de conservação e preservação, visto que há somente servidores de outras áreas cuidando de documentos dentro de um arquivo, ou seja, não há profissional especializado. Esses documentos contam parte da vida do professor e devem ter valor como documento de maior importância pela sua notoriedade.

Foi uma preocupação de servidores e, portanto, da comunidade, que motivou a copiar parte dos documentos e entregar para guarda do MIFSC-CF, confiando que o memorial seria um lugar seguro, acreditando que esses documentos funcionais estariam protegidos. Desta forma, a

partir do momento em que foi lançado um olhar de valorização por parte da comunidade, constituíram-se como uma memória e uma história a ser reconhecida e preservada.

A falta de documentação do acervo acaba limitando e prejudicando todo o trabalho do (e no) museu, pois inutiliza os objetos, uma vez que não permite o acesso às informações contidas nele, e, por conseguinte, reduz sua função social e cultural dentro de uma comunidade. (PADILHA, 2014, p. 38).

A pesquisa, portanto, originou-se para salvaguardar os documentos, que adentraram ao museu como acervo. Chagas (1996a), já se referia a importância da documentação, argumentando sobre o que fazer com um objeto quando ele adentra no espaço do museu como um objeto a ser preservado, indicando que a preservação não lhe dá um caráter de documento. A preservação se justifica, mas ela é somente o primeiro passo, a documentação ainda precisa percorrer um caminho que não acaba por aí. O conceito de Nascimento (1994, p. 38) complementa a questão do objeto que: “nesta abordagem, passa do conceito de documento para ser entendido como produtor de conhecimento, não visto apenas pelas suas qualidades físicas e materiais – objeto em si”.

Assim, o Museu como meio de informação, deve responsabilizar-se e disponibilizar ferramentas de pesquisa. É de sua competência facilitar a comunicação da procedência dos objetos de suas coleções, pois documentos e memórias são indispensáveis para reescrever o passado e contar as histórias dos sujeitos.

2 ERA UMA VEZ O ARTISTA E O PROFESSOR SILENCIADO

O presente capítulo apresenta um relato sobre o artista, folclorista Franklin Cascaes – o bruxo Seu Francolino, como ficou conhecido na ilha de Santa Catarina. Vale salientar que o relato não irá se ater a datas ou eventos, mas a pontos que envolvem outras questões sociais. Também introduz, em consequência, a figura do professor, foco deste trabalho. Em seguida, contextualiza a instituição onde Cascaes atuou como professor, e o Memorial da Instituição cujos documentos funcionais analisados para a presente pesquisa estão salvaguardados.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO: O FOLCLORISTA/ARTISTA VERSUS O PROFESSOR/ INSTITUIÇÃO

Franklin Joaquim Cascaes nasceu em 16 de outubro de 1908 em Itaguaçu, quando ainda pertencia ao município de São José “da Terra Firme” (SC), filho de Serafim Cascaes e Maria Catarina Cascaes. Filho mais velho entre 12 irmãos, aprendeu desde pequeno os afazeres que garantiam o sustento da família. Além de lidar com o engenho de açúcar e de farinha de mandioca existente na propriedade, sabia fazer balaio, tipitis, cordas de cipó, cercas de bambu, remos, gererés, tarrafas.

Mas, entre todas as atividades e conhecimentos que dominava, o que mais gostava de fazer era rabiscar desenhos usando carvão, ou moldar bonecos inspirados em imagens dos altares, como miniaturas de bichinhos de cerâmica feitos nas olarias. Iniciou seu trabalho muito novo quando fazia esculturas na praia de Itaguaçu, e ainda jovem fez suas primeiras esculturas. Citamos aqui o famoso presépio estilo barroco na Praça XV de novembro, um presépio estilizado fugindo do tradicional que, de certa forma, foi contra seu hábito de cultivar as tradições. Também tinha grande curiosidade pelas histórias sobre bruxas, então foi ouvindo essas histórias todas e gostando. Cascaes passou anos recolhendo informações do litoral catarinense, por meio dos pescadores que contavam suas estórias, escrevia tudo que ouvia sobre lendas de M’Boytatá (Figura 1), bruxas e sobre os medos dos moradores da ilha.

Figura 1 – “M’Boytatá” – Desenho a nanquim de Cascaes.



Fonte: Acervo MIFSC-CF, 2018.

Como artista eu estudei o caso. O dia em que eu descobri este tal de boitatá, conhecido nesse mundo inteiro e aqui no Brasil com Mboy-Tatá, nome indígena que significa “cobra de fogo”. Os indígenas já conheciam este ente desde a mata, esta forma espiralada, eles diziam que tinha uma forma comprida, quase que nem cobra, eles falavam muito isso. É justamente quando o fogo, o “fátuo”, começa a soltar, depois é a aragem, o vento que dá as diversas formas. Formas e cores. O índio, lógico, viu a forma espiralada e lembrou da cobra quando ela se apronta pra dar o bote neles. Daí o “mboy”. Já o português disse “boi tatá”, boi de fogo. Também disseram “baitatá”, baita é uma coisa grande, tatá é fogo, o que dá um animal muito grande em forma de fogo. Depois ainda batizaram de “bitatá”, Bitá é cabra. Aí eu recriei em cima de tudo isso. De acordo com as histórias que escutei, que eu vi, é que eu começo a trabalhar minha arte e minhas histórias. (CASCAES apud CARUSO, 1981, p. 50).

Na década de 1930, o professor Cid da Rocha Amaral, diretor da Escola de Aprendizes e Artífices de Santa Catarina, ficou curioso com o talento em modelar e quis conhecer o autor daqueles trabalhos que estavam expostos na Praia de Itaguaçu (uma série de esculturas, retratando a Via Sacra – questão religiosa que continuou presente ao longo de sua criação). Franklin Cascaes passou a frequentar o Liceu Industrial de Florianópolis no turno da noite, onde trabalhou como auxiliar de mestre e contramestre na oficina de modelagem, poucos anos mais tarde, foi convidado a dar aulas de desenho na mesma instituição e grande parte de sua produção artística deu-se nesse período.

Muitas são as pesquisas e trabalhos sobre o artista e, na maioria dos casos, os autores fazem uma breve citação sobre o professor e seu ingresso na instituição, hoje IFSC.

Foi nos anos 40 que a decisão de pesquisar sobre os costumes do ilhéu mudou sua vida e promoveu seu trabalho, fazendo com que nos dias atuais exista um vasto acervo contando a história e os causos desse povo. Explica Michelmann (2015) que, se por um lado para Cascaes o fato de ter-se tornado referência foi positivo visto que sua obra foi colocada para o público em geral, por outro acabou por limitar toda a sua obra, posto que o elemento do fantástico, das bruxas e seres metamorfoseados ganhou um lugar de destaque, silenciando parte da produção feita por Cascaes.

O autor ainda completa em sua pesquisa sobre o turismo na capital Florianópolis, se referindo que:

A cultura de Florianópolis acabou por ser vista por esta perspectiva, em detrimento da valorização das práticas dos habitantes do interior da Ilha. Figuras como o pescador, rendeira, benzedeira, trabalhador nos engenhos de farinha, ficaram ofuscadas com a delimitação e redução da obra de Cascaes pela perspectiva do mágico, escolhido por Peninha. (MICHELMANN, 2015, p. 69-70).

Vale ainda destacar que para Franklin houve uma árdua luta para que seu legado fosse salvaguardado, pois sempre teve a intenção de ter um museu para suas obras. Pensava que um simples galpão serviria como museu aberto à visitação, mas não conseguiu contar com a ajuda do poder público e da Instituição em que trabalhou para salvaguardar seu acervo, mantendo-o em casa. Franklin Cascaes referia-se a si mesmo como pesquisador do açoriano, como ao dizer: “e um dia me prometi que, quando pudesse, ia recolher na Ilha o que sobrava de todas aquelas tradições açorianas. E eu fiz isso mesmo”. (CASCAES apud CARUSO,

1981, p. 22-23). Tal afirmação demonstra como a questão do açoriano se sobrepõe, inclusive para ele, porém, suas obras atestam que, culturalmente, a questão de outras etnias o inspiram e tomam forma no barro, e na profunda expressão que está implícita no artista.

Na apresentação de seu livro, Freitas (1996, p. 11) inicia com as palavras: “lucidez, consistência, ousadia...”, e o termo ousadia aqui define que falar do outro, no caso, a presença do negro nas esculturas de Franklin Cascaes, vem de coragem, de ser audacioso, demonstrando o quanto está fora de questão falar sobre esse ser estranho para uma sociedade conservadora. Demonstra o quanto denunciar este fato torna-se cada vez mais relevante, até mesmo em sua atuação como professor já que, de alguma forma e em algum momento da criação dessas figuras, havia a demonstração para seus alunos da existência étnica, tanto do negro quanto do indígena, mesmo que tenha sido de forma sutil. Como coloca Freitas (1996, p. 37), “podemos constatar uma representação que formula a imagem hegemônica de um grupo sobre o outro, de uma forma sutil”. A autora ainda descreve que é preciso salientar,

[...] sobretudo, que a historiografia catarinense criou uma identidade açoriana datável, iniciada no Primeiro Congresso de História Catarinense de 1948, em Florianópolis. Comemorou-se, neste período, os duzentos anos de colonização açoriana, pretendendo-se divulgar e legitimar o papel de nossos “antepassados”. (FREITAS, 1996, p. 21).

Essas definições hegemônicas culturais sobre a identidade de Santa Catarina, mais especificamente, de Florianópolis tornam o artista Franklin Cascaes, com sua pesquisa não só um artista criador de identidades, mas um professor contribuindo através da criação de suas obras, um discurso através das esculturas onde a presença de “outros” com suas identidades culturais, demonstram nas figuras das procissões, das beatas e dos trabalhadores um atestado da “sutil” escravidão. Freitas (1996), ainda acrescenta que a história do negro foi, escrita por etnocentristas com suas visões sobre os costumes de outros que não os seus, como exóticos e desviante.

A sua trajetória artística passou a ser referência no folclore de Santa Catarina gerando críticas de alguns autores. Uns afirmam que houve questões políticas na escolha, já outros descrevem que ele não só se refere ao açorianismo, mas que descreve os costumes dos moradores em geral da ilha de Santa Catarina. A cultura de Florianópolis acabou por ser vista por esta perspectiva, em detrimento da valorização das práticas

dos habitantes em geral do interior da Ilha, porém, podemos observar a Figura 2 (abaixo) que demonstra as feições de matiz africana no “Violinista do Divino” e não uma feição açoriana, confirmando assim a presença do negro na ilha, fato esse apagado da história de Santa Catarina por muito tempo.

Figura 2 – Professor Franklin Cascaes, realizando acabamento na escultura “O Violinista do Divino.



Fonte: Acervo MIFSC-CF, 2018, fotografia de Sergio Vignes.

Krüger, (2011, p. 18), faz menção ao livro de Freitas, (1996), como o único a alertar para a questão do negro nas esculturas de Cascaes e podemos refletir através desse fato, a ausência do outro. Ghizoni (2011), aponta que o artista continua a margem de uma sociedade que despontava no cenário artístico, também reconhecendo que parte importante de suas obras ficaram apagadas em prol de outras.

Franklin Joaquim Cascaes continuou à “margem” na arte catarinense, mesmo com toda uma trajetória de intenso trabalho, com temas variados, tanto nos

desenhos como nas esculturas. Muito de suas obras é desconhecido, sendo reconhecido e valorizado apenas como criador de “bruxas, lobisomens e boitatás”. Não é necessário negar o mitomágico presente em sua obra, que possui um valor artístico inesgotável, mas importa trazer à tona outras faces presentes na sua produção. (GHIZONI, 2011, p. 65).

Se a escolha foi política em fazer do açorianismo a única identidade de cultura na ilha, cabe aos pesquisadores saberem diferenciar tais identidades e lançar o benefício da dúvida. Krüger e Makowiecky (2010), completam suas análises reafirmando a questão racial que foi suplantada pela história de uma hegemonia política cultural, dessa forma:

De acordo com Patrícia Freitas encontrar os negros no acervo de Franklin Joaquim Cascaes ‘desmistifica um universo açorita’ homogêneo. A presença desses atores demonstra e evidencia o ‘outro’, enquanto sujeito que por muito tempo apareceu como coadjuvante de uma história’. Desta forma percebemos que encontramos aqui na Ilha de Santa Catarina uma integração de gêneros e culturas que estão associadas, reconhecemos sua diversidade tanto na composição étnica quanto cultural. (KRÜGER; MAKOWIECKY, 2010, p. 6).

As autoras ainda discorrem sobre os trabalhos modelados em argila por Cascaes, na coleção “Negros Velhos do Caxangá”, “Cacumbi”, “A procissão da Mudança”, e na “Procissão do Nosso Senhor Jesus dos Passos”, e comentam sobre a presença afrodescendente, além de observar os mesmos traços característicos em outras figuras isoladas, como o violinista aqui citado e a vendedora de biscoito, citada pelas autoras, reconhecendo dessa forma a diversidade étnica. Outras pesquisas foram realizadas com intuito de demonstrar que o açorianismo se sobrepõe não só por questões políticas, mas também pela invisibilidade do outro, suplantando outras culturas que estão evidenciadas em suas esculturas, e também em alguns de seus manuscritos na formação das identidades do ilhéu.

Muitos são os autores que escrevem sobre Cascaes contando suas histórias sobre pescadores, bruxas e tantos outros personagens que criou a partir de sua vivência com as comunidades da ilha de Santa Catarina, a

sua Desterro como se referia a Florianópolis, negando a essa denominação por ter como protagonista Floriano Peixoto, um tirano³.

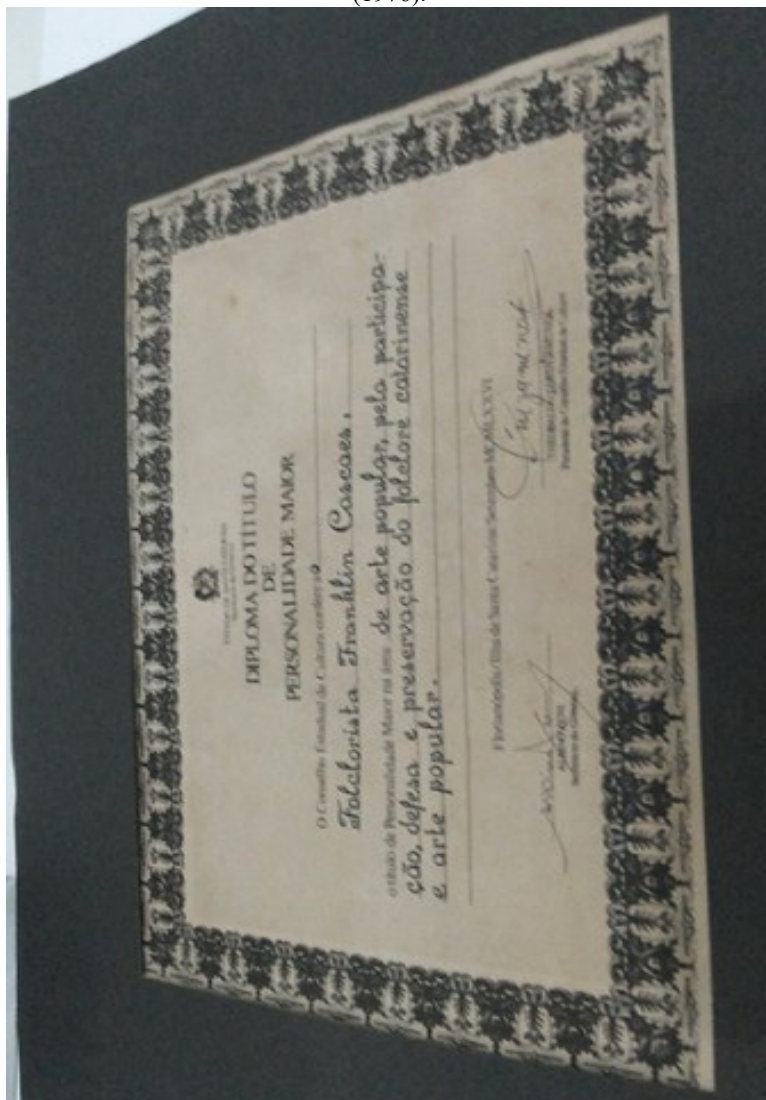
Anos depois a escolha é ainda oficializada através de documentos, como por meio de um Diploma (Figura 3), com título de folclorista, promovido pela Secretaria de Cultura do Estado de Santa Catarina (Florianópolis - setembro MCMLXXVI – 1976), onde consta a assinatura do Secretário de Cultura e do Presidente do Conselho Estadual de Cultura em vigência no período. Este Diploma de Folclorista foi encontrado durante a pesquisa no Laboratório de Imagem e Oralidade Franklin Cascaes, (LIO), que assim como as fotos e documentos referentes ao professor Franklin Cascaes, foi repassado para o MIFSC-CF. Tal diploma atribui o Título de Personalidade Maior na área de Arte popular ao professor Franklin Joaquim Cascaes, pela participação, defesa e preservação do folclore catarinense e arte popular.

Foi a partir de 1977 com a tese de Araújo denominada *Mito e Magia na Arte Catarinense*⁴ que sua valorização como artista deu um salto e em 1987 recebeu uma homenagem ao ter o seu nome escolhido para a Fundação Cultural do Município, surgiu a Fundação Franklin Cascaes com o objetivo de fortalecer e dar protagonismo à ação cultural do Município.

³ Franklin Cascaes ao longo de sua vida rejeitava o nome dado a capital do estado pelos fatos que se desenrolaram com a Revolução Federalista, ocorrida entre os anos de 1893 e 1894. O nome Florianópolis remete ao General Floriano Peixoto, presidente do país naqueles anos e responsável por ordenar a execução de vários habitantes da Ilha. Segundo relato de Cascaes dado a Raimundo Caruso no início dos anos 1980 e publicada pela Editora da UFSC “muitos inocentes morreram em Anhatomirim, inclusive um parente meu (...) prefiro me referir a nossa capital como ‘Nossa Senhora do Desterro’, ‘Desterro’, ‘Capital’ ou ‘Ilha’”. Ver *Vida e arte, e a colonização açoriana*, de Raimundo Caruso. Florianópolis: Ed. UFSC, 1981.

⁴ Adalice Maria de Araújo, em 1977, escreveu sua tese - *Mito e magia na arte catarinense* - para concurso de Professor Titular da Universidade do Paraná. Neste texto, que virou um livro, Cascaes foi referência como folclorista.

Figura 3 – Diploma de folclorista - Conselho Estadual de Cultura Florianópolis (1976).



Fonte: Acervo MIFSC-CF, 2018.

O circuito acadêmico e artístico, que resistiu a seus métodos de pesquisa a respeito da cultura popular de Florianópolis, passou a reconhecê-lo,

destacando aqui três momentos: seu ingresso na UFSC, em 1973⁵, no Museu de Antropologia; a tese de Adalice Maria de Araújo, defendida em 1977, em que Cascaes é estudado em um dos capítulos e alçado a categoria de “mito vivo” da arte catarinense; e a doação de todo o acervo de registros, gravações, desenhos e esculturas para o Museu Universitário da UFSC, em 1980. Estes fatos, somados a outros explicitados ao longo desse estudo, demonstram que Cascaes teve sua obra colocada em um patamar de registro da cultura popular de Florianópolis passando a confundir-se com a própria cultura da capital catarinense. (MICHELMANN, 2015, p 70).

Segundo Krüger (2011, p. 16), Franklin Cascaes, ao contar suas histórias, referia-se dessa forma: “uma nação que não conhece a raiz da sua história, está muito aquém daquilo que ela devia ter como sua cultura”. Assim, as questões abordadas até aqui são relevantes para demonstrar como algumas informações sobre a pessoa, sendo o professor ou o artista, não procedem, são esquecidas ou não deixam claro muitos pontos sobre sua vida.

Podemos exemplificar colocando que, segundo informações em alguns trabalhos o professor não teve filhos legítimos, mas consta em algumas entrevistas com ele, que teve filhos adotivos e netos (Figura 4). Ele relacionava suas obras e criações de suas histórias com angústia com a forma à qual o progresso estava chegando na ilha, já pensava no desmatamento nas destruições dos patrimônios e do apagamento da cultura do ilhéu.

Em registros sobre sua condição de artista, encontram-se simples citações sobre sua passagem pela Escola Industrial, mas essa simples passagem, corresponde, em realidade, a trinta e seis anos de sua vida, anos que deram origem à grande parte da sua criação.

De fato, hoje existe uma certa preocupação em divulgar registros sobre o artista na instituição, visto que não seria coerente para uma instituição referência no estado por sua excelência técnica e tecnológica, não dar visibilidade ao artista que se tornou notório, tanto no estado quanto no exterior.

⁵ A data de seu ingresso na UFSC destoa em pesquisas, como pode-se ver.

Figura 4 – Professor com seus netos Raquel e Dudu.



Fonte: Cópia - Acervo MIFSC-CF, 2018, fotografia de Sergio Vignes

No entanto, a valorização deu-se pelo artista/professor, e não pelo professor artista,

[...] o professor que nos relatos dos alunos, privilegia o desenho à mão livre em detrimento do desenho com régua e compassos, que permite que o aluno desenhe uma mulher na parede durante várias aulas e que envia bilhetes em papel de embrulho para o Diretor da Escola em uma época marcada pela censura e pela repressão. (MEIRA, 2013, p. 24).

Na Figura 5 pode-se ver um momento de Cascaes com o jaleco, uniforme que utilizava para dar aulas. A formalidade das vestimentas era uma exigência em tempos difíceis que a sociedade enfrentava e a imagem representa como eram tais exigências no trajar dos professores, assim como havia também com os uniformes dos alunos. No ponto de vista de um professor que colocava a arte acima das questões da rigidez, uma imposição ditatorial burocrática como esta seria desnecessária. O ambiente da foto era a Escola Industrial, porém esta imagem é utilizada

muitas vezes como representativa da figura do artista, apagando a imagem do professor.

Figura 5 – Franklin Joaquim Cascaes, professor da Escola Industrial de Florianópolis.



Fonte: Acervo MIFSC-CF, 2018.

Com sua aposentadoria, e após a morte de sua esposa Elisabete Pavan Cascaes, em 1971, o professor sofre uma profunda tristeza e dá o nome de sua querida esposa e parceira, para sua coleção. Conforme a pesquisa de Fernandes (2007, p. 03) “em 24 de janeiro de 1974 foi assinado o convênio para Cascaes começar a trabalhar no Museu Universitário”, ou seja, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O meu trabalho todo eu vou doar para a Universidade. Não é propriamente porque eu tenho um cargo, não é? Mas, acontece o seguinte: nós temos muito parentes, mas não é questão de deixar, simplesmente. É de ser dividido e depois subdividido, então vai perder todo o valor de conjunto. Então, quando eu comecei a fazer estes trabalhos pensei em reuni-los um dia em uma casa, num museu, num lugar qualquer que pudesse servir a comunidade, de modo geral, e não para ser propriamente de um e de outro. Por isso eu não vendi nada, para ser colocado numa sala trancada, para ser propriedade de um e de outro, e que não se pode visitar. Por isso eu acho interessante que estejam num lugar acessível a todas as pessoas, de qualquer espécie de cultura, ou até de línguas, porque o meu trabalho fala várias línguas. (CASCAES apud CARUSO, 1981, p. 43).

Já cansado e com a saúde fragilizada, Cascaes faz a doação de quase todo seu acervo, que consta de arquivos específicos, objetos de arte, textos manuscritos e datiloscritos, publicações na imprensa, convite das exposições realizadas por ele, correspondências, documentos áudio visuais, registros biográficos e profissionais, e bibliotecas, e instrumentos antigos usados pelos moradores de Florianópolis, para o Museu de Arqueologia e Etnologia MARQUE.

No capítulo seguinte, será apresentado um breve histórico da instituição IFSC, com suas mudanças ao longo do período em que o professor atuou, assim como o período de criação do Memorial.

2.2 A HISTÓRIA DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA E A CRIAÇÃO DO MEMORIAL

O relato sobre a instituição é uma apropriação da história das mudanças ocorridas ao longo dos anos, com foco nos períodos em que o

professor Franklin foi servidor, com o intuito de contextualizar seu período de atuação na instituição, assim como no período de criação do Memorial do Instituto Federal de Santa Catarina (MIFSC-CF).

O Instituto foi criado em Florianópolis por meio do decreto nº7.566 de 23 de setembro de 1909, pelo presidente Nilo Peçanha, que instaurou uma rede de 19 Escolas de Aprendizes Artífices em todo o País, dentre elas a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina.

O objetivo de tal escola era proporcionar formação profissional aos filhos de classes sociais econômicas menos favorecidas. A primeira sede foi instalada em 1º de setembro de 1910, em um prédio cedido pelo governo do Estado de Santa Catarina, situada na Rua Almirante Alvim, no centro da capital catarinense. Com foco voltado para atender as demandas do setor produtivo e da comunidade, eram oferecidos os cursos de formação em desenho, oficinas de tipografia, encadernação e pautação, carpintaria da ribeira, escultura, mecânica além do ensino primário. Por meio da Lei nº 378 em 1937, passou a chamar-se Liceu Industrial de Florianópolis e, cinco anos mais tarde pelo Decreto-lei nº 4.127, de 23 de fevereiro de 1942, muda para Escola Industrial de Florianópolis, oferecendo cursos industriais básicos e mestria. É nesse período de mudança de Liceu para Escola Industrial que o professor Franklin passa a fazer parte do quadro de contratado como professor de Desenho Ornamental, como veremos nos documentos que serão apresentados no capítulo 4.2.

Em 1965, houve uma nova mudança para Escola Industrial Federal de Santa Catarina e em 1968, a instituição tornou-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFSC). As mudanças aqui descritas ocorreram e tiveram influência diretamente na vida do professor Franklin Joaquim Cascaes, após sua aposentadoria a instituição passa por outras mudanças de leis e de cursos de Graduação. Com a reforma educacional implementada pelo Governo militar em 1970, as escolas industriais passaram a atender pela nomenclatura “Escolas Técnicas”, ficando assim a antiga Escola de Aprendizes e Artífices sendo chamada de Escola Técnica Federal de Santa Catarina.

Figura 6 – Registros fotográficos das sedes ao longo dos anos.



Fonte: site <http://sites.florianopolis.ifsc.edu.br/mifsc/fotos/>⁶

⁶ Legenda das fotos:

1. Escola de Aprendizes Artífices - Rua Almirante Alvim, 17 - 1910

Em princípios dos anos 2000, outra alteração na nomenclatura passando, então, a se chamar Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET). Por fim, em meados dos anos 2000, visando adequar essas instituições as novas realidades política, educacional e profissional, os campi, passaram para a categoria de Institutos Federais e, atualmente, atende pelo nome de Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), período em que se funda o Memorial MIFSC. As mudanças podem ser vistas na Figura 6.

No ano de 2011 alguns professores e servidores passam a ter uma preocupação com a história da instituição percebendo que muitos objetos estavam se perdendo, deteriorando nos depósitos e até mesmo sendo descartados na lixeira, objetos do início da fundação da escola que já havia completado cem anos. Quando nos referimos a um grupo, a uma memória coletiva, considera-se que existe uma representação significativa dos membros de um grupo que produzem uma memória considerada comum a todos que fazem parte daquela união. Surge, então, a proposta de elaboração de um memorial onde pudessem agregar todos os objetos e suas histórias. Foi dado início a criação propriamente dita do Memorial do Instituto Federal de Santa Catarina Campus Florianópolis (MIFSC-CF - Figura 7).

Figura 7 – Logo do site do Memorial do IFSC



Fonte: site <http://sites.florianopolis.ifsc.edu.br>

O projeto de documentação museológica do MISFC-CF é uma ação estabelecida entre o Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia/IFSC e a Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, sob a supervisão do vice-diretor do Campus, nesse período, Professor e Diretor Gariba e Vice-Diretor e Coordenador do Memorial, Marcelo

2. Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, o endereço atual é Rua Víctor Konder
3. Almirante Alvim e, à esquerda, prédio da antiga casa do Cel. Pereira e Oliveira na rua Presidente Coutinho.
4. Vista aérea do CEFET – 2002.
5. Sede atual, Avenida Mauro Ramos 950, centro Florianópolis

Martins. A atual gestão conta com o Vice-Diretor e Coordenador Marcos Neves e a coordenação do projeto de documentação é da professora de Design da UFSC, Doutora Rosana Andrade Dias do Nascimento.

O Projeto de diagnóstico do acervo do Memorial foi desenvolvido entre 2012 e 2013, sendo dividido em etapas: levantamento do acervo com 437 peças; estudo da documentação; diagnóstico do estado de conservação das peças; e a elaboração de documentação museológica.

Os processos concluídos são:

- Arrolamento com desenvolvimento de uma tabela para primeiras impressões/realidades, preenchendo cada um item com um número provisório, nome do objeto, material utilizado na sua fabricação. Com 437 objetos selecionados, 128 objetos com números antigos (e mais doação de 22 objetos, totalizando 459 objetos no início do projeto).
- Marcação Provisória e outros números (Patrimônio).
- Tipologia do Acervo, (número de tombamento patrimonial, se houvesse).
- Diagnóstico do Acervo, estado de conservação das peças e demais questões que fossem relevantes para o diagnóstico.

Na criação do Regimento do Memorial⁷ ficou decidido que a coordenação do Memorial deveria ser vinculada à vice direção do campus, porém nunca houve gestão de pessoas, somente um coordenador e um estagiário, e esta questão deixa muitas lacunas no que compete a concretizar um espaço de memória (veja, na Figura 8 o banner de entrada que busca explicar o que é o Memorial).

O acervo atual em exposição no Memorial apresenta:

- máquinas da antiga oficina de tipografia e máquina de datilografia (Figura 9);
- CPU e Monitor como mostra da evolução tecnológica na instituição IFSC-CF;
- fotografias;
- mobiliário (Figura 10);

⁷ Documentos gerados a partir da implementação do MIFSC-CF como:

- Regimento Interno
- Portaria 183 de 02 de Julho de 2015 – Constitui a Comissão de Acervo do MIFSC-CF
- Circular de 15 de Maio de 2015
- Resolução 025 de 12 de Dezembro de 2014 – Aprova o regimento Interno do MIFSC-CF
- Resolução 001 de 19 de Junho de 2013 – Implantação do MIFSC-CF

- tela a óleo do presidente Nilo Peçanha (Patrono das Escolas Técnicas) obra do pintor Estanislau Traple de 1943 (Figura 11);
- livros Marginalia;
- livros Atas;
- três vitrines com vários objetos, sendo um deles uma foto do professor Franklin com a escultura do M'BoyTatá e duas peças de cerâmica de alunos seu; dois clichês com a imagem do M'BoyTatá; uma faixa branca de cetim do “Garoto ETFSC”.
- mobiliário e peças de Tipografia.

Figura 8 – Banner de entrada do MIFSC-CF.



Fonte: Foto da autora, 2018.

Figura 9 – Interior do Memorial: máquinas da antiga oficina de tipografia e máquina de datilografia.



Fonte: Acervo MIFSC-CF, 2018.

Figura 10 – Interior do Memorial: mobiliário da Tipografia.



Fonte: Acervo MIFSC-CF, 2018.

Figura 11 – Interior do Memorial: tela a óleo do presidente Nilo Peçanha (Patrono das Escolas Técnicas) obra do pintor Estanislau Traple de 1943- mesa de gabinete do Diretor.



Fonte: Acervo MIFSC-CF, 2018.

Figura 12 – Vitrine “3”: exposição no MIFSC-CF.



Fonte: Acervo MIFSC-CF, 2018.

O MIFSC possui em sua exposição poucos objetos relacionados ao professor Cascaes: na vitrine de número “3” (Figura 12, página anterior) há somente uma fotografia onde o professor modela uma escultura do M’Boy-Tatá (Figura 13), dois clichês⁸ com desenho do M’Boy-Tatá, copiada do único desenho a nanquim encontrada no Laboratório de Imagem e Oralidade – LIO (Figura 14), duas peças de alunos – moldes em cerâmica em forma de folha e rosa (Figura 15)–, baseados em desenhos do professor.

Figura 13 – Professor Franklin J. Cascaes Industrial esculpindo a figura do M’BoyTatá, na sala de aula - Foto miniatura em exposição na vitrine “3” no Memorial MIFSC-CF- sem data e sem autoria de imagem.



Fonte: Acervo MIFSC-CF, 2018.

⁸ Clichê: placa de metal usada na tipografia da instituição, para cópias.

Figura 14 – Clichê M'boy-Tatá.



Fonte: Acervo MIFSC-CF, 2018.

Figura 15 – Objetos expostos: Clichês.



Fonte: Acervo MIFSC-CF, 2018.

O material encontrado no Laboratório de Imagem e Oralidade-LIO, foi transferido para o MIFSC-CF. Além dos documentos funcionais, há 14 fotografias que foram arroladas em uma planilha, mas que não são foco desta pesquisa. Lara Filho (2009) indica que a recuperação da informação nos museus deveria ser fruída, por estar no campo do cognitivo e conversar diretamente com as “comunidades discursivas”.

No caso dos museus, ao invés de promover a reificação dos objetos baseando-se em categorias de objetos, os museus têm de observar que operam nas dimensões do tempo e do espaço, com campos do conhecimento, com o simbólico, com os problemas humanos e, enfim, com a articulação entre todos esses elementos. (LARA FILHO, 2009, p. 169).

Ressaltamos que na Subseção IV – Dos Acervos dos Museus, Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009⁹ “É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.” Assim sendo, um museu é um grande desafio e um lugar de muitas oportunidades, uma fonte de estudos, espaço de pesquisa e práticas museológicas.

O MIFSC tem como visão, tornar-se um espaço de educação, pesquisa e extensão que dê suporte a sociedade no que diz respeito ao conhecimento científico, técnico, tecnológico e cultural, produzido no IFSC, em toda sua história. Como missão, pretende preservar, conservar e expor a memória desta instituição, potencializando a interação da sociedade com a produção científica, técnica, tecnológica e cultural, além dos testemunhos históricos de seus personagens.

No entanto, o memorial continua sem gestão de pessoas e sem orçamento próprio, ainda com espaço de Reserva Técnica impróprio, sendo esta uma realidade não diferente das situações dos Museus no Brasil. As ações desenvolvidas no MIFSC-CF até o momento incluem o Plano Museológico, porém, este não teve continuidade justamente pelos entraves de não haver gestão de pessoas, impossibilitando a continuidade de informações para documentações museológicas, sendo esta uma questão fundamental no museu.

Em 2009, nos 100 anos de história da Instituição foi lançado o Museu com o nome do professor Franklin Cascaes, chamavam de museu um espaço cultural com mostra de vários trabalhos. Porém, dentro de uma instituição técnica ocorrem conflitos entre os profissionais das humanas e das técnicas ao que concerne as artes e a memória, como se uma estivesse desvinculada da outra, relatos sobre o tema podem ser vistos no trabalho de pesquisa de Meira (2009).

Essas questões ainda se comprovam pela perda da Espaço Cultural Franklin Cascaes (ver Figura 16), com argumento de falta de espaço para os cursos técnicos, restando como comprovação de sua anterior existência somente fotografias da inauguração, e as vitrines que hoje se encontram como suportes na exposição do MIFSC-CF.

⁹ A lei 11.904 de 2009 é a que Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

Figura 16 – Exposição do Espaço Cultural Franklin Cascaes- IFSC.



Fonte: Acervo MIFSC-CF, 2018.

Uma professora aposentada que nunca havia visitado o MIFSC-CF, por ter sentimento de tristeza, relatou informalmente que foi ela quem desenhou e mandou fazer, na marcenaria da instituição, as vitrines do

Espaço Cultural Franklin Cascaes (ver Figura 12), que por anos ficaram guardadas em um depósito, onde muitas das peças se perderam.

Os documentos e fotografias que ficaram sob a guarda da fundadora do laboratório de Imagem e Oralidade Franklin Cascaes, professora, Denise Meira da disciplina de História no IFSC, após sua aposentadoria, foram transferidos para o MIFSC-CF. Falas informais de professores de artes, e servidores com formação nas humanas, argumentaram que ali não tem espaço para artes e nem qualquer coisa que faça parte das humanas. Relatos de aluno fazem parte da pesquisa de (MEIRA, 2009, p. 15), que discorre que:

As Escolas Industriais deveriam realizar também a “sua formação humana”. Sérgio Pereira Cândido aluno do professor Franklin em 1970, afirma que as disciplinas voltadas para a “formação humana” como artes, português, e história eram vistas como “perfumarias” pelos professores das disciplinas técnicas.

Foi diante desse quadro que o tema da 15ª Semana de Museus em 2017, que se referia a memória e a técnica, teve destaque na exposição do MIFSC-CF. O museu estava tentando se manter naquele espaço e necessitando urgente de uma reserva técnica. Por este motivo foi pensada a exposição com o tema *Histórias controversas: dizer o indizível em museus*. Esse tema oportunizou ao MIFSC-CF, demonstrar carências de memória e de história dessa instituição, com mais de cem anos, a mais antiga no Estado de Santa Catarina. Tal questão inspirou o sub tema: *Ausência: um passado no presente*, sub tema selecionado, durante o estágio, dentre os textos indicados pelo IBRAM¹⁰, foi selecionado um texto de Ferreira e Amaral (2004) que discorre sobre a memória e a técnica e afirma que um não sobrevive sem o outro.

A memória não pode existir sem o suporte técnico, como algo puramente cerebral; o passado não pode sobreviver sem os suportes técnicos que nos inscrevem numa determinada cultura, tradição. Posto que a memória não é possível sem artificios

¹⁰ O Instituto Brasileiro de Museus foi criado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2009, com a assinatura da Lei nº 11.906. A nova autarquia vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) sucede o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais.

<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/o-ibram/>

como a linguagem, a escrita, falar da memória é falar do esquecimento. É falar daquilo que não podemos reter e recuperar, por certo. Mas também daquilo que suprimimos, sublimamos de nossos arquivos de memória para que o próprio arquivamento seja política e epistemologicamente possível. (FERREIRA; AMARAL, 2004. p. 138-139).

São essas realidades que as instituições técnicas vivenciam em seus espaços de memória, razões que são importantes colocar para demonstrar na história do professor na instituição IFSC. Recuperar a informação através dos documentos originais requer um compromisso da instituição para com o seu Memorial, são questões burocráticas daqueles que acreditam na técnica, desvinculada da memória e da história da instituição, esse é o desafio que este Memorial enfrenta para assegurar e preservar o direito de guarda desses documentos.

Desta forma, seria importante colocar em prática pesquisas realizadas através da parceria com estagiários da UFSC, que deixam uma expressiva contribuição na área da documentação museológica, como no caso do projeto de implantação de um sistema de dados para tal documentação, através do DocMusa.

O programa DocMusa, foi desenvolvido para catalogar acervos de museus. Sua diagramação consiste em uma ficha catalográfica virtual, é mais dinâmica que a ficha física, pois seu modo de busca é mais eficiente. Para ter acesso ao Sistema é necessário que o sistema operacional seja a Microsoft Windows, sendo que o software a qual o sistema está vinculado é o Microsoft Access. (IBRAM). (VENTURA, 2015, p. 54).

Falta, porém, um investimento da instituição para adquirir tal *software*, capaz de aperfeiçoar e atualizar sua documentação museológica, principalmente por ser um centro tecnológico. O memorial também pode considerar proporcionar ao seu público e a pesquisadores acesso on-line para informação, tanto no próprio museu, instalando Totens.

3 DOCUMENTOS AO VENTO: UM OLHAR MUSEOLÓGICO

Neste capítulo iremos apresentar e discutir o embasamento teórico da pesquisa, abordando os conceitos de musealização, memória e documentação museológica.

Os autores Tanus, Renau e Araújo (2012, p. 169), reportam-se ao processo de musealização como um processo inerente a Museologia, pois “é também o homem com a sua subjetividade que seleciona os objetos para salvaguardá-los para as futuras gerações, o que conduz a outra questão inerente a Museologia: o processo da musealização”. Analisando essa questão, podemos refletir juntamente com Chagas (2002) quando se refere a questão da musealização, através do pensamento de Rússio: discutir a musealização. Em seu entendimento a recolha de objetos e a musealização, “uma das formas de preservação, estão baseadas em critérios de testemunhalidade, de documentalidade e de fidelidade” (CHAGAS, 2002, p. 136). Vários autores se referem ao processo de musealização com os mesmos sentidos, o do olhar investigativo, e o de selecionar sem perda de sentidos. Para Brulon (2017, p. 190)

Musealizar é mudar algo de lugar; às vezes no sentido físico, mas sempre no sentido simbólico. É recolocar, ou dispor para revalorizar. Reordenar, sem a perda de sentidos, mas visando a aquisição de informação ou a sua potencialidade. Processo este que escapa aos limites do museu. Ainda que entendido como instituição social ilimitada, o que há de ilimitado nos museus não é a sua forma ou institucionalização, mas a sua ação, produtora da performance museal, um tipo de delírio das coisas da realidade – nos termos do poeta Manoel de Barros – que na Museologia se convencionou chamar de “musealização”.

Já Bruno (1996, p. 60), se refere ao processo de musealização como forma de comunicar e de evidenciar através da exposição, colocando que:

[...] os caminhos e as razões que levam estes mesmos objetos aos museus, ainda hoje, estão impregnados de conjunturas complexas e não muito claras.

A partir do exposto, é possível considerar que o processo de musealização, carrega, implicitamente,

uma contradição, ou seja: os olhares seletivos que são responsáveis pela preservação patrimonial (tanto o olhar do poder econômico, quanto o do poder acadêmico) são impulsionados por uma realidade muito distinta daquela que emerge a partir de um fenômeno de comunicação.

Podemos perceber através desses estudiosos e pesquisadores que o processo de musealização não é uma escolha aleatória, ele é uma seleção que pode ter um cunho tanto cultural como político, ideológico, religioso e também econômico. Dessa forma, quando um objeto ingressa num acervo ele necessita que se garanta sua sobrevivência, que se identifique sua trajetória para sua musealização e comunicação, sendo necessário que se estabeleça um recorte. Segundo Chagas (1996b, p. 58-59).

Parece claro que a musealização é uma cristalização do olhar museológico e implica no estabelecimento de um determinado recorte dentro do universo do museável. Em outras palavras: potencialmente tudo é museável (passível de ser incorporado a um museu), mas, em verdade, apenas determinado recorte da realidade será musealizado. A passagem do museável para o musealizado é que se denomina de processo de musealização. Mesmo não sendo a única, a musealização é uma forma efetiva de preservação de bens culturais. Ainda que a preservação possa ser voluntária e involuntária, a musealização é sempre resultado de um ato de vontade.

Existe a necessidade, portanto, de que esses documentos funcionais que estão no arquivo Permanente da Instituição IFSC, passem por um processo de permuta com o MIFSC-CF, para que a musealização seja definitivamente conferida aos originais que estão, de certa forma, salvaguardados no Arquivo Permanente. Para que possam ser pesquisados e comunicados para o fortalecimento desse passado, necessariamente essa interligação se faz necessária, como significância de suporte para assegurar a pesquisa em suas verdadeiras fontes.

Documentos de arquivos públicos ou privados possuem uma função social e não somente de guarda, eles tratam de memórias sejam de cunho técnico ou de histórias individuais. Almeida e Silva (2016, p. 24) apontam que:

Destarte, considera-se que o arquivo privado possui uma função social no espaço que ocupa, constituindo-se em fonte inesgotável para pesquisas, sejam elas acadêmicas e científicas ou não. Pelas referências que ele mantém, é atribuído à noção de guarda cultural, que está diretamente ligada a uma busca pela comprovação identitária, que é construída pela manutenção da tradição no passado.

Os autores se referem aos documentos como fontes de informação que oportunizam o acesso à memória de grupos, no entanto, podemos refletir também sobre as memórias individuais que se mantém, de certa forma, seguras através da preservação. O sistema de documentação em museus como usualmente é concebido, volta-se mais para o acompanhamento da circulação do objeto dentro da instituição do que para a produção e recuperação e difusão de suas informações documentária, ou de sua documentação museológica. Ela se constrói e se ressignifica a partir do momento em que as acessamos para pesquisas. Os autores defendem ainda que:

A memória no campo informacional, revitalizada a partir de seus próprios conceitos, como a organização, acesso e uso da informação. De acordo com os Silva e Oliveira (2014), a memória possui uma relação de diálogo e sociabilidade com o passado; no entanto, ela é transposta em uma representatividade informacional, de forma a garantir o acesso e uso pelo usuário. (ALMEIDA; SILVA, 2016, p. 23).

Mas não só do passado estamos falando, referimo-nos também a construção dele no presente, visto que, segundo alguns autores, nem tudo deve ou pode ser lembrado, pois o esquecimento faz parte de uma questão biológica do ser humano. Se a memória transpõe o individual, então a lembrança não pode existir isolada da sociedade a qual ela pertence. Mas, o quando esquecer ou como esquecer memórias que têm importância coletiva, transpassa somente uma vontade, passa a ser uma narrativa para a sociedade.

[...] as lembranças coletivas viriam aplicar-se sobre as lembranças individuais, e nos dariam assim sobre elas uma tomada mais cômoda e mais segura; mas será preciso então que as lembranças

individuais estejam lá primeiramente, senão nossa memória funcionaria sem causa. (HALBWACHS, 1990, p. 62).

Eleger essa memória que estava desvinculada do artista excede os documentos do individual para um bem coletivo, para que a sociedade possa conhecer e reconhecer este lado apagado que renasce para nossa memória.

Citando Nora (1993, p. 13), os memoriais são “lugares de memória”, assim como “[...]museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações [...]”. Sendo assim, essa memória já não existe mais espontaneamente, ela será mantida através dos vestígios documentais de um tempo passado e ao mesmo tempo presente.

Portanto, podemos avaliar que o processo de musealização passa por questões que são complexas quando se fala em questão de história e humanidade.

Considerando os museus e os titulares originais das suas coleções como “lugares” onde se opera o intercâmbio, aceito socialmente, entre os mundos visível e invisível, descortina-se uma vertente de pesquisa que, ao lado dos estudos da cultura material, constitui um dos pilares da produção de conhecimento nas instituições museológicas. Concretamente, trata-se de transformar a própria memória consagrada em coleções em objeto de conhecimento crítico, compreendendo o processo histórico de incorporação de objetos e coleções como formas específicas de legitimar determinadas representações e identidades sociais nos museus. (JULIÃO, 2006, p. 101).

Quando nos reportamos a textos onde estudiosos registram fatos ocorridos que envolveram e envolvem a humanidade, podemos perceber que sempre houveram (e ainda há) conflitos sobre como perpetuar tais histórias. As perguntas: como? porque? de que forma? como conservar? e, como registrar? acompanham tais estudos. Encontram-se, na história dos papéis, anotações sobre o aperfeiçoamento das técnicas de um papel para que seja garantida sua maior durabilidade, de forma que as famílias deixem registros para futuras gerações.

Segundo Karnal e Tatsch (2009), também há o esquecimento, como nos casos de políticos apagarem fotos ou dados escritos de seus

inimigos. Se a história é política e social, ela vai em favor de escolhas ou preceitos de tudo que a envolve, ela pode ser uma memória real ou uma memória fictícia, já que os interesses em registrar essa ou aquela, perpassam a crítica ou as divergências, e se faz importante justamente pelo seu significado simbólico e de como se dá no sentido cultural e social.

Segundo Lousada (2012, p. 76), “a avaliação documental é considerada como aporte para a construção da memória”, seja dentro de instituições públicas ou privadas. Essa é uma realidade atual em que os museus recebem documentos de arquivos ou de bibliotecas para compor seus acervos.

Ventura (2015), se refere ao equívoco que se tem também sobre os profissionais das diferentes áreas:

Museólogos, Arquivistas e Bibliotecários, são profissionais da informação que trabalham e lidam com informações, e com frequência são confundidos como profissionais da mesma área. A organização de informações, documentos e objetos, é atividade comum. Cada qual, no entanto, tem um jeito todo especial de lidar com seus respectivos acervos para disponibilizar a informação certa, da forma certa, para o “cliente/usuário/público” certo, no tempo certo, da forma mais adequada de uso, expressando visões diferentes com relação a quem se destina o acervo das instituições. (VENTURA, 2015, p. 16).

A documentação museológica permite que obtenhamos informações intrínsecas e extrínsecas de um objeto, em qual contexto ele está inserido, como, porque, e qual sua função a medida em que as pesquisamos. Mas, acima de tudo, faz-se necessário entender o que é a documentação museológica, considerando que ela está definida como sendo toda a informação referente ao acervo de um museu:

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a preservação e a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informações capaz de transformar as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em

instrumento de transmissão de conhecimento. (FERREZ, 1991, p. 4).

Na perspectiva da documentação museológica ainda existe uma preocupação crescente com o caos documental nos espaços Museológicos/Museográficos, sendo que a existência de museus cheios de objetos documentados de forma insuficiente e deficiente ou, inclusive, sem documentação, ainda é uma realidade (FERREZ, 1991).

Tradicionalmente, no sentido de preservar o objeto, a Museologia é focada em suas propriedades físicas, e sendo assim, há uma necessidade de uma maior consciência do papel social dos museus, fatores esses que nos levam a repensar qual o papel da documentação e de que forma ela assegura o objeto dentro da instituição. Certos espaços públicos e instituições públicas não têm uma preocupação com seus documentos, levando muitos a deterioração e a perda, fatores que têm levado a se repensar o papel da documentação nesses espaços, para dar-lhes a devida importância. Ferrez (1991) comenta que no Brasil ainda há esse quadro e que ainda é uma prática da maioria de nossos museus, estando ainda longe de assegurar que seus acervos e as respectivas informações sejam bem documentados. Yassuda (2009, p.107), já nos alertava para as questões documentais nos museus, visto que:

O processo de documentação faz sentido quando a instituição museológica cria seus documentos. A partir daí, é possível traçar um plano de metas para a construção de um sistema documental que atenda às necessidades da instituição. Por exemplo, um museu que restringe sua documentação ao inventário da coleção, provavelmente, não se preocupa com o acesso a essa informação. No entanto, se o papel da documentação se amplia, servindo inclusive como fonte de informação para pesquisa, será necessário multiplicar as formas de acesso.

Ainda continuamos questionando: *o que é um documento* ou *o que documentar*. Pressupondo que uma coisa, seja ela qual for, ao adentrar num espaço museológico passa a fazer parte de um acervo, ainda assim, questionamos se ela deve ou não ser documentada. Neste caso, os museólogos não são os detentores de uma decisão, esta passa por uma ação conjunta e uma vontade conjunta, pela forma como tal objeto chegou a uma instituição. Diversos autores defendem a forma de documentar

acervos ou de musealizá-los, argumentando o que acontece quando lançamos um olhar interrogativo sobre o objeto.

Dessa forma, Briet (1951 apud LOUREIRO, 2015, p. 15) explica:

Uma estrela é um documento? Um seixo levado pela torrente é um documento? Um animal vivo é um documento? Não. Mas são documentos as fotografias e os catálogos das estrelas, as pedras em um Museu de Mineralogia, os animais catalogados em um zoológico.

Quando questionamos: *a quem interessa; qual o nome e do que ele é constituído* (não só pensando em sua materialidade, mas no que consiste a informação), *qual memória ela representa e como documentá-la*, percebemos que a musealização, assim como a documentação, é um processo dinâmico entre teoria e prática.

O documento é “produto de uma vontade”, a de obter uma informação. Essa máxima vale para qualquer tipo de documento, mesmo para aqueles intencionalmente criados para informar. A intenção de transmitir informação não é suficiente para que alguma coisa se constitua um documento: essa intenção permanece como uma virtualidade se não encontrar resposta naquele que busca informação. A capacidade informativa de um documento, entretanto, é inesgotável, pois é sempre possível colocar para um documento já explorado questões novas buscando obter novas respostas (MEYRIAT, 1981 apud LOUREIRO, 2015, p. 17).

E complementa:

Segundo Peter Van Mensch (1992), que aborda o objeto de museu como portador ou condutor de dados (object as data carrier), objetos de museus são documentos porque “testemunhos diretos (autênticos) de fenômenos naturais e culturais”. Refletir sobre o objeto de museu como documento implica, portanto, em abordar este último conceito. (LOUREIRO, 2015, p 13)

Seguindo o pensamento desses autores, concorda-se com Susan Bradley (2001), ao se referir a preservação de um objeto, quando este

ultrapassa o nível da teoria e da prática, da conservação e passa a ter-se a necessidade de um registro completo desse fato, com ilustrações ou fotografias.

Neste sentido, os objetos “não apenas demarcam ou expressam posições”, mas “organizam ou constituem o modo como os indivíduos e os grupos sociais experimentam subjetivamente suas identidades e status”. Constituem “parte de sistemas simbólicos ou categorias culturais cujo alcance ultrapassa esses limites empíricos e cuja função, mais do que a de ‘representar’, é a de organizar e constituir a vida social” (GONÇALVES, 2007 apud GOMES; OLIVEIRA, 2010, p. 44).

Ainda seguindo o pensamento de que os objetos teriam vida finita, e na possibilidade em garantir que essa vida se prolongue, aponta-se que seria esta uma responsabilidade dos profissionais da museologia e dos museus. Assim sendo, Bradley (2001, p. 19) afirma que “a história dos objetos antes deles fazerem parte de um acervo afeta suas probabilidades de sobrevivência”. Por isso, o papel da conservação nos museus é de grande importância, uma vez que a finalidade de um museu é a proteção dos bens sob sua guarda, por meio da segurança e conservação. Só assim formaliza-se uma documentação e se assegura que essas informações estejam disponibilizadas para futuras gerações de pesquisadores e dos públicos.

Essa é uma questão que caminha a passos lentos, e “embora tida como uma atividade tão antiga quanto as instituições que a abrigam, a documentação de museus desenvolveu-se lentamente, ficou à margem ou à deriva durante muito tempo [...]” (OLCINA, 1986 apud CERAVOLO; TÁLAMO, 2000, p. 241). O museu como instituição é responsável por disponibilizar ferramentas para pesquisa, facilitando o acesso a comunidade acadêmica e científica e aos públicos, preservando seu acervo. Para isso relembramos Chagas (1996a, p. 46), que se refere que musealizar e documentar, trata-se de “um ato de vontade”

Como vimos, os documentos são representações de memória e estão articulados à ideia de preservação. Ao se constituir um documento, de imediato se coloca com esta constituição a necessidade de preservá-lo. Ao longo do tempo essa necessidade exige permanente confirmação.

Para tanto é a memória que vai dar sentido nesse “ato de vontade”, trazer à tona a necessidade de disponibilizar essas lembranças através de objetos tridimensionais, documentais, fotografias entre tantas coisas que vão transformar conceitos, dando direito a preservação de uma memória. Ainda segundo este autor, “a memória é fundamental, uma vez que o novo não tem sentido sem a memória para reconhecê-lo. A memória justifica o novo, a informação e a redundância” (CHAGAS, 1996a, p. 45).

A problemática da documentação museológica vem sendo discutida em várias áreas da museologia, quanto a sua forma, que deve estar de acordo com a realidade de cada instituição, desde o plano museológico, arrolamento, inventários até suas fichas catalográficas. Os museus tendem a não formalizar e documentar seus acervos acarretando problemas com a perda de informação. Neste sentido, existem múltiplos autores e diversas informações explicando como se dá o processo de documentar e de se fazer documentação museológica nos museus, pensando na segurança de seus objetos. Conforme nos ressalta Padilha (2014, p. 20):

Uma vez selecionado, interpretado, registrado, organizado e armazenado, o objeto museológico torna-se patrimônio cultural. Essas ações são as que dão intencionalmente valor documental, patrimonial e informacional a ele, tornando-o um documento.

Pensando em documentação, pode-se estabelecer uma relação com vários termos, tais como: selecionar, pesquisar, interpretar, organizar, inventariar ou arrolar, classificar, armazenar, preservar, disseminar, comunicar – entre outros, como catalogar e acessar – que poderiam dar sentidos amplos e específicos sobre o ato de documentar. Seguindo o pensamento de Padilha (2014, p. 13), o conceito de documento é:

[...] qualquer objeto produzido pela ação humana ou pela natureza, independentemente do formato ou suporte, que possui registro de informação. O documento pode representar uma pessoa, um fato, uma cultura, um contexto, entre outros. Ele se caracteriza como algo que prova, legitima, testemunha e que constitui elementos de informação.

Com a documentação museológica o acervo pode estar disponível tanto à comunidade em geral quanto aos pesquisadores de outras instituições. O registro de arrolamento, catalogação do objeto adquirido e dos recém-adquiridos, ao entrar para o contexto museológico, permite que o objeto seja ressignificado, podendo ser restaurado passando, então, a ser disponibilizado para os públicos. Isso ressalta que a documentação museológica necessita estar sempre sendo atualizada, através de suas coleções, colocando o objeto em sua qualidade de patrimônio, com a finalidade de provocar transformações culturais e sociais permitindo o direito a memória. Conforme aponta Nascimento (1994, p.32),

de forma geral a documentação é conceituada como um conjunto de técnicas necessárias para a organização, informação e a apresentação dos conhecimentos registrados, de tal modo que tornem os documentos acessíveis e úteis.

Como cita Julião (2006, p. 97) o objeto deve ser analisado “[...] para além dos objetos em si, com vistas a inseri-los no mundo que os cercam, reconhecendo sua historicidade, suas relações com contextos sociais específicos”.

A documentação museológica enquadra-se na gestão de acervos, sendo o cumprimento desse quesito obrigatório às instituições museológicas, na Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Conforme Ceravolo e Tálamo (2000), tal tipo de documentação foi possuindo um significado maior ao longo dos tempos, seja como suporte (para as atividades administrativas ou como elemento de apoio para a pesquisas que nele são desenvolvidas), seja em função do objeto ou de suas coleções. Quando nos referimos a documentação museológica, nos referimos aos conceitos que ela defende, tais como: tempo, memória, significados e valores dados.

Cabe lembrar que esses são conceitos que se inserem dentro do discurso e das propostas do MIFSC-CF. Portanto, esses valores atribuídos na documentação museológica, estão concentrados em possibilitar maior conhecimento em relação ao acervo, sendo um dos alicerces para uma boa exposição, futuras pesquisas, preservação da memória institucional e da comunidade defendidas por esta mesma instituição. A documentação museológica é entendida como um conjunto de informações sobre cada objeto dos acervos e sua representação por meio da palavra e da imagem.

Dessa forma se esta documentação funcional faz parte do acervo não teria sentido ignorá-la e tirar sua legitimidade, considerando que os

objetos quando adentram em um museu são portadores de informações intrínsecas e extrínsecas. Na abordagem museológica as informações precisam ser identificadas, pelas características intrínsecas que são extraídas do objeto, isto é, pela forma, como este é explorado e analisado em suas propriedades físicas; e as extrínsecas que são as informações pesquisadas através de outras fontes, de outros dados sobre o objeto, e não do objeto propriamente. Quando o objeto museológico é incorporado ao museu, ele passa por uma trajetória, que conseqüentemente terá que ser documentada. Primeiramente, analisa-se como ele se relaciona, funciona e como ganhou significados, para depois ser identificado por suas fontes documentais e ou bibliográficas, e tornar-se legítimo, com a participação e testemunhos de uma comunidade (PADILHA, 2014).

A comunicação confere sentido ao documento, e assim se atesta que é através da comunicação que as relações se entrelaçam. Elas representam a necessidade de ressignificar e se firmar em sua função social. As questões que envolvem o conceito de documentação são muitas. Smit (2008, p. 19, grifos da autora), ressalta que:

A dimensão dinâmica do documento repercute em questões de autoria e autenticidade da informação, com a qual os profissionais da informação se debatem hoje, sem ainda ter chegado a uma solução conclusiva.

A documentação oscila hoje entre dois pólos, igualmente necessários, na medida em que esta deve conciliar:

- **uma ênfase no acervo** (independentemente de suporte, tecnologia e sistema de signos), ou seja, um cuidado com os registros, sua organização e preservação e
- **uma ênfase no acesso à informação**, o que é particularmente problemático quando os registros são eletrônicos, dada a rápida obsolescência das diferentes tecnologias envolvidas. De toda forma, o acesso à informação pressupõe sua organização, fornecendo evidências que permitam a elaboração de novas sínteses, para retomar a terminologia de Otlet e Briet.

Para ter uma dimensão das relações que envolvem a documentação e as agregações, com o avanço tecnológico que inicia no século XX, há o aumento de informações, e a necessidade em se adaptar as novas técnicas de segurança informacional. A atuação dos profissionais

de museu, devido às inovações científicas e tecnológicas, exige cada vez mais a especialização destes profissionais. Para isso foi necessário utilizar outros mecanismos para se inserir de forma atualizada na disseminação da informação, sabendo que é necessário que haja um emissor e um receptor para que a comunicação da informação seja concluída.

Aqui a informação é qualificada como um instrumento modificador da consciência e da sociedade como um todo. Aqui a informação é qualificada como um instrumento modificador da consciência do homem e de seu grupo. Deixa de ser uma medida de organização para ser a organização em si; é o conhecimento, que só se realiza se a informação é percebida e aceita como tal e coloca o indivíduo em um estágio melhor de convivência consigo mesmo e dentro do mundo em que sua história individual se desenrola. (BARRETO, 1994, p. 3).

Nesse sentido, segundo Yassuda (2009, p.16), as questões sobre documentação nos museus, passam ainda por outras informações:

A questão da documentação em museus, tema que desperta certas inquietudes no âmbito da Ciência da Informação, não se enquadra em sistemas codificados como se dá na documentação em bibliotecas e arquivos. A diversidade do acervo do museu requer uma amplitude maior dos campos de descrição, de maneira a atender a todas as demandas informacionais dos itens da coleção. Nos museus, cada peça do acervo é tratada unitariamente, mesmo que faça parte de uma coleção específica.

Portanto, quando a informação é assimilada, beneficia e gera outros conhecimentos, modifica e traz benefícios para os indivíduos e para a sociedade, na urgência e necessidade de gerar mais informações para o presente e futuro dos museus. Padilha (2014, p. 63, grifo da autora), explica que:

O sistema de informação do acervo é utilizado com o objetivo de fornecer informação de forma rápida, organizada e eficaz, qualquer que seja o seu uso. A **automatização do acervo** se preocupa com a informatização das atividades relacionadas ao tratamento documental, facilitando seu acesso pelo

público e contribuindo para a funcionalidade dos trabalhos administrativos realizados pelos funcionários do museu.

Através dos avanços tecnológicos foi permitido que os museus se adequassem de maneira mais rápida e eficaz de acordo com a capacidade de gestão e da realidade de cada museu, criar seu banco de dados, armazenando os dados de seus acervos museológicos, valorizando e disseminando de forma democrática as informações. A autora ainda completa:

São vários os elementos inter-relacionados a esse tipo de sistema, que vai da **coleta** (entrada), da **manipulação**, do **armazenamento** (processo) até a **disseminação** (saída) da informação, fornecendo um mecanismo de *feedback* para o museu. O processo de sistematização do acervo permite o controle, a segurança e o gerenciamento da informação, bem como colabora para o acesso e para a democratização da informação (PADILHA, 2014, p. 63, grifo da autora).

Já Barreto (1994, p. 5), analisa o processo da informação destacando que sua democratização teria que ser esclarecedora e libertadora:

Democratizar a informação não pode, assim, envolver somente programas para facilitar e aumentar acesso à informação. É necessário que o indivíduo tenha condições de elaborar este insumo recebido, transformando-o em conhecimento esclarecedor e libertador, em benefício próprio e da sociedade onde vive. A democratização do acesso à informação também não se limita à reprodução consentida de um estágio de desenvolvimento social homogeneizado por um menor conhecimento comum, que só traz benefício para a eficácia dos estoques e dos produtores de informação.

Também pode-se dizer que a partir do Thesaurus¹¹, as especificações para os objetos tiveram maior sistematização, visto que este busca organizar um vocabulário para evidenciar, fatos, registros, inventários, em uma ordem preestabelecida. Estruturado de modo que os relacionamentos entre os termos de equivalência e homografia, de hierarquia, de associação sejam indicados claramente e identificados, estes passaram a ter relevância facilitando o processo de inserção da informação na área da documentação museológica.

Os thesauri, são construídos para uma área específica do conhecimento, não existe um thesaurus geral, ainda que alguns cubram vários assuntos. No caso da Museologia, Ferrez e Bianchini criaram o Thesaurus para Acervos Museológicos, em 1987, o primeiro do gênero no país. A partir deste, outros thesauri surgiram aprimorando as informações sobre como documentar com mais clareza de informação. Metadados, por exemplo, precisam ter seu vocabulário controlado. No caso de buscas mais rápidas e para evitar a perda de informação relevante, podemos facilmente ilustrar esta necessidade com o seguinte exemplo: “papagaio, pipa, pandorga, arraia, cafifa, quadrado - todos termos para designar um único objeto/ brinquedo” (FERREZ, 1991, p. 8).

Souza (2008, p.124), exemplifica como um vocabulário controlado (como o thesaurus) exige uma linguagem com características específicas:

- a) o controle de vocabulário; b) a inter-relação temática entre termos de indexação; e c) a identificação de termos de maior e menor abrangência conceitual. Essas características fizeram do thesaurus um instrumento auxiliar de relevância para o indexador, como também para o usuário de sistemas de recuperação de informação.

Padilha (2014, p. 38), completa que: “o thesaurus tinha o objetivo reunir um conjunto ordenado de termos, de forma clara, sem

¹¹ A palavra Thesaurus é de origem grega e quer dizer ‘tesouro’. Foi inicialmente usada para designar léxico ou ‘tesouro de palavras’. A palavra Thesaurus aparece pela primeira vez no “Thesaurus of English Words and Phrases” de autoria de Peter Mark Roget publicado em Londres em 1852. As características e os objetivos próprios desta obra estão destacados em seu subtítulo que exprime com clareza que seu conteúdo consiste de: “palavras classificadas e arranjadas para facilitar a expressão de ideias e para ajudar a composição literária”.

<https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Vocabularios%20Controlados%20-%20Digital.pdf>

ambiguidades, que representasse, por meio de uma relação entre eles, o universo do acervo desse museu¹²”.

Na atualidade existe uma diversidade de exemplos de aplicação e uso do Thesaurus, que apontam sua importância como linguagem e representatividade para identificar os objetivos em recuperar a informação, sendo de relevância para a documentação museológica e na inserção no banco de dados. Constatando, através de Padilha (2014, p. 64), que se refere ao avanço na coleta de dados: “a base de dados permitirá o cruzamento e a recuperação da informação contida nos acervos museológicos, bem como contribuirá para o processo de interoperabilidade institucional”. A autora (2014, p. 64, grifo da autora), completa que:

Os bancos de dados são estruturados a partir de um **conjunto de metadados**, que fazem referência a dados contidos em um *software* e que fornecem informação sobre outra informação, de uma forma geral; é o dado sobre o dado. É ele que descreve e representa os objetos nos sistemas informatizados de acervos.

Complementando esta visão, Lancaster (1993 apud Ventura, 2015, p. 31) ressalta a importância do vocabulário controlado, quando se refere a importância da recuperação da informação:

Resgata a ênfase histórica do desenvolvimento dos sistemas de Recuperação da Informação em dois tópicos fundamentais: uma delas funciona baseada em termos de indexação tirada de um vocabulário controlado e outra linha da disponibilidade de textos completos, de forma legível, a fim de que o computador realize as buscas por palavras e combinações de palavras nos textos.

Todos esses avanços contribuíram para o aperfeiçoamento e dinâmica desses profissionais que, com novas informações, puderam utilizar métodos e técnicas cada vez mais eficientes e inovadoras para salvaguardar, restaurar e divulgar a informação, disponibilizando, assim, recursos para a sociedade: tanto dos públicos dos museus como a de seus pesquisadores.

Para uma apresentação sistemática dos documentos, o capítulo seguinte foi dividido em dois subcapítulos: 4.1 A pesquisa e os

¹² A autora refere-se ao Museu Histórico Nacional.

documentos e 4.2 O documento como memória: a trajetória do professor Franklin Joaquim Cascaes na instituição.

4 RENASCENDO O PROFESSOR FRANKLIN JOAQUIM CASCAES ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS FUNCIONAIS

O presente capítulo visa apresentar, em duas partes, o desenvolvimento do resultado da pesquisa. No subcapítulo 4.1, foram identificados os documentos funcionais de Franklin Joaquim Cascaes na instituição IFSC com o intuito de verificar os conteúdos das pastas desses documentos que deram início a pesquisa e a forma de organização para posterior análise.

No subcapítulo 4.2, são discutidos e analisados os conteúdos de alguns dos documentos funcionais identificados, dialogando com o processo de documentação museológica, a fim de esclarecer os caminhos da pesquisa e apresentar o que consta nos documentos funcionais do professor Franklin Cascaes. Além de utilizar os documentos do MIFSC-CF, foram utilizados alguns documentos que se encontram no Arquivo Permanente do IFSC, pois identificou-se lacunas informacionais nos documentos funcionais preservados no Memorial, sendo necessária a complementação, com o intuito de apresentar a trajetória profissional do professor na instituição.

4.1 A PESQUISA E OS DOCUMENTOS

Os documentos que foram doados ao MIFSC-CF estão em sete pastas, num total de 110 folhas A4, que são cópias dos originais que se encontram no Arquivo Permanente. No Arquivo Permanente possuem 12 pastas com um total de 270 folhas de documentos, entre cópias e alguns originais, contendo: certidões, processos, memorandos, requerimentos, cartas, ofícios, atestados médicos e fichas financeiras com seus proventos.

Os documentos funcionais salvaguardados no MIFSC-CF não estavam reunidos por datas e encontravam-se separados em pastas, sem nenhuma organização, portanto para se ter conhecimento da sequência dos documentos, conforme já foi explicado, a pesquisa estendeu-se ao Arquivo Permanente. Um dos servidores do Arquivo Permanente, quando questionado sobre não haver originais de alguns documentos, somente cópias a partir do papel carbono, informou que muitos documentos se perderam no antigo espaço sem condições adequadas, tendo ocorrido, inclusive, uma enchente no IFSC onde, muitos documentos desapareceram.

Vale relembrar o já exposto no capítulo 1.1 de que atualmente tais documentos estão em lugar com melhores condições, porém ainda não o ideal.

Os documentos originais do Arquivo Permanente estavam guardados em caixas de papelão, material prejudicial a conservação de documentos. No Laboratório de Imagem e Oralidade pouco foi encontrado além de 14 fotografias, um desenho a nanquim do M^o boytatá, único desenho do professor (Figura 1), um cartaz da semana de arte e cultura em homenagem ao professor Franklin Cascaes, o original do certificado de folclorista, uma cópia de um memorando solicitando que o professor realizasse trabalhos de Páscoa com os alunos (documento a ser apresentado no subcapítulo 4.2), e algumas fitas cassete com áudio de entrevistas de alunos e aposentados falando sobre o professor Franklin Joaquim Cascaes¹³. Os materiais que foram encontrados no Laboratório de Imagem e Oralidade Franklin Cascaes (LIO), durante a pesquisa estavam sendo repassados para o MIFSC-CF.

Verificou-se o conteúdo das pastas dos documentos funcionais para uma melhor análise sobre a forma de registrá-los, assim, definiu-se o registro informacional em planilhas. Foram elaboradas, então, duas planilhas: uma que seguia a numeração do MIFSC-CF, sistema de numeração alfanumérico, com número provisório, seguindo uma ordem das datas dos documentos do professor, iniciando com sua admissão; e a outra forma de dados para o Arquivo Permanente, com informações básicas sobre quantidade, localização, estado de conservação, somente para registro, garantindo a informação da quantidade de pastas e a localização.

Partindo dos conceitos sobre o que é documentação museológica e sua diferença entre o que é um documento de arquivo e de museu, é que se definiu o formato das planilhas. O sistema alfanumérico é o sistema mais usado nos museus, isto porque através desse sistema podemos preservar duas ou três informações que são fundamentais, para o acervo, a sigla da instituição, o número de registro e os desdobramentos quando se têm, utilizando letras ou números. São inúmeras as diferenças entre a documentação de Arquivos, Bibliotecas e Museus.

O formato, ou suporte informacional também se destaca como potencial diferenciador entre ambos, por exemplo, as informações intrínsecas de um livro estão no próprio livro, enquanto que as

¹³ As fotografias e as fitas cassetes encontradas no LIO não foram exploradas nesta pesquisa.

informações extrínsecas de um objeto devem ser buscadas por meio da pesquisa. Dessa forma, o tratamento da informação amparado pelo sistema documental nos dois ambientes difere à medida que as características próprias de cada um sejam reveladas. Como unidades de informação, o ponto de convergência entre bibliotecas, arquivos e museus estaria centrado no objetivo, o tratamento da informação para que ela possa ser utilizada. (YASSUDA, 2009, p. 61).

Ferrez (1991) refere-se à documentação como um processo técnico que tem por finalidade o registro e a catalogação de toda informação dos acervos dos museus.

Há, entretanto, uma preocupação crescente com o caos documental. A existência de museus cheios de objetos pobremente documentados; as exigências administrativas de maior controle no que diz respeito aos documentos legais de aquisição e empréstimo de acervo; o surgimento, em muitos museus, do departamento de registro e da figura do registrador; as recentes mudanças na orientação da Museologia/Museografia, tradicionalmente centradas nas propriedades físicas dos objetos, no sentido de preservar também as informações referentes ao contexto dos mesmos; e uma maior consciência do papel social dos museus, são alguns dos fatores que têm levado a se repensar o papel da documentação e dar-lhe a devida importância. (FERREZ, 1991, p. 9).

A escolha baseou-se na documentação museológica já utilizada no MIFSC-CF, e nos conceitos e definições de como documentar:

Cada museu vai definir qual o sistema de numeração mais adequado para o acervo que possui, assim, é o acervo que vai nos dizer qual o sistema mais apropriado e que venha a responder as necessidades da coleção. Desta forma se [sic] faz necessário um conhecimento dos objetos e suas características para escolha do tipo de numeração. O sistema possui vários tipos de numeração, a saber: corrido, alfa numérico, bipartido, binário sequencial e tripartido, deve-se escolher um só tipo de numeração para toda a coleção independente da

variedade de objetos que possamos ter no acervo. (NASCIMENTO, 2004/2005, s/p).

O arrolamento foi realizado de acordo com a necessidade do MIFSC-CF e a seleção seguiu uma lógica já utilizada de numeração provisória e posterior aquisição considerando seus desdobramentos, seguindo a regra da documentação museológica e a numeração alfanumérica como base da documentação. A proposta para que os documentos recebessem esse cuidado foi o de manter a mesma organização utilizada já que, segundo Padilha (2014, p. 10), “ao pensar no objeto museológico, deve-se levar em conta a informação que ele carrega consigo antes e depois de ser adquirido pelo museu”. E prossegue, afirmando que o “arrolamento ou inventário, é a contagem de todos os objetos que fazem parte de um museu, um primeiro reconhecimento detalhado”. Neste caso, a referida planilha arrolou todos os documentos do professor.

A planilha foi elaborada conforme o modelo apresentado na Figura 17 com oito metadados selecionados levando em conta a lógica da documentação museológica do MIFSC-CF.

Figura 17 – Planilha criada para levantamento dos documentos.

LEVANTAMENTO DE DOCUMENTOS PESSOAIS - FUNCIONAL							
PROFESSOR FRANKLIN CASCAES - MEMORIAL - IFSC-CF							
Nº DE ORDEM	Nº PROV. E POSTERIOR AQUISIÇÃO	OBJETO	MATERIAL	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DADOS DOS DOCUMENTOS	LOCALIZAÇÃO	OBSERVAÇÕES

Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

Segundo Nascimento (2004/2005), o sistema bipartido é o sistema de dois números e, dentro deste, temos dois tipos: um contendo o ano de produção do objeto, o número de registro e os desdobramentos e a segunda opção sendo composta do ano de entrada da peça no museu, o número de registro e os desdobramentos.

A autora chama a atenção para as mudanças que ocorrem quando se muda o registro: “importante registrar que toda vez que muda o ano de produção ou de entrada das peças, temos que zerar o número de registro e o número seguinte, começa com 001 novamente”. (NASCIMENTO, 2004/2005, s/p).

Figura 18 – Imagem do livro de arrolamento do acervo MIFSC-CF.

MEMORIAL DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA/IFSC – CAMPUS FLORIANÓPOLIS

folha nº. 104

Verificar folha nº. 03

número de ordem	número provisório	objeto	material	tomamento patrimonial	estado de conservação	observações
27	MIFSC 003.9	GAUETA	MADEIRA	TTUR864 S01850	BOM	ENCANTADA POSTERIOR- MENTE PARTE DO CONJUNTO MIFSC 003 NO34151617819 10
28	MIFSC 003.10	GAUETA	MADEIRA	TTUR864 S01850	BOM	ENCANTADA POSTERIOR- MENTE PARTE DO CONJUNTO MIFSC 003 NO34151617819 10
29	MIFSC 249 292	MÁQUINA PRELO P/IMPRESSÃO TIPOGRAFICA	METAL	303070 CETET/SC	BOM	ETQ: DITO DE ARI.O AB SEMIR DE ENSINO S03 070 SETOR DE BOMBEIA CIDADES ETQ. PENALÉUTICUM LTDA Expo 1009A
MIFSC 250 293	MÁQUINA PRELO PARA IMPRESSÃO TIPOGRAFICA	METAL	503060 CEFET/SC	BOM	ETQ: A137 MARCHA CONSUMI ETQ: CIA T. JAVIER 1009A Expo 1009A Possui motor	

Fonte: Foto da autora, 2018.

No caso do MIFSC-CF, foi utilizado o sistema alfanumérico para as etiquetas de documentação, desta forma:

- MIFSC 001 Cadeira de gabinete;
- MIFSC 002 Cadeira de gabinete;
- MIFSC 003. 1 Mesa de gabinete;
- MIFSC 003.2 Gaveta;
- MIFSC 003.3 Gaveta;
- MIFSC 004 Fotografia;
- MIFSC 031.1, Cavalete para Tipos; e assim por diante.

Com uma numeração provisória para os acervos que ainda não passaram pela comissão de acervo. Os itens da planilha foram pensados neste tipo de numeração e seus desdobramentos, e acrescentado o item “dados dos documentos”, numa sequência de datas e acontecimentos que ocorreram ao longo de sua carreira na instituição, como se pode ver na Figura 18 do livro de arrolamento do acervo do MIFSC (página anterior), na Figura 19 (etiqueta de numeração provisória dos objetos) e na Figura 20 (etiquetas para peças de estudo e posterior aquisição).

Figura 19 – Imagem da etiqueta de numeração provisória dos objetos.

Levantamento do Acervo do Memorial IFSC - Campus Florianópolis

número provisório: _____

objeto: _____

Levantamento do Acervo do Memorial IFSC - Campus Florianópolis

número provisório: _____

objeto: _____

Fonte: Foto da autora, 2018.

Figura 20 – Imagem das etiquetas para peças de estudo e posterior aquisição.

MEMORIAL IFSC
CAMPUS FLORIANÓPOLIS

(e) _____

Data: _____

Fonte: Foto da autora, 2018.

Os objetos quando adentram em um espaço museológico devem ser analisados e adequados ao sistema utilizado na instituição, caso este sistema já exista, ou um profissional museólogo deverá criar um sistema documental, caso a instituição não tenha ainda formalizado sua documentação.

Um objeto museológico, portanto, pode ser classificado de várias formas, ou seja, a classificação é uma área que deve ser bem estudada para evitar subjetividades. Em outras palavras, a classificação não pode ser uma atribuição pessoal, mas deve ser compreendida de uma forma cultural mais ampla. De preferência, deve ser resultado de uma compreensão do papel daquele objeto na coleção. Alguns sistemas alfanuméricos são utilizados para indicar a forma de entrada no museu, ou seu tipo de material e técnica, ou sua função, ou sua área geográfica de origem etc. (BOTTALLO, 2010, p. 66).

A Figura 21 demonstra a forma como a planilha foi preenchida, com alguns dos itens principais do arrolamento iniciado. Como MIFSC já possuía seu modelo de Ficha de catalogação, esse documento não foi incluído. Cabe ressaltar, que o MIFSC-CF realiza pesquisas para aplicar em seu sistema documental o Doc Musa, o programa automatizado que foi desenvolvido para catalogar acervos de museus. No entanto, não pode ser aplicado devido aos custos, faltando somente o investimento na compra do *software*. Segundo Ventura (2015), a ficha de catalogação em formato digital é mais dinâmica, e seu modo de busca é mais eficiente, que a ficha física.

O museu é uma unidade de informação que trabalha com a organização, o tratamento, o armazenamento, a recuperação e a disseminação da informação produzida a partir de suas coleções. Neste sentido, cabe a ele desenvolver um sistema documental que esteja em conformidade com os princípios da Teoria da Documentação, utilizando as linguagens documentárias que irão proporcionar a maximização na recuperação e acesso à informação. (VENTURA, 2015, p. 80).

Figura 21 – Modelo de planilha criado pela autora para o MIFSC.

LEVANTAMENTO DE DOCUMENTOS PESSOAIS - FUNCIONAL MEMORIAL MIFSC-CF							
Nº de Ordem	Nº PROV. e POSTERIOR AQUISIÇÃO (e)	OBJETO	MATERIAL	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DADOS DOS DOCUMENTOS	LOCALIZAÇÃO	OBSERVAÇÕES
01	(e) 001 DESDOBRAMENTO S: 11 folhas - 001.1; 001.2; 001.3; 001.4; 001.5; 001.6; 001.7; 001.8; 001.9; 001.10; 001.11.	1- Uma Pasta de Documento Funcional do professor Franklin Joaquim Cascaes, capa contendo 11fs. Na capa escrito em letras Tipográficas (Tipografia da própria instituição MIFSC-CF) ESCOLA INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA Manuscrito o nome do prof. FRANKLIN JOAQUIM CASCAES e a palavra ADMISSÃO	Uma Pasta c/ capa em folha A4 e contendo 10 folhas A4, cor Branco.	BOM	(e) 001.1. Assunto: Portaria 118 de 15 de 06/1942 Admite no cargo de Coadjuvante de Ensino VIII da Divisão de Ensino Industrial, pelo prazo de 3 meses e 9 dias com salário de 450\$000 (quatrocentos e cinquenta mil reis, correndo despesa por conta da verba 1. Carimbado e Averbado (carimbo ilegível) somente a data em 28/08/1942	Cópias dos Documentos em folha A4 no Memorial MIFSC- Originais no Arquivo Permanente Estante 11 - por ordem alfabética N°33- caixa 4 com etiqueta de nomes, número de ordem 05; o nome do professor Franklin Joaquim Cascaes . Sem número de Patrimônio -	OBS: O documento de ADMISSÃO não se encontra na Pasta do Memorial, somente uma Cópia no Arquivo Permanente com os seguintes dados: CÓPIA consta a ADMISSÃO propriamente no dia 3 de junho de 1941 prestou prova de habilitação para professor Coadjuvante de Ensino (Curso de Desenho) e admitido na referida função em 3 de Abril de 1945, assinado pelo Auxílliar de Escritório e a palavra CONFERE. Todas as folhas que estão no MIFSC-CF são CÓPIAS, algumas com o original no Arquivo Permanente e outras que estão no Arquivo Permanente também são cópias. Os originais não foram localizados. Na Pasta do Arquivo Permanente também consta um Boletim de Pessoal, Original com 8 fs, a capa do Boletim esta xerocada em folhas A4 na Pasta (e)01 no MIFSC-CF

Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

Figura 22 – Planilha elaborada para o Arquivo Permanente

DOCUMENTOS DO ARQUIVO PERMANENTE			
Nº DE ORDEM	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	QUANTIDADE DE FOLHAS POR PASTA	OBSERVAÇÕES
01	REGULAR	PASTA 01 - ADMISSÃO : 3 Folhas. Cópias, 2 em papel manteiga e 1 folha A4, todas amareladas e com manchas de umidade, mais 1 BOLETIM DE PESSOAL COM 8 Folhas (original)	<p>LOCALIZAÇÃO NO ARQUIVO PERMANENTE</p> <p>- Documentos em folhas soltas dentro de pasta de papel cartão e colocadas em envelope Amareló, guardadas em caixa de Papelão (conforme imagem na Planilha IMAGENS). Arquivo Permanente - Estante 11 - por ordem alfabética- Nº33- caixa 4 com etiqueta de nomes, número de ordem 05, o nome do professor Franklin Joaquim Cascaes . Sem número de Patrimônio</p>
02	REGULAR	PASTA 02- DOCUMENTO de POSSE - 12 folhas A4 amareladas + capa e contra capa divididas e soltas com manchas de umidade, Todas as folhas cópias de documentos	<p>OBSERVAÇÕES</p> <p>A FOLHA DE ADMISSÃO PROPRIAMENTE DE 1941 ESTÁ NA PASTA 02 - O BOLETIM DO PESSOAL nº 88 CONSTA O NOME DO PROFESSOR FRANKLIN J. CASCAES NA pg.1918. Assunto: Com faltas justificadas em 26/07/1944. Assunto: portaria Nº 118 de 15 de abril de 1942, refere que o professor desempenhou função no Licen Industrial de Santa Catarina - Despacho do presidente da República na Exposição de Moritios nº 490, de 21 de Fevereiro de 1938- Correndo a ítem V do artigo 26 do decreto -Lei N.º 240 de 4 de Março do corrente ano e do disposto no ítem V do artigo 26 do decreto -Lei N.º 240 de 4 de Fevereiro de 1938- Correndo a Verba 1 - pessoal, Consignação II Pessoal Extra Numeração, sub-consignação 05 - Mensalista, ítem 33 - Departamento Nacional de Educação Nº2. (Entre outros).</p> <p>Consta uma marcação em pequeno papel amareló a palavra ADMISSÃO, junto uma cópia do Atestado em 05/06/41. - Assunto: ARMAS DA REPUBLICA - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE - ESCOLA INDUSTRIAL DE FLORIANOPOLIS - Atesto para fins de Direito que o Sr. FRANKLIN J.CASCAES prestou em 03 de Junho de 1941 Prova de Habilitação para Coadjuvante de Ensino (CURSO DE DESENHO ORNAMENTAL), em virtude da qual foi admitido na referida FUNÇÃO- Florianópolis, 3 de Abril de 1945. - a) Cid Rocha Amaral Diretor. (escrito a palavra CONFERED) e o nome CID ROCHA AMARAL com uma assinatura do Auxiliar de Escreitório VIII. (Entre outros).</p> <p>LOCALIZAÇÃO NO ARQUIVO PERMANENTE</p> <p>- Documentos em folhas soltas dentro de pasta de papel cartão e colocadas em envelope Amareló, guardadas em caixa de Papelão (conforme imagem na Planilha IMAGENS). Arquivo Permanente - Estante 11 - por ordem alfabética- Nº33- caixa 4 com etiqueta de nomes, número de ordem 05, o nome do professor Franklin Joaquim Cascaes . Sem número de Patrimônio</p>

Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

A planilha para os documentos do Arquivo Permanente (Figura 22, página anterior) seguiu padrões diferentes aos do MIFSC-CF por não ser acervo do Memorial, sendo elaborada com somente cinco itens: nº de ordem, estado de conservação, quantidade de folhas por pasta, observações e localização no arquivo permanente. Tal planilha foi criada com o objetivo de que esses documentos não se extraiam, e, que sejam salvaguardados, garantindo para o Memorial os originais em sua solicitação de permuta, processo já iniciado durante a pesquisa, com tramite entre Biblioteca que é a responsável pelo Arquivo Permanente e a Coordenação do MIFSC-CF, essa permuta entre setores foi analisada e assegurada sua possibilidade dentro das normas da instituição.

O conceito de documento de arquivo foi definido pela Lei 8.159:

Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Toda instituição tem sua atividade de documentar, chamada como atividade-meio, o arquivo trabalha com uso das tabelas de temporalidade, segundo tipologia e função documental, determinada pelo CONARQ¹⁴. Documentos de Arquivo armazenam tudo que uma unidade administrativa produz, estão ligados ao valor de prova, ao valor fiscal e legal, tendo como princípio de sua criação cumprir o objetivo em seguida, em que o fato acontece e como consequência valor histórico, mas não teve esse propósito no ato de sua criação.

¹⁴ CONARQ é um órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo. O CONARQ é responsável pela edição de decretos regulamentadores da Lei n. 8.159, e de resoluções que tratam de temas diversos relativos à gestão de documentos convencionais e digitais, microfilmagem, digitalização, transferência e recolhimento de documentos de qualquer suporte, classificação, temporalidade e destinação de documentos, acesso aos documentos públicos, capacitação de recursos humanos, terceirização de serviços arquivísticos públicos, dentre outros. <http://www.arquivonacional.gov.br/br/>

Schmidt (2012, p. 104) define a história dos arquivos como:

O processo de desenvolvimento do campo dos arquivos anterior ao estabelecimento oficial do arquivo enquanto instituição, indo desde as necessidades sentidas pelo homem em produzir e manter documentos até a concepção de arquivo como um ramo especializado do serviço público, ou seja, o arquivo como instituição com funções e serviços específicos, inaugurado a partir da Revolução Francesa (1789). Compreende os períodos que a historiografia tradicional nomeia de Antiguidade, Idade Média e Época Moderna.

A forma pensada para a planilha foi a de unir algumas funções, uma mistura com a documentação museológica, já que, segundo Chagas (1996a, p. 40), “[...] museus, arquivos e bibliotecas estão sustentados num trinômio composto pelos seguintes elementos: lugar ou espaço; objeto, livro ou documento; usuário ou público”.

Diante da afirmativa de que existe uma relação entre esses três espaços de pesquisa, foi possível criar um vínculo entre a forma de organização das planilhas dos documentos de arquivo com base na documentação museológica.

Portanto, foi necessário que a planilha dos documentos funcionais do Arquivo Permanente tivesse esses critérios diferenciados, como forma de salvaguarda desses documentos, tais como o número de ordem, que têm a função de garantir a quantidade de pastas com documentos encontrados, confirmados pela quantidade de folhas por pastas, o estado de conservação, as observações básicas e confirmação de sua localização para melhor organização da planilha.

A documentação museológica constitui em registrar toda informação sobre o acervo, segundo Padilha (2014, p. 35) “pode ser abordada por dois vieses: a documentação do objeto e a documentação das práticas administrativas do museu”. Ao compor as informações desta forma, pensou-se em deixar a informação básica sobre os documentos funcionais, que se caracterizou como acervo no MIFSC-CF, para que num futuro – espera-se não muito distante – a instituição possa transferi-la para um banco de dados, em um sistema de informação, completando outros projetos que já estão encaminhados para que a recuperação da informação seja efetuada. Como nos explica Padilha (2014, p. 64), “a base de dados permitirá o cruzamento e a recuperação contida nos acervos museológicos, bem como contribuirá para o processo de

interoperabilidade institucional”. Essas questões já foram defendidas também em pesquisas sobre como utilizar a informação, para facilitar o acesso, explica Ventura (2015), quando utiliza o DocMusa para sistematizar uma documentação mais efetiva e facilitar o acesso documental no MIFSC-CF.

A informação não existe por si só, depende do ser humano para ser processada, e mais que isso, da vontade e das parcerias para que os museus se atualizem e compreendam que o uso das novas tecnologias serão um avanço, que facilita o trabalho tanto do profissional como do acesso para os públicos e pesquisadores. Padilha (2014), faz uma reflexão sobre essa questão, lembrando que um objeto museológico quando está devidamente registrado com todas as informações necessárias transforma-se em uma fonte de informação, tornando-se um instrumento e construindo novos conhecimentos. Manter o museu aberto, facilitando as pesquisas que devem ser incentivadas, dando acesso aos públicos, pesquisadores e comunicando, formará aliados em busca por mais informação.

Após a organização das pastas identificando os conteúdos dos documentos constatou-se o quanto havia de comprovações dos acontecimentos da trajetória da vida profissional de Franklin Cascaes. Relembramos a necessidade em deixar registrados esses documentos já que, por meio dos documentos funcionais passamos a entender o porquê de tantas falas desgostosas sobre ser professor (em suas entrevistas e cartas), informações estas defendidas em outros trabalhos acadêmicos. Os documentos sobre a carreira do professor nesta Instituição, hoje IFSC, comprovam suas reivindicações por se achar injustiçado quanto as funções e cargo que ocupava, assim como os níveis e padrões utilizados pela mesma, merecendo, portanto, uma cuidadosa análise.

No quadro a seguir um exemplo de sistematização de identificação dos conteúdos de documentos funcionais que estão organizados por Pastas, base para planilha.

Os documentos encontrados (entre eles, solicitações de abono salarial por tempo de serviço, solicitação de comprovante de curso, pedidos de licença médica, atestados médicos, memorandos de esclarecimentos quanto ao nível de categoria alcançado, ofício de divergência quanto aos níveis estipulado pela instituição, ficha cadastral com foto constando cursos extras) são elos que se juntam numa comprovação de fatos que a sua memória e as suas desesperanças se confirmam numa verdade registrada e documentada.

Quadro 1 – Sistematização dos conteúdos de documentos funcionais.

Pastas	Documentos funcionais MIFSC-CF	Exemplo de Conteúdos
1 Admissão: 11 fls	Portarias de Admissão, Decreto funcional. Boletim de Pessoal	Boletim de Pessoal de 1944 Título de nomeação de 1941, entre outros.
2 Documentação p/Posse: 12 fls	Declaração, Ofícios com decreto de Admissão do MEC, Processos	Certificado de Reservista, Certidão de Nascimento, Histórico Funcional da Escola Profissional Feminina, entre outros.
3 Gratificação: 6 fls	Requerimentos, Ofícios, Memorandos	Solicitações de tempo de serviço, 20 anos de serviço. Gratificação adicional de 15%, entre outros.
4 Revisão de Enquadramento: 10 fls	Processos, Certidões, Ofícios de revisão de Enquadramento	Revisão de enquadramento de nível, solicitação de revisão de processo por conflitos entre cargos de Nível “16 e “17”, entre outros.
5 Gratificações quinzenal, base de 30% - 30 anos de serviço: 19 fls	Processos Memorandos Certidão	Classificação de cargo nível “19”. Devolução referente ao tempo de serviço. Despacho em resposta, se o nível 16 e “17” seriam do 1º ciclo ou 2º ciclo, entre outros.
6 Documentos Diversos: 23 fls	Processos, Certidões, Ofícios, Anexos, Atestados, Laudos Médicos	Solicitações de parecer sobre seu o nível “19” e prorrogações de licenças. Solicitação de Aposentadoria, entre outros.
7 Licença p/ tratamento de Saúde: 29 fls	Memorandos, Ofícios, Pedidos de Licenças, Atestados	Prorrogações de Atestados com solicitação de parecer sobre o estado de saúde, Laudos para tratamento médico. Exames Nacional de Sanidade e Capacidade Física, entre outros.

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

4.2 O DOCUMENTO COMO MEMÓRIA: A TRAJETÓRIA DO PROFESSOR FRANKLIN JOAQUIM CASCAES NA INSTITUIÇÃO

Neste subcapítulo, serão apresentados alguns documentos funcionais considerados mais relevantes para ilustrar a trajetória do professor na Instituição. Analisaremos as cópias de documentos que foram encontrados no MIFSC-CF, mas, também, alguns documentos originais do Arquivo Permanente do IFSC, esclarecendo a importância em completar as informações para preencher a lacuna deixada nas cópias entregues ao MIFSC-CF. A sequência histórica documental do acervo que está no MIFSC-CF, não se completaria sem a leitura também dos documentos do Arquivo Permanente.

Partindo do princípio de que a informação necessita de estratégias de recuperação para uma organização, é necessário fazer esse traçado para complementar a informação documental. Araújo (2013, p. 21) coloca que: “organizar e representar a informação não são processos de ‘reprodução’ da realidade, não consistem na produção de um ‘espelho’ do real”. Dessa forma é possível que possamos expandir informações para que os dados necessários se complementem. O autor completa:

[...] antes, significam diferentes maneiras (realizadas por atores específicos, em contextos sócio históricos específico e, importante destacar, a partir de tecnologias específicas) por meio das quais a realidade é apreendida e sistematizada. (ARAÚJO, 2013, p. 21).

A pasta funcional do professor Franklin Joaquim Cascaes é formada por correspondências oficiais enviadas da instituição para o professor, e do professor para a instituição (ofícios, portarias, termos de posse e outros), um conjunto de documentos que nos fornece informações pontuais sobre sua vida profissional. Desta forma, foram selecionados alguns documentos para demonstrar e comprovar que sua passagem como professor na instituição foi de forma conturbada, mas, principalmente, para destacar os vestígios significativos da sua trajetória profissional na Escola Industrial de Florianópolis.

Pesquisar e contribuir em todas as áreas do conhecimento é necessário e importante para complemento das informações, afinal as áreas tanto da Arquivologia quanto da Museologia, com a sua documentação museológica, estão interligadas. Segundo Nascimento e Freire, as informações precisam ser processadas e organizadas.

As informações, sejam em que contexto for, precisam ser processadas, organizadas e tratadas, levando em conta a democratização do acesso à informação e para que isso aconteça, é necessário ser interdisciplinar em suas ações e em suas pesquisas, assim como, nos resultados que elas apresentam. (NASCIMENTO; FREIRE, 2014, p. 35).

Algumas referências sobre o professor multiplicam-se em pesquisas sobre o artista e folclorista, comprovando a importância que tiveram para trabalhos como o de: Caruso (1981), Freitas (1996), Fernandes (2007), Meira (2009, 2011, 2013), Krüger (2010), Ghizoni (2011), Michelmann (2015), Pilar (2016), e tantos outros que se inspiraram nessa figura que se tornou tão ilustre.

Para tanto, nesse subcapítulo 4.2, é realizada uma análise documental, isto é análise dos documentos funcionais do professor narrando algumas questões que comprovam sua trajetória, relacionando-os com as informações de outros autores que discorrem sobre sua passagem na instituição IFSC. Abordaremos a experiência de Cascaes como professor, comprovando a memória através de registros documentais.

Por trás de todas as fantasias criadas encontra-se a pessoa de Franklin Joaquim Cascaes, nascido em 16 de outubro de 1908 às 8 horas, no subdistrito do Estreito e registrado em cartório do mesmo, conforme cópia da certidão de nascimento, na Figura 23 (página seguinte).

Consta que antes de ir para a Escola Industrial o professor trabalhava na Escola Profissional Feminina em 1935 com o cargo de servente, conforme documento da Figura 24. Do período de 1935 a 1941 ocupava um cargo que não lhe exigia formação, além do pouco ensino que tinha.

Figura 23 – Cópia da certidão de nascimento de Franklin Joaquim Cascaes.

M. E. S. - ESCOLA INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS

Visto

DIRETOR

C Ó P I A

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL.- ARMAS DA REPÚBLICA.- ESTADO DE SANTA CATARINA.- CERTIDÃO DE NASCIMENTO.-
 Atahualpa de Andrade Oficial do Registro Civil do 2º Sub-Distrito de Estreito da cidade de Florianópolis do Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc. Certifico que no livro número 16, de registro de nascimento deste distrito á folha número 57 a 57 sob o termo número 3488 consta o assentamento do nascimento de FRANKLIN JOAQUIM CASCAES do sexo masculino de cor branca nascido em neste sub-Distrito em dezesseis de Outubro de mil novecentos e oito ás 8 horas, filho legítimo de Joaquim Serafim Cascaes e de sua esposa Dona Maria Catarina Cascaes, naturais deste Estado casados neste sub-Distrito, residente neste sub-Distrito, neto paterno de Serafim Joaquim Cascaes e de Dona Maria Rosa Cascaes e materno de Francisco Claudino d'Ávila e de Dona Catarina Ana de Jesus. Foram testemunhas da declaração Nicolau Tancredo e Procopio Andrade e declarante o próprio registrando. O referido é verdade e dou fé. 2º Sub-Distrito do Estreito, 5 de Abril de 1946. Sobre estampilhas federais de cinco mil réis e quarenta centavos de Educação e Saúde continha o seguinte: a) Atahualpa de Andrade Oficial do Registro Civil 5.4.44. Sobre estampilhas estaduais de vinte centavos; vinte centavos; e dez centavos, continha o seguinte carimbo: Atahualpa de Andrade Oficial do Registro Civil.

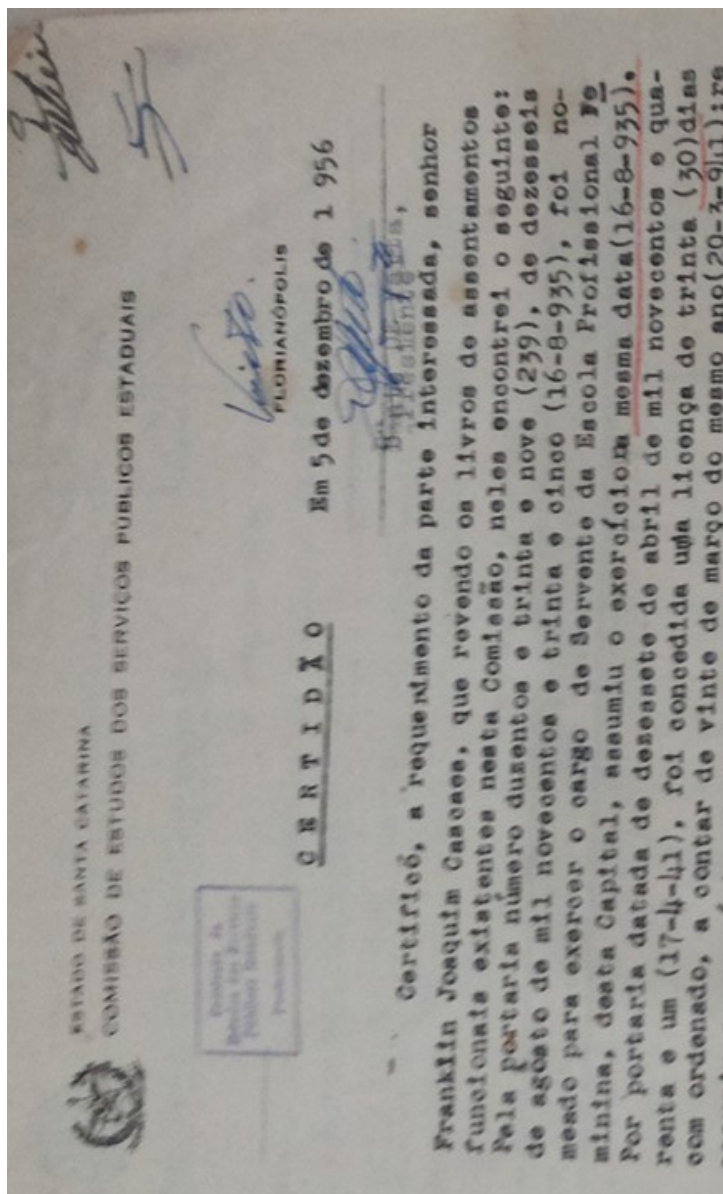
-:0000:-

C o n f e r e

Domingos
 ANO DE 1946 VIII

Fonte: Acervo MIFSC-CF, 2018.

Figura 24 – Recorte da Certidão de tempo de serviço na Escola Profissional Feminina.



A história se faz no tempo e há um tempo para a história. Passados mais de um século de sua existência, os fatos históricos de um personagem que tem contribuído para uma sociedade, registrando seus costumes, suas identidades agregando valor social e cultural criam seu valor museal por si mesmos. Cascaes foi exonerado em 1941 Escola Profissional Feminina, conforme recorte da certidão, na Figura 25.

Figura 25 – Recorte da certidão com a data de exoneração da Escola Profissional Feminina em 1941.

... (10-7-941), foi concedida uma licença de vinte dias sem vencimento, a contar de quatro de junho do mesmo ano (14-6-941). Pela resolução numero dez mil novecentos e cinqüenta e dois (10.952), de trinta de setembro de mil novecentos e quarenta e um (30-9-941), foi exonerado a pedido, deixou o exercício da primeira vez de outubro do mesmo ano (1-10-941). Conta assim o requerente, no período de dezesseis de agosto de mil novecentos e trinta e cinco (16-8-935) a primeiro de outubro de mil novecentos e quarenta

Fonte: Acervo Arquivo Permanente, 2018.

Em 1942 é convidado pelo então Diretor Cid Rocha Amaral da Escola de Artífices para ocupar cargo de Coadjuvante de Ensino e isso passa a ter outro peso, outras exigências sobre sua formação. Em uma de suas cartas, recorte da carta em 06/03/69, endereçada a Tarso Dutra, Ministro da Educação nesse período, o professor Franklin se referia ao cargo que ocupava no início da sua carreira de professor:

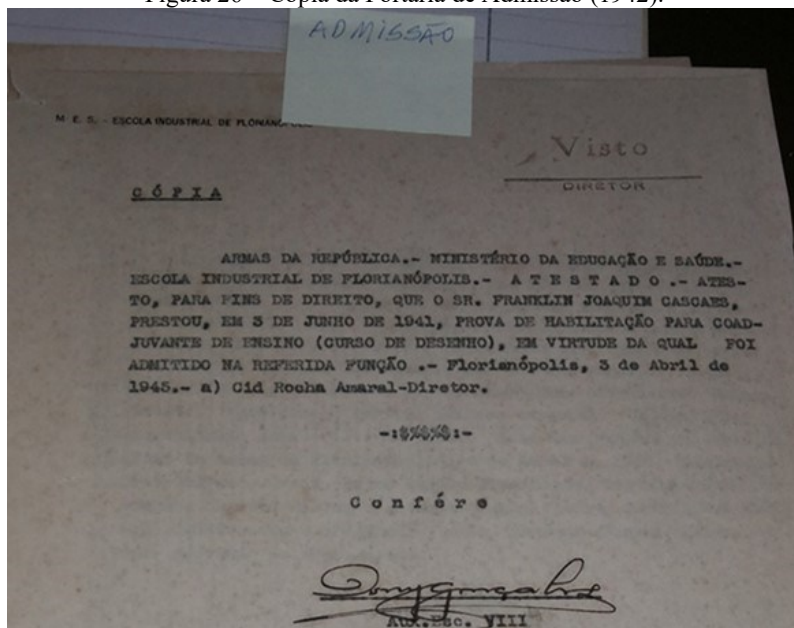
Sou humilde professor de desenho na Escola Técnica Federal de Santa Catarina há vinte e oito anos. Aqui fiz meu curso noturno de quatro anos e logo após prestei concurso para professor coadjuvante de Desenho Ornamental. Fui professor de modelagem, cerâmica e trabalhos manuais na mesma escola pois ali cursei estas matérias dentro do programa do curso noturno. Trabalhei numa Escola Profissional Estadual como servente durante o tempo que estudei na hoje ETFSC – antiga escola de aprendizes artífices_ Liceu Industrial, Escola Industrial. Sempre com o espírito voltado para a cultura tradicional, resolvi a partir do ano de 1948, estudar Ciências Folclóricas da Ilha de Santa Catarina aqui. (FERNANDES, 2007, carta 7-caderno50, s/p.).

Reforço sua escrita com o pensamento de Chauí (2000, p. 159), que também se reporta a importância da memória e acrescenta que:

Além dessa dimensão pessoal e introspectiva (interior) da memória, é preciso mencionar sua dimensão coletiva ou social, isto é, a memória objetiva gravada nos monumentos, documentos e relatos da história de uma sociedade.

Na Figura 26 a seguir, a comprovação da data de sua Admissão com uma etiqueta amarela com a palavra escrita “ADMISSÃO” A etiqueta estava colada ao documento, marcação de algum pesquisador, segundo o responsável pelo arquivo. Esse documento também consta no acervo do MIFSC-CF, porém a escolha se deu para demonstrar que pesquisadores procuram registros para seus trabalhos, mais uma forma de demonstrar que esses documentos necessitam de cuidados e de outras formas de acesso.

Figura 26 – Cópia da Portaria de Admissão (1942).

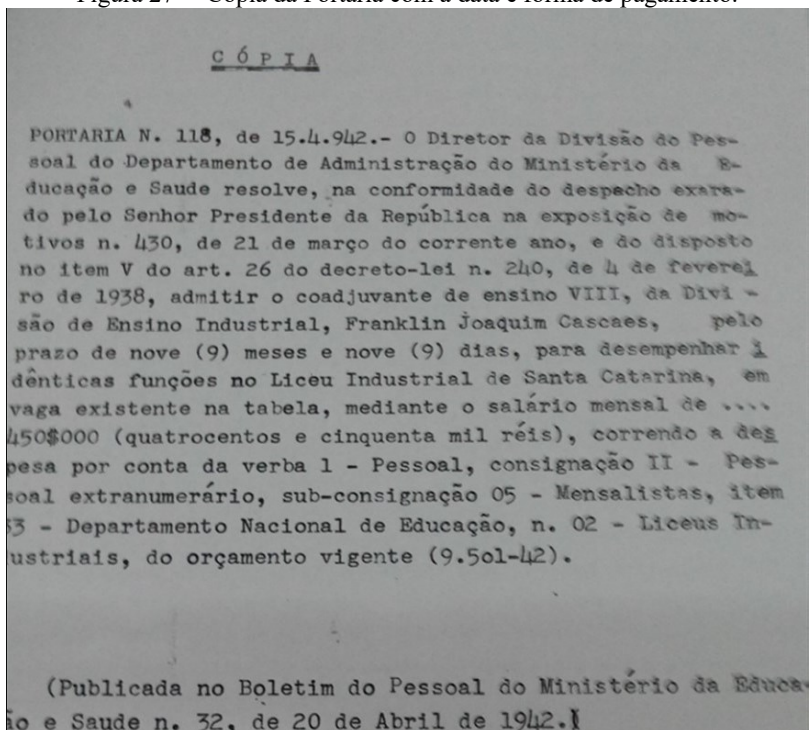


Fonte: Acervo Arquivo Permanente, 2018.

Nos documentos e em seus relatos sobre sua relação com o IFSC, a referência é sempre sobre o Diretor Cid Rocha Amaral da Escola Industrial de Florianópolis, no período em que a instituição era submetida ao Ministério da Educação e Cultura, Armas da República (como eram submetidas as Escolas Industriais). Na Figura 26 acima, consta a data de sua Admissão como 3 de junho de 1941, no entanto, como veremos, há contradições em outros registros.

A admissão no documento seguinte (Figura 27), descreve a forma como foi contratado, por uma prova de habilidades e especialidades, e referia-se que ele teria as mesmas funções que a anterior com o termo “idênticas funções”, recebendo assim um valor proveniente de uma verba extra, isto é, não entrava em folha de pagamento geral, receberia como mensalista.

Figura 27 – Cópia da Portaria com a data e forma de pagamento.



Fonte: Acervo MIFSC-CF, 2018.

Esse documento corresponde ao ano de 1942, endossado pelo diretor do departamento de pessoal e só é publicada no Boletim de Pessoal em abril de 1942 para ser pago com o orçamento vigente.

Portanto, memórias e documentos, sejam individuais ou de grupos, são comprovações históricas passíveis de serem musealizadas quando adentram num museu, se ressignificam e transformam os sentidos.

Um documento se constitui no momento em que sobre ele lançamos o nosso olhar interrogativo; no momento em que perguntamos o nome do objeto, de que matéria prima é constituído, quando e onde foi feito, qual o seu autor, de que tema trata, qual a sua função, em que contexto social, político, econômico e cultural foi produzido e utilizado, que relação manteve com determinados atores e conjunturas históricas etc. Todo e qualquer objeto, como é amplamente reconhecido, apresenta dados

extrínsecos e intrínsecos. (CHAGAS, 1996a, p. 43).

Essa problemática vem sendo discutida não só no meio acadêmico, mas também em outros segmentos da sociedade preocupados com a falta de ética e compromisso nas questões que envolvem a memória e a história da humanidade. Assim sendo, Gomes e Oliveira (2010, p. 43) reportam-se a construção social da memória:

Percebemos, portanto, que as opções teóricas se relacionam intimamente com as posições políticas, e as relações de poder inerentes ao processo de construção social de representações sobre o passado também envolvem embates desenrolados no presente e nas projeções e projetos de futuro, de classes, de grupos e indivíduos, diversamente situados socialmente. Deste modo, nosso olhar se desloca, acompanhando o deslocar de sentidos que os objetos passam a ter, de uma apologia do colonizador e da história da nação, materializada em objetos biográficos, personalistas, cívicos - para a análise e percepção do modo como ocorrem os processos de (re) significação dos objetos, no bojo da construção de memórias no espaço museológico.

Para Cascaes, a data que contava seria a que ele iniciou na escola e não a data do exame de Admissão, justificando esse fato que se torna histórico é que faço a relação com Meira (2009, p. 57), quando cita sobre os documentos necessários que o edital publica sobre a contratação, indicando que havia: “prova gráfica abrangendo todas as partes do programa de Desenho do estabelecimento e prova oral, ou seja, uma aula sobre o assunto sorteado dentre o programa relativo a especialidade”. A autora ainda analisa que houve desinteresse da instituição pelo seu trabalho tanto como professor quanto como artista, na hora de contratá-lo, ao fazer uma prova de habilidades, uma especialidade que provavelmente o professor tinha e que por isso foi contratado.

Sobre este período não há documentos que comprovem a exigência de formação acadêmica, ou seja, não havia critérios para a formação de professor. Pelos documentos pode-se supor que a prova tenha sido realizada em junho, mas somente em outubro o professor tenha iniciado de fato a ministrar suas aulas. Meira (2009), já analisava as controversas

nas datas de sua admissão. A prova ocorreu em maio de 1941, conforme Diário Oficial, analisando e comparando sobre sua admissão:

No trecho inicial da Ata da prova do concurso a seguinte afirmação:

Aos três do mês de junho de mil novecentos e quarenta e um, às nove horas em uma das salas de aula da Escola de Aprendizizes e Artífices de Santa Catarina, reuniu-se a comissão examinadora da prova de habilitação para admissão de extranumerário mensalista da Divisão de Ensino Industrial- Coadjuvante de Ensino para ensinar no curso de desenho (...)" (MEIRA, 2009, p. 58).

Para entender sua carreira e a memória como professor na Instituição IFSC é preciso lembrar e também entender as mudanças que a instituição passou durante o período de sua trajetória, relembando a informação do capítulo 2.2 acima. Durante sua carreira Franklin Cascaes presenciou diversos momentos de mudanças na trajetória da instituição: primeiro era Escola de Aprendizizes e Artífices de Santa Catarina, depois passou para Liceu Industrial de Florianópolis, em seguida para Escola Industrial de Florianópolis, oferecendo cursos industriais básicos e mestria. Em 1965, houve uma nova nomenclatura, para Escola Industrial Federal de Santa Catarina, e em 1968 a instituição tornou-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina. Halbwachs (1990), afirma que lembranças não podem existir a parte da sociedade, quando a memória ultrapassa o individual. Mas quando esquecer ou como esquecer memórias que têm importância coletiva?

Isso transpassa a somente uma vontade, ela passa a ser uma narrativa para a sociedade. É na reflexão sobre todas essas questões entre suas memórias e sobre aquilo que pode ou passa a ser relevante em ser lembrado, retomando a lógica de Halbwachs (1990), é preciso que as lembranças individuais existam primeiro, porém as lembranças coletivas sobrepõem-se às individuais, dando-nos uma sensação de comodidade e segurança.

Em outro documento datado de 1967, as datas que aparecem é de que foi admitido em 12 de setembro e logo abaixo a correção para 1º de outubro, conforme se vê na Figura 28, a seguir. Muitas são as controversas em textos onde os pesquisadores reportam-se às datas de sua admissão e isso dá-se também através dos documentos funcionais onde podemos perceber que as informações se confundem com a data de sua exoneração da Escola Profissional Feminina.

Figura 28 – Documento com histórico de dias de serviço da Escola Profissional Feminina.

ESTADO DE SANTA CATARINA
COMISSÃO DE ESTUDOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESTADUAIS

Florianópolis

Florianópolis

CERTIDÃO

Em 5 de dezembro de 1956

Certifico, a requerimento da parte interessada, senhor Franklin Joaquim Cascaes, que revendo os livros de assentamentos funcionais existentes nesta Comissão, neles encontrei o seguinte: Pela portaria número duzentos e trinta e nove (239), de dezesseis de agosto de mil novecentos e trinta e cinco (16-8-935), foi nomeado para exercer o cargo de Servente da Escola Profissional Feminina, desta Capital, assumiu o exercício na mesma data (16-8-935). Por portaria datada de dezessete de abril de mil novecentos e quarenta e um (17-4-41), foi concedida uma licença de trinta (30) dias com ordenado, a contar de vinte de março do mesmo ano (20-3-941); re-assumiu o exercício dia treze de abril (13-4), gozando somente vinte cinco (25) dias. Por portaria datada de dez de julho de mil novecentos e quarenta e um (10-7-941), foi concedida uma licença de vinte dias sem vencimento, a contar de quatro de junho do mesmo ano (4-6-941). Pela resolução número dez mil novecentos e cinqüenta e dois (10.952), de trinta de setembro de mil novecentos e quarenta e um (30-9-941), foi exonerado a pedido, deixou o exercício dia primeiro de outubro do mesmo ano (1-10-941). Conta assim o requerente, no período de dezesseis de agosto de mil novecentos e trinta e cinco (16-8-935) a primeiro de outubro de mil novecentos e quarenta e um (1-10-941), com dois mil cento e noventa e três (2193) dias de efetivo exercício, ou seja: seis (6) anos e três (3) dias, assim discriminados: cento e trinta e oito (138) dias em mil novecentos e trinta e cinco (1 935); trezentos e sessenta e seis (366) dias em mil novecentos e trinta e seis (1 936); trezentos e sessenta e cinco (365) dias em mil novecentos e trinta e sete (1 937); trezentos e sessenta e cinco (365) dias em mil novecentos e trinta e oito (1 938); trezentos e sessenta e cinco (365) dias em mil novecentos e trinta e nove (1 939); trezentos e sessenta e seis (366) dias em mil novecentos e quarenta (1 940); duzentos e vinte oito (228) dias em mil novecentos e quarenta e um (1 941). E, por ser verdade, eu Ormandina Schmidt de Oliveira, ocupante do cargo da classe "Q" da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Único do Estado, passei a presente certidão aos cinco dias do mês de dezembro de mil novecentos e cinqüenta e seis.

Florianópolis, 5 de dezembro de 1956.
Ormandina Schmidt de Oliveira


ARQUIVO PERMANENTE
PASTA -
09

Fonte: Acervo Arquivo Permanente, 2018.

No entanto Figura 29 demonstramos o documento que contabiliza suas licenças e a data de Admissão sendo reafirmada como 12 de setembro de 1941, sendo que teria assumido na mesma data. Destaco o final do documento para melhor visualização.

Figura 29 – Trecho do relatório de Licenças e Admissão.

- OUTROS ELEMENTOS:
241 - Admitido pela Portaria nº 1 161, de 12 de setembro, na função de Coadjuvante de Kasino, ref. VIII, tendo assumido o exercício na mesma data, a



Fonte: Acervo Arquivo Permanente, 2018.

Os conceitos de documentação modificam-se, segundo Smit (2008, p. 11):

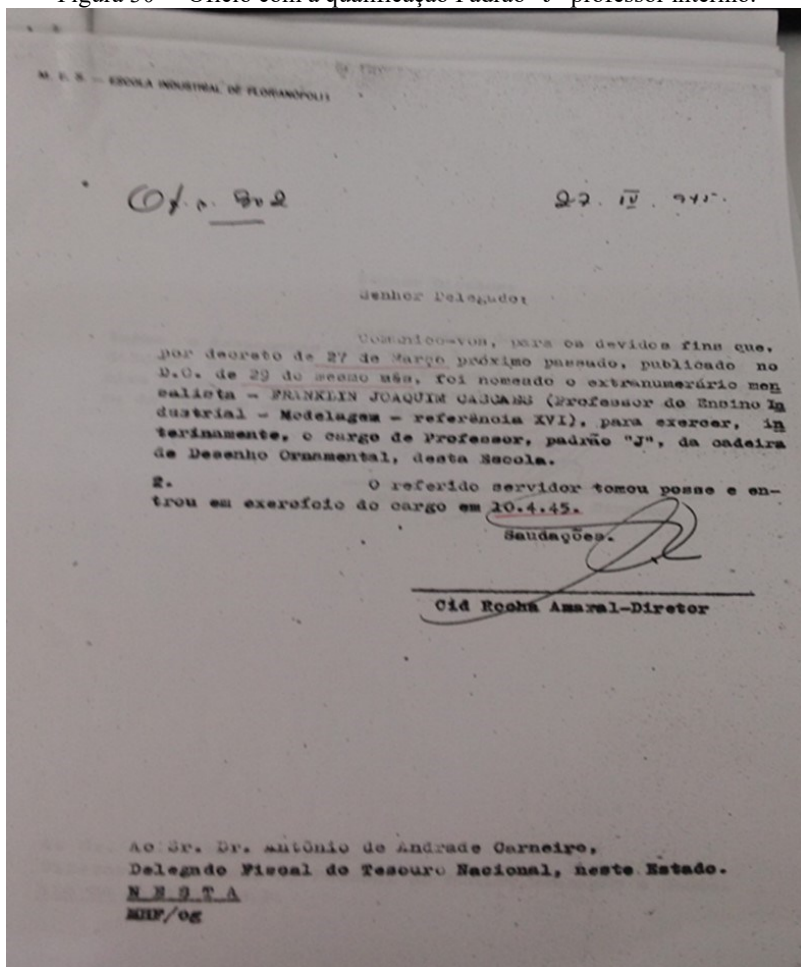
Tradicionalmente, o documento é definido como resultante de uma inscrição em um suporte, com ênfase na inscrição textual em um suporte papel. Essa definição associa o conceito de documento à noção de registro, mas é insuficiente diante dos documentos produzidos por tecnologia digital e que atualizam antigas confusões entre documentos e não-documentos. É possível detectar duas correntes de pensamento que conformaram, a partir de meados do século passado, o entendimento do que seja um documento e, conseqüentemente, do que possa ser entendido pelo termo documentação, sendo uma corrente mais pragmática e a outra se caracterizando por uma abordagem funcionalista do documento.

Dentro das normativas, a instituição possui regras próprias para as classificações de carreira, com termos como “níveis, padrões e letras”. O professor passa para o padrão de mensalista em 1945, como professor de Ensino de Modelagem, para o padrão “J” da Cadeira de Desenho Ornamental. Os documentos vão confirmando as memórias construídas, elas foram se construindo pelo professor como sofridas, injustas, dessa forma não é possível se modificar uma lembrança do indivíduo.

Em 1945 passa para outro nível com a letra “J” (Figura 30, página seguinte), uma solicitação do então diretor Cid Rocha Amaral.

Podemos relacionar a memória e o museu, que também remete a esses questionamentos, sobre as memórias escolhidas e as memórias guardadas, as memórias esquecidas, se perguntando: quem?? E para quem? A escolha de uma memória, também como as escolhas das verdades históricas são consideradas verdadeiras, algumas em detrimento de outras.

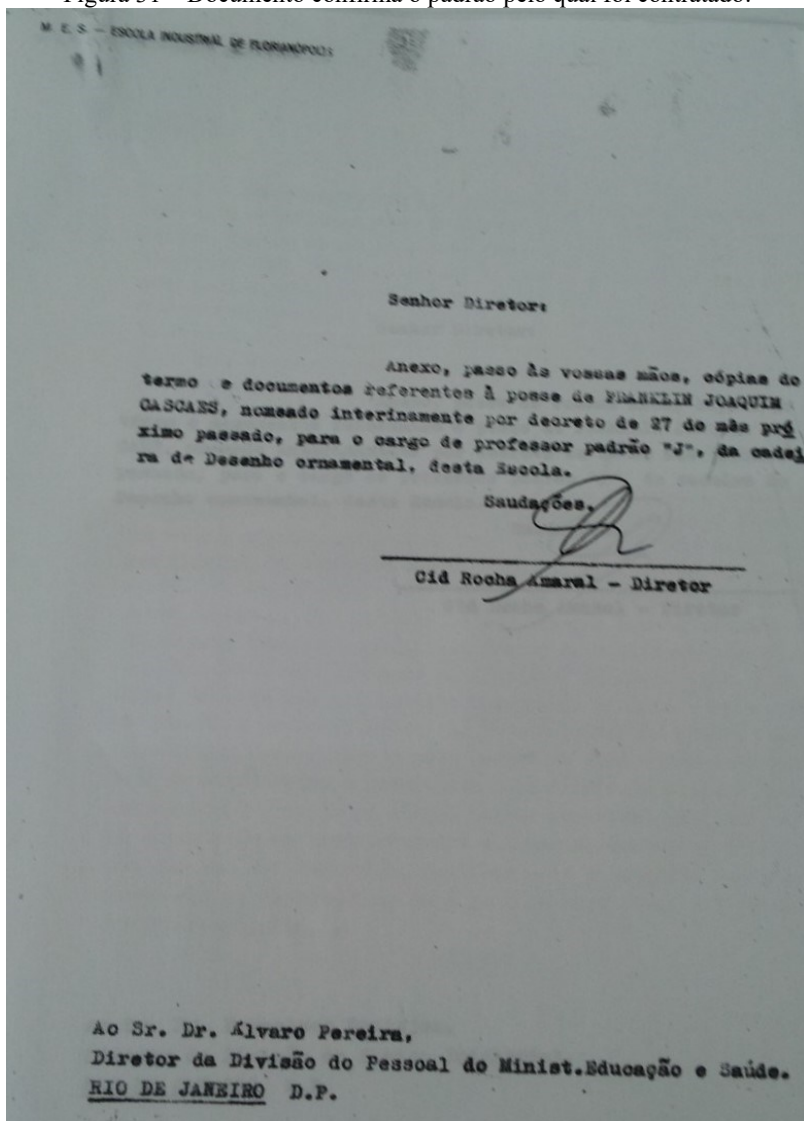
Figura 30 – Ofício com a qualificação Padrão “J” professor interino.



Fonte: Acervo MIFSC-CF, 2018.

No documento da Figura 31, temos a confirmação do cargo que iria exercer. O documento assinado pelo Diretor Cid Rocha Amaral, no entanto, foi questionado mais tarde por algum servidor de que esse padrão não existia na Escola Industrial.

Figura 31 – Documento confirma o padrão pelo qual foi contratado.



Fonte: Acervo MIFSC-CF, 2018.

O cargo Padrão "J", está circulado em caneta esferográfica vermelha, na capa de uma das pastas de documentos que foram copiadas e foram doadas ao MIFSC-CF (Figura 32), como padrão não reconhecido

“Que classificação é essa”? É a pergunta anotada sobre a classificação, sendo questionada muito tempo depois, quando foram copiados em 2013 e doados para o MIFSC-CF. Fica a pergunta, quem questionou e porquê? Se o cargo está documentado e assinado pelo Diretor no período.

Figura 32 – Capa da Pasta – Documentação para Posse, pasta com alteração sobre o padrão “J”.

The image shows the cover of a file folder from the Escola Industrial de Florianópolis. At the top center is a circular stamp of the school. Below it, the text reads: "MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE", "ESCOLA INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS", and "Florianópolis, B. C.". The folder is divided into two main sections. The left section is titled "ASSUNTO:-" and contains the text "DOCUMENTAÇÃO PARA POSSE". The right section is titled "DISTRIBUIÇÃO" and is currently blank. Below these sections, the "INTERESSADO:-" field is filled with the name "FRANKLIN JOAQUIM CASCAES - Professor, interino, padrão 'J' - Cadeira Desenho Ornamental." A red circle is drawn around the word "padrão", and a handwritten note in red ink says "que classificação é essa?".

Fonte: Acervo MIFSC-CF, 2018.

Essas alterações documentais se repetem com frequência, gerando dúvidas sobre as normas que deveriam ser seguidas, assim como níveis e padrões alterados de acordo com as interpretações.

Não concluiu os estudos na idade correta, pois quando os retomou já era adulto, formando-se no curso noturno da Escola de Aprendizes de Artífices. Em 1941, foi admitido como professor coadjuvante de ensino em desenho, e em 1945 foi efetivado na mesma função na Escola Industrial de Santa Catarina, hoje o atual Instituto Federal de Santa Catarina. Além da disciplina de desenho,

também lecionou modelagem, desenho técnico, artes manuais e história da indumentária. Em 1948, fez curso de desenho na Escola Técnica Nacional do Rio de Janeiro. Frequentou também o curso de museologia em 1957, sendo seu professor Alfredo Teodoro Rusins, Conservador da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (CASCAES, caderno 94, 1966). (GHIZONI, 2011, p. 41).

Com as mudanças nas normas da instituição o professor necessitava comprovar alguma formação e, portanto, emite um documento ao diretor da escola daquele período, solicitando a comprovação de sua formação no curso noturno em que havia estudado de 1936 a 1939. No entanto, a instituição não possuindo nenhum documento que comprovasse tal formação, solicita-a ao ex diretor Cid Rocha Amaral, o responsável em levar o professor Franklin para a Escola Industrial. A resposta que obteve foi negativa, portanto, podemos supor, foi frustrante a sua pretensa confirmação de estudos que estavam sendo exigidos, para sua carreira. Segue, na próxima página, a Figura 33 com o documento comprovando a negativa sobre sua formação na mesma escola.

Cito novamente Meira (2011, p. 7), por sua pesquisa também nos documentos funcionais, relata que o professor sofre com injustiças por não ter uma educação formal e ressalta que: “A depressão e a angústia, tão presentes nos seus escritos no final dos anos 60 e na década de 70, estavam vinculados a um conflito que também era social”. E segue fazendo a relação com o período ao qual ele tinha que se adaptar as normas, mesmo achando injusto.

Ainda fazendo a relação com base em outras informações pautadas nos mesmos documentos, Meira (2009) cita que em entrevista com ex-aluno do professor Franklin Cascaes, aquele afirma que o professor entrou para escola antes de 1941. Acreditamos que ele refira-se ao período em que o professor foi aluno conforme documento na Figura 34, onde o professor solicita comprovante do período em que foi aluno no período noturno. Muitos são os casos de alunos que se tornaram professor ou servidor na mesma instituição (MEIRA, 2013).

Figura 33 – Negativa sobre sua solicitação.

M. E. C. — ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA

Of. Nº 725 26/9/73

: Diretor em exercício da Escola Técnica Federal de S.C.
: Ilmo. Sr. Engº. Cid Rocha Amaral

Solicitação (fax)

Prezado Senhor:

Impossibilitados de atendermos à solicitação de Prof. Franklin Joaquim Cascaes, no sentido de expedirmos certidão escolar de sua passagem como aluno deste Estabelecimento, no período de 1936 a 1939, de curso profissional no turno, vimos recorrer a V.Sa., no sentido de atestar sobre veracidade do fato, tendo em vista não possuir a Escola qualquer documento que possibilite a comprovação do solicitado que, à época, V.Sa. era o Diretor da Escola.

Esperando contar com a sua atenção, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhe nossos protestos de admiração e respeito.

Candido
ORILDO JOSÉ CÂNDIDO
Diretor Substituto

Fonte: Acervo MIFSC-CF, 2018.

A carta manuscrita pelo professor tem autenticidade na comprovação de sua maneira informal de ser e de se manifestar, porém dentro de uma instituição que preza pela formalidade técnica, essa reivindicação através de sua memória e da certeza de sua formação, não é suficiente para comprovar a formação acadêmica necessária para o cargo.

Analisando os pedidos de certificação sobre cursos e estudos percebe-se a necessidade que tinha de comprovação de sua formação. No documento seguinte também a pedido seu, o Diretor envia uma solicitação para o C.B.A.I¹⁵ onde o professor havia estudado.

¹⁵ Em 1946 um acordo de cooperação firmado entre Brasil e Estado Unidos conhecido como CBAI (Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial),

Figura 34 – Solicitação de certificação de curso (1968).

Ilmo. Sr. Diretor da Escola Técnica Federal de Santa Catarina.

ARQUIVO PERMANENTE
PASTA - 07

Curso Request
Fls. 6-2-68
Franklin Joaquim Cascaes

Franklin Joaquim Cascaes, natural deste Estado, casado, residente nesta cidade de Florianópolis, na rua Ylúdio Abreu nº 31, vem muito respectosamente pedir à V. S. se digne conceder-lhe o certificado do Curso Potúrnio deste estabelecimento de Ensino frequentado pelo requerente os quatro anos exigidos por lei, que foi de 1938 a 1941. Foram professores do Curso, Plínio de Freitas, Manoel Abreu Portela, Luiz Marques, Mário Guzzi, Clotilde Coelho. O certificado do Curso de Séries da E.T.B.A.I. feito em julho de 1948 na Escola Técnica Nacional do Rio de Janeiro, e também o histórico completo da sua vida funcional deste estabelecimento de Ensino de 1941 a 1968.

P. deferimento
Florianópolis, 6 de fevereiro de 1968
Franklin Joaquim Cascaes

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Escola Técnica Federal de Santa Catarina
Nº 135-135-135-135
Data 6-2-68

Fonte: Acervo Arquivo Permanente, 2018.

através do Office of Inter-American Affairs, estabelecessem convênio em prol do Ensino Industrial Brasileiro, assinado em 3 de janeiro de 1946 e entrando em vigor em 03 de setembro de 1946, pelo decreto-lei 9.724. http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/RnnUsp4Z.pdf.

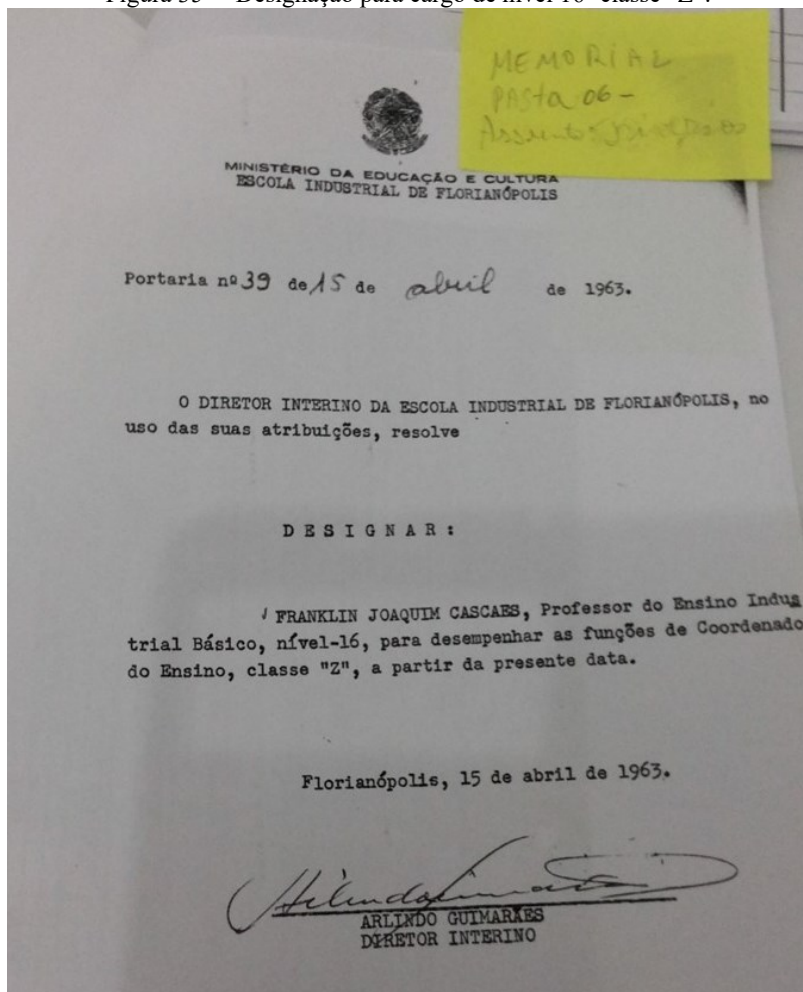
Assim, Meira (2011) faz a relativização entre as leis e as questões sociais que implicam a sua formação, ponderando que as questões sociais e históricas estão interligadas com a forma de ser do professor, uma pessoa considerada fora do sistema e da técnica exigida. Toda essa questão remete ao que Meira (2011, p. 7) relaciona em sua pesquisa: “A ambivalência entre a identificação de Franklin com a cidade, com a Escola e a humilhação sofrida por ele ser um ‘homem sem diploma’ perpassava seu interior refletindo uma conjuntura social”. E complementa a seguir:

A lei social a que se submete não é sua; Franklin padece da mesma inadequação que afeta e professores numa instituição como a Escola Industrial do final dos anos 60, que condena aos professores não portadores de títulos há uma posição de inferioridade. (MEIRA, 2011, p. 9).

As questões políticas nesse período eram conturbadas com o início de uma Ditadura Militar, com mudanças nas normas e nas técnicas da escola. Na década de 60 passa a haver uma maior valorização dos cursos técnicos industriais, que correspondiam ao segundo ciclo do ensino médio. Conforme Meira (2011), o professor Cascaes tinha, segundo relatos de alunos, uma maneira diferente de dar aulas, valorizava o desenho livre e não chamava a atenção quando o aluno desenhava nas paredes da sala, apenas comentava se o desenho podia melhorar, sendo, portanto, um professor que não se enquadrava nas normas. Como podemos avaliar deste período, as questões sobre as formas de ensino eram conflituosas, com servidores divididos entre os que seguiam o novo regime e outros que tinham diferentes ideais políticos.

As normativas da escola seguem confusas como se pode verificar através dos seguintes documentos: na Figura 35 o documento delegando um cargo de um nível, sobre a sua função sendo que os cargos eram delegados através de um número, seguindo um padrão, pela regra na instituição. No documento abaixo ele teria o nível “16” e passa a ter o cargo “Z”. Os níveis “16” e “17” que passam a ter conflito entre os departamentos, se seriam do primeiro ciclo ou do segundo ciclo, isso influencia diretamente nos vencimentos do professor. Neste documento o diretor refere-se ao nível “16” e o promove a Coordenador do Ensino, classe “Z”.

Figura 35 – Designação para cargo de nível 16- classe “Z”.



Fonte: Acervo MIFSC-CF, 2018.

Esse cargo mais tarde, a pedido do professor, será retirado, ou seja, ele pede para ser revogada a promoção do cargo. A partir de vários relatos seus, pode-se confirmar que era sobrecarregado e também que trabalhava muitas horas, pela necessidade financeira, chegando a ficar doente. A sua solicitação de dispensa do cargo de Coordenador de Ensino, pode ter acontecido por, realmente, sentir-se com acúmulo de funções. Segue o comprovante de sua solicitação na Figura 36, a seguir.

Figura 36 – Pedido de dispensa do cargo de Coordenador de Ensino classe “Z”.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
ESCOLA INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS.

PORTARIA Nº 61 DE 24 DE maio DE 1963.

O DIRETOR INTERINO DA ESCOLA INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que confere o art. 99, alínea e, do Decreto nº 47.033, de 16/10/1959, que regulamenta a Lei nº 3.552, de 16/2/1959, resolve, a partir desta data,

DISPENSAR, A PEDIDO,

-FRANKLIN JOAQUIM CASCAES, Professor de Ensino Industrial Básico, nível 16, desta Escola, das funções de Coordenador de Ensino, classe "Z", que vinha desempenhando desde 15 de abril p.p., designada pela Portaria nº 59, de 13 de abril de 1963, desta Direção.-

Florianópolis, 24 de abril de 1963.

Armando Guimarães
ARMANDO GUIMARÃES
Diretor Interino.

(12) *Victor Antônio Peluso Júnior*
VICTOR ANTÔNIO PELUSO JÚNIOR
Presidente do Conselho de Representantes.

Coordenador

Fonte: Acervo MIFSC-CF, 2018.

As datas sobre sua Admissão confundem-se: se no documento Figura 26 apresentada anteriormente consta três de junho de 1941, no documento da Figura 37 a seguir, com um pedido de adicional

sobre tempo de serviço, consta como admissão a data de primeiro de outubro de 1941. Todas essas datas e questões burocráticas fugiam ao seu entendimento como professor artista que era.

Figura 37 – Requerimento sobre adicional com outra data de Admissão.

Ilmo Sr. Diretor da Escola Industrial de Florianópolis.

FRANKLIN JOAQUIM CASCAES, Professor, padrão "J", de Ministério da Educação e Cultura, em exercício na Escola Industrial de Florianópolis desde 1º de outubro de 1941, tendo em vista o disposto no Decreto nº 31.922, de 15/12/52, que regulamenta a concessão de Gratificação adicional instituída pelo art. 146 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, vsm, mui respeitosa-mente, requerer de V.Sa., que lhe seja concedido o adicional a que se acha com direito. Junta duas certidões de tempo de serviço.

Pede deferimento.

Florianópolis, 26 de outubro de 1956

Franklin Joaquim Cascaes

*Florianópolis
30/10/56
Franklin*


Nos documentos seguintes as questões de conflito com os cargos e níveis continuam. Somando-se às questões apontadas com conflitos entre os níveis em que ele teria que ser enquadrado: se no nível 16, e se este seria do primeiro ou do segundo ciclo; ou se ele seria do nível 17, por este ser do segundo ciclo. O documento se reporta de que foi em caráter provisório o enquadramento “Nível 16”, pois a Cadeira de Desenho se enquadraria no segundo ciclo, e assim o professor solicita a revisão do processo, lembrando que todas esses conflitos burocráticos interferem diretamente em seus proventos.

As tumultuadas questões burocráticas sobre suas funções continuam em toda sua carreira, percebe-se que essas geram profundas marcas de decepção com sua função de professor, que o acompanham trazendo tristezas e insatisfações, conforme comprovação em pesquisas sobre suas cartas, aqui relativizadas com os documentos funcionais. Suas cartas comprovam o excesso de trabalho ao qual não se negava, segundo o professor, uma dedicação exclusiva, como já havia citado sobre a inadequação dos seus cargos.

São questões muito complexas de um lado a escola com suas exigências e suas regras, de outro o professor que se sujeitava por necessidade e também por ser uma forma de continuar seus trabalhos e suas pesquisas. Em outros trabalhos de pesquisa, tais como na análise das cartas e manuscritos de FERNANDES (2007, carta 16-caderno 272), Cascaes relata: “lecionei modelagem como auxiliar do professor Manoel Marin Portela e quando ele faleceu assumi a direção da oficina por vários anos sem remuneração”. Meira (2011) reitera o fato com depoimentos de alunos, que remetem a falta de compromisso da instituição para com o professor. Mas essa não era uma prática somente da Escola Industrial no período, estruturas acadêmicas têm seus caminhos administrativos, burocráticos e principalmente os de ordem política, um tanto complexos, e os da instituição naqueles anos não fugiam dessa lógica.

A Figura 38 demonstra o intuito de esclarecer que não existiria a cadeira de Desenho Ornamental no 2º Ciclo, mas sim no 1º ciclo Ginásial, com assinatura do Diretor Frederico Guilherme Buendgens. Segundo depoimentos de alunos em entrevista a Meira (2009), as relações com o mesmo diretor eram muito conflituosas. Consta solicitações de adicionais com somente vinte anos de serviços em 1952. Dessa forma, após analisar esses documentos onde os pareceres sobre sua classificação de cargos refletem os conflitos entre servidores responsáveis e a figura do diretor, que tem o poder para autorizar ou não a verba para pagamento adicional.

Figura 38 – Certidão original atestando sobre os Níveis.


 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 ESCOLA INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS

Primo 5/10
Primo 5/10
 5/10
 5/10

CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento de
 FRANKLIN JOAQUIM CASCAES, Professor do Ensino Industrial Básico
 Nível 16, Cadeira de Desenho, protocolado sob o número 370 (tre-
 zentos e setenta) de 10/3/1964 (dez de março de mil novecentos
 e sessenta e quatro). CERTIFICO que, revendo os arquivos escola-
 res desta Escola dâles consta o seguinte: que o Curso Técnico
 Industrial começou a funcionar no ano letivo de 1962; que o ree-
 querente ministra aulas da Cadeira de Desenho; que o requerente
 desempenhou e desempenha suas atividades no Curso Ginasial Indus-
 trial. E para constar, Eu, *Alcides Gomes*, Encar-
 regado de Serviço de Escolaridade "J" em exercício nesta Escola
 lavrei a presente certidão, aos dez dias do mês de março de mil
 novecentos e sessenta e quatro (10/3/1964), à vista dos arqui-
 vos desta Escola, aos quais me reporto e dou fé. *-*-*-*-*-*-*-*-*

EDISON DA SILVA
 TABELÃO DE
 Trabalho de Santa Catarina
 FLORIANÓPOLIS
 Reconheço, por semelhança, a firma
Alcides Gomes
Alcides Gomes
 Fpalls: 13 de 63
 Em 10/3/64
Edilson Gomes

Fonte: Acervo Arquivo Permanente, 2018.

No documento seguinte a comissão defende que o professor não deve ser prejudicado, e o professor reitera que se faça “JUSTIÇA”. O termo está escrito em maiúscula, como que afirmando que estava sofrendo injustiça quanto ao direito de um adicional em seus

vencimentos, que estava sendo negado. Na Figura 39 e sua continuação na Figura 40 o ofício de encaminhamento esclarecendo ao Diretor de que não existe Cadeira de Desenho Ornamental no 2º ciclo.

Figura 39 – Esclarecimento sobre o ciclo.

I) Acertada foi a conclusão a que chegou a Comissão de Classificação de Cargos quando, pela Resolução Especial nº 15, - de 30-11-60, D.O. de 10-12-60, aprovou, em caráter provisório, o enquadramento do cargo exercido, pelo suplicante, - atribuindo-lhe o nível 16 D.O. citado, página 109 do Suplemento, nº de ordem 371;

Com efeito, apenas funcionava na Escola Industrial de Florianópolis, à época, o Curso Básico, ou conforme a sistemática induzida pela Lei de Diretrizes e Bases, 1º ciclo do Curso Industrial ;

II) Acontece que, em 1962, conforme prova certidão anexa - fornecida pela Escola Industrial de Florianópolis, passou a funcionar neste Estabelecimento, o Curso Técnico, ou seja, o segundo ciclo do Curso Industrial;

Ora, ainda que não houvesse o requerente lecionado desde então, 1962, a disciplina de Desenho no segundo ciclo, - mesmo assim, como decorrência de dispositivo de Lei, era de ser-lhe atribuído o NÍVEL 17 e não o 16, visto que a Disciplina Desenho constitui disciplina do 2º ciclo.

D.O. de 12 de julho de 1960, pág. 10115	Ensino de matéria
EC-506-17 Professor do Ensino Industrial Técnico	privativa do 2º - ciclos ou comum - aos dois ciclos.-
EC- 510-16 Professor do Ensino Industrial Básico	Ensino de matéria privativa do 1º - ciclo.-

Fonte: Acervo Arquivo Permanente, 2018.

Figura 40 – Continuação do documento anterior (1964).

4
Fls. 2

A inadvertência de quem de direito, omitindo-se, no tempo oportuno, de levar ao conhecimento dessa Comissão a alteração funcional do requerente, não poderá constituir causa / justa para que o peticionário venha a ser prejudicado, deixando de auferir vantagens que a própria Lei expressamente lhe atribuiu. O procedimento seria anti jurídico.

Assim, com fundamento nas consistentes razões expostas, - requer o peticionário seja recebido o presente recurso, - dando-se-lhe provimento e surgindo afinal, as medidas tendentes, a enquadrar o requerente, definitivamente, no NÍVEL 506-17, o que será de inteira

JUSTIÇA 1

Florianópolis, 10 de março de 1964.-

Franklin Joaquim Cascaes
FRANKLIN JOAQUIM CASCAES
Professor da Escola Industrial de Florianópolis
Cadeira de Desenho.-

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
ESCOLA INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS S. C.
SILVIO GÓCIO

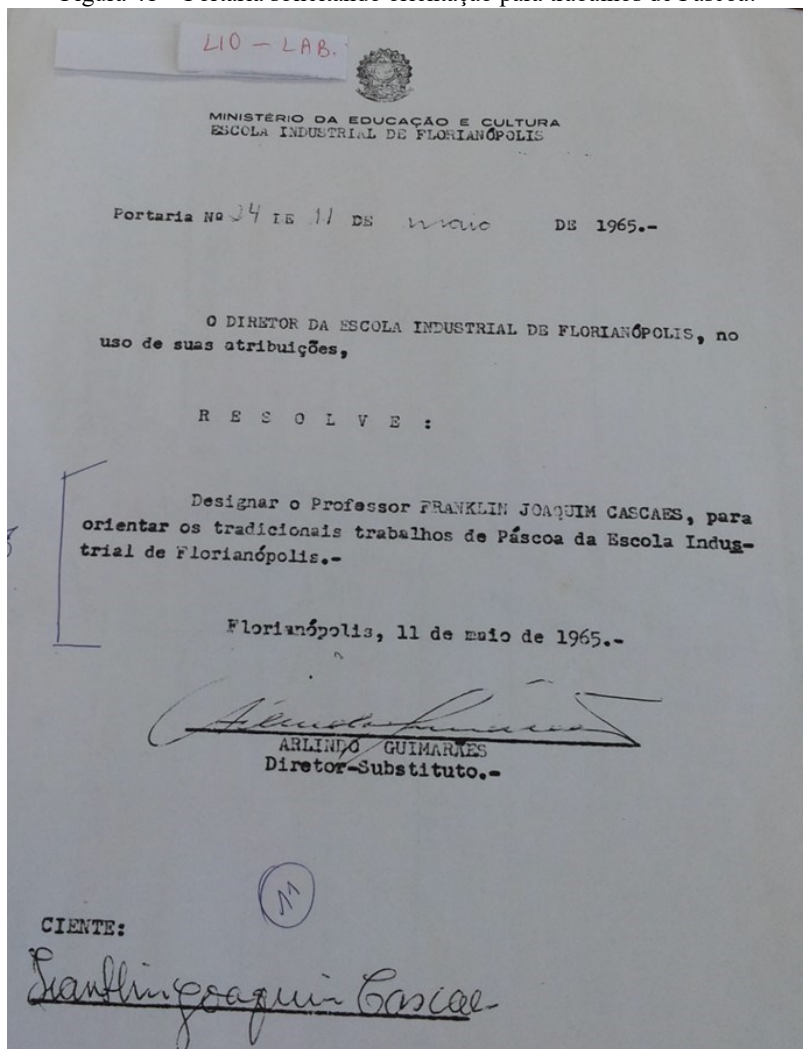
No. 378
Data 10-3-64

EDISON D. SILVA JARDIM
3.º F.º DE NOTAS
R. da Trapaça, 708 - Fone 2477
FLORIANÓPOLIS - Santa Catarina

Reconheço, por ser verdadeiro, a firma
Franklin Joaquim Cascaes e sua fe.
Flópolis, 13 de 3 de 1964
Em test. Jedcube Machado Oliz da verdade.

Sempre foi muito conturbada sua carreira docente, por não se enquadrar nos planos de carreira da instituição, por não ter formação acadêmica e por ser solicitado para fazer várias atividades, como consta em um memorando designando o professor Franklin Cascaes para realizar trabalhos de Páscoa na Escola.

Figura 41 – Portaria solicitando orientação para trabalhos de Páscoa.



Fonte: LIO, 2018.

A Figura 41 mostra o documento designando-o para os trabalhos de Páscoa, cópia do documento encontrado na mapoteca do Laboratório de Imagem e Oralidade Franklin Cascaes (LIO), gaveta 9. O festejo se intitulava como “A Páscoa dos Estudantes”, com exposições de desenho e concurso de melhor desenho, não só na confecção que o professor orientava e criava, mas segundo relatos tinha que participar nas feiras onde esses trabalhos eram vendidos. Esta comprovação pode ser comparada com suas falas sobre ficar sobrecarregado com muitas funções, como se confirma nesse trecho de sua carta para o Senador Konder Reis, segundo Fernandes (2007):

Dediquei-me exclusivamente ao meu trabalho de professor de desenho, modelagem, trabalhos manuais na Escola Técnica Federal de Santa Catarina – Antiga Escola de Aprendizizes Artífices – trabalhando muitos anos mais de 18 horas conforme a lei exigia e assim obter mais um pouco de dinheiro para financiar a construção do museu. (FERNANDES,2007 carta 11-caderno 50, s/p).

O fato de falar e reivindicar um museu para seus trabalhos possivelmente vem da noção que teve no curso de museologia, constatado em sua ficha funcional. A ficha é o único documento com foto 3x4 do professor Franklin Joaquim Cascaes e nela consta uma pequena anotação, manuscrita a lápis, com a data de seu falecimento – dia 15 de março de 1983 – o único registro encontrado. No verso da ficha consta que estagiou na Escola Técnica Nacional em 1948 e fez Curso Básico de Museologia em 1957. A cópia da ficha não constava nas pastas que foram doadas para o MIFSC-CF Na Ficha Funcional, consta que o professor Franklin Cascaes fez curso de museologia na Faculdade Catarinense de Filosofia¹⁶ em 1957, e é possível que sua visão com essa área tenha surgido através de conhecimentos que adquiriu sobre museus e preservação do seu acervo, além de considerar que seus trabalhos ficassem para a apreciação do público. Veja a Figura 42 da frente da Ficha Funcional, e seu verso (Figura 43) onde consta os cursos extras.

¹⁶ A Faculdade Catarinense de Filosofia foi fundada em 1955 e um dos fundadores foi o filósofo luso brasileiro, Eudoro de Souza quando muda-se para Santa Catarina, sendo base para futura UFSC. Funda também outras faculdades de filosofia no Brasil.

http://revistas.unisinus.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2018.54.1.11

Figura 42 – Ficha Funcional – frente.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22

15.03.69

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 DIRETORIA DO ENSINO INDUSTRIAL
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 SEÇÃO DO PESSOAL

APENDICADO A. PARTIS DE 2.12.70

FRANKLIN JOAQUIM CASZAKS

RES. João Moura, nº 21 - São Paulo

Nº 13


ENDEREÇO

PHONE

PHONE

PHONE

PHONE



ALTERAÇÃO DE NOME

ESTRATÉGIA

PAI: Joaquina Bernarda Caszaks

MÃE: Maria Catarina Caszaks

LOCAL: Estradito - Florianópolis SC.

DATA: 16 de outubro de 1968

TÍTULO DE EMPLEADO

TÍTULO DE NOMEAÇÃO

CAMPUS

EMERGENCIA

CLASSIFICAÇÃO

INICIO EM	TERMINO EM	NOME
2/12/41	21/12/44	Coordenador de Ensino
2/12/44	20/12/54	Professor do Ensino Industrial
2/12/54		Professor do Ensino Industrial Ede. N. 12
2/12/54		Professor de Desenho
14/02/56		Professor de Desenho Técnico
14/02/57		Professor de Desenho Técnico

15.03.68 2/12/70

16.03.69

Professor de Desenho Técnico

ESTRESC-MEC

Fonte: Acervo Arquivo Permanente, 2018.

Figura 43 – Verso da Ficha Funcional.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29

SECCIONÁRIO COMPLETO

GRAD DE INSTRUÇÃO E MANEIO DE INSTRUMENTOS

DEPENDENTE

NOME

RELACAO

DATA NASCIMENTO

OBS.

ESPECIALIZACAO

Português

OUTRAS QUALIFICACOES

Curso de Estágio na Escola Tec. Nacional - 1948
Curso Básico de Museologia - Fac. Cat. de Filosofia - 1957

DURACAO

Registro de Professor nº 1808-DEI-01814719 - DISSEMINACAO

C.P.F. nº 001814719 - Tendo em vista fazer da DP do MEC, exarado no Processo nº 255.143/70 - MEC, referente a José dos Santos Guedes, teve seus vencimentos fixados pelo DI nº 1.126/70 - APOSENTADO PELA PORTARIA Nº 3629, de 27.11.70 (pag. 10, 276 do DOU nº 221, de 2.12.70, do Sr. Ministro da Educação e Cultura com fundamento no art. 176, item II, da Lei 1711/52.-

PESQUISA

DATA E ASSINATURA

Planície limitada

Na pesquisa de Martins, Thomas e Serafim (2016, p. 122) ‘*O Olhar Museológico*’ de Franklin Cascaes, as autoras também remetem a sua visão sobre museus e citam a sua formação no curso de museologia:

Um elemento importante para entender a necessidade que Cascaes sentia em construir um museu é que em 1957, formou-se no Curso Básico de Museologia pela Faculdade Catarinense de Filosofia. Curso, que, como destaca Carminati, foi responsável por formar uma elite intelectual que fervilhava o panorama cultural da época. Esse curso deve ter influenciado seu pensamento no que tange aos museus e demonstra que Cascaes não era leigo na área. Também mostra sua preocupação com a prática e a teoria dos museus.

Segundo as autoras “Cascaes pensava o museu enquanto um espaço de preservação da memória, importante para o presente, bem como para o futuro” (MARTINS; THOMAS; SERAFIM, 2016, p. 122), e complementam com a fala de Cascaes:

Alguém disse: museu é como um dicionário de coisas. Eu afirmo museu é passado vivendo dentro do presente. Sim neles vivem as imagens do passado explicando melhor o presente. Vive o passado no presente porque ambos viverão o futuro. Formar um museu é erguer um monumento a Cultura e a Arte. (CASCAES, Manuscrito 236, [19--], s/p. apud MARTINS; THOMAS; SERAFIM, 2016, p. 122)

Diante desse pensamento podemos identificar o interesse pelo campo da Museologia e perceber a noção sobre patrimônio com uma visão moderna sobre museus. Sendo que nesse período os museus eram considerados como lugares de coisas velhas. No entanto, ele afirma que é um passado vivendo dentro do presente com uma visão para o futuro. Chagas (1996a, p. 45), remete a patrimônio como “o termo patrimônio está vinculado à ideia de ‘herança paterna’, de alguma coisa que se transfere de uma geração para outra, de um tempo para outro tempo”.

É dessa forma que Cascaes passa essa noção de patrimônio, explicar o passado no presente para um futuro. Chagas (1996a) ainda completa colocando que a relação entre os conceitos como patrimônio, documento e memória se entrelaçam a outros importantes na construção das teorias sobre a documentação museológica, tais como a preservação,

comunicação e a investigação. Podemos analisar também que sem a memória não seria possível elencar outras questões analisadas como importantes na documentação. Completando ainda com Chagas (1996a, p. 45, grifo do autor): “o conceito de documento nos leva também ao conceito de *memória*. Para que possamos pensar o documento como ‘aquilo que ensina’ ou ‘como suporte de informação’, não podemos abrir mão da memória”.

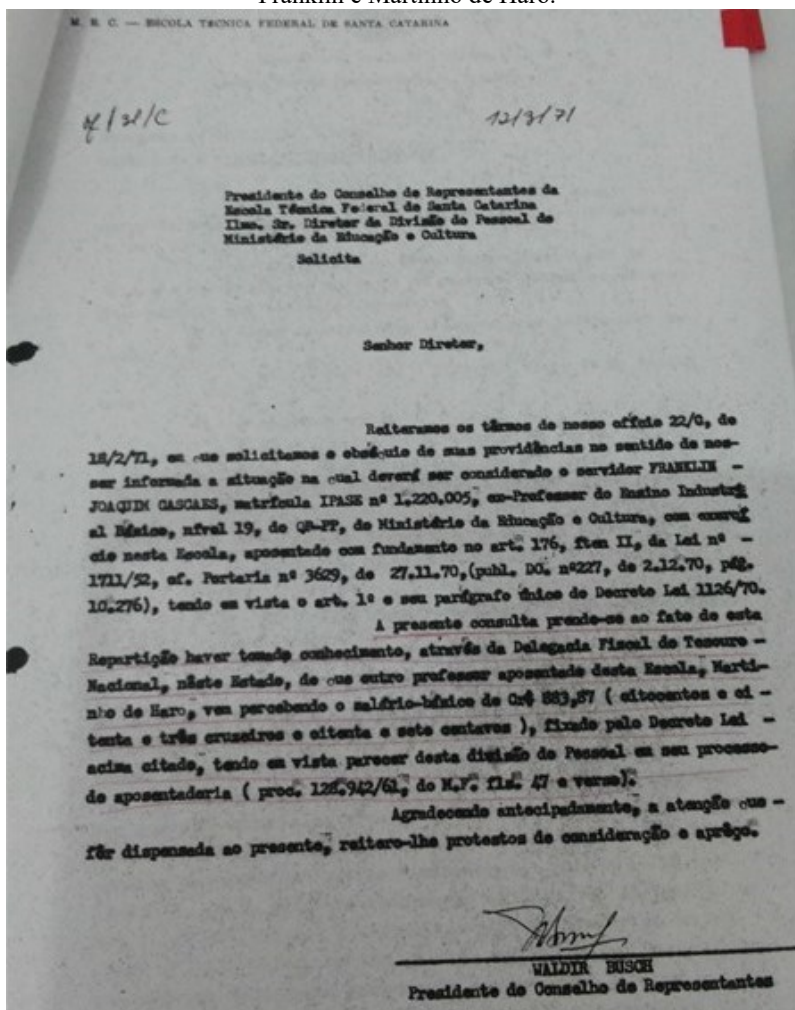
E é através da memória que essa análise se faz, refletindo e constatando como foi essa trajetória, seus conflitos e a confirmação através de uma documentação arquivista.

A trajetória sobre sua profissão continua, várias mudanças de níveis e enquadramento, depois dos conflitos com a sua carreira, segue com o nível “19”. Todas essas questões, tanto de excesso de atividades, de horas de trabalho e sempre achando que estava sendo injusto o salário percebido como professor, o faziam travar uma luta para ter a valorização desejada para suas obras e seu acervo. As injustiças o vão deixando deprimido, questões como essas o levaram a depressão com vários pedidos de licença médica, enfim um professor artista incompreendido em seu universo. Abaixo trecho da carta onde escreve sobre sua aposentadoria.

Devido ao acúmulo de trabalho e sempre com o sentido na exatidão de cumprir bem o dever, adoeci e o médico assistente da Escola aconselhou-me que eu procurasse um psiquiatra para me tratar. Atendi e por vários meses estive em tratamento. Aconteceu que o pedido de aposentadoria com o tempo de 35 anos de serviço prestado à Nação surpreendeu-me ainda em tratamento de saúde. Quando entrei em licença estava lecionando 24 horas por semana. Aposentadoria veio dois meses após a promulgação da lei que me deu direito ao nível 22. Em maio meus vencimentos retornaram ao nível 19.

Sr. Senador: esta é a verdade verdadeira que um pobre professor vos afirma: após 35 anos de trabalho, com 63 anos de idade sem recursos financeiros que garantam o meu trabalho e a minha velhice não sei o que fazer. (FERNANDES, 2017 carta 11-caderno 50, s/p).

Figura 44 – Resposta do Conselho sobre a questão entre cargos, Professores Franklin e Martinho de Haro.



Fonte: Acervo MIFSC-CF, 2018.

Em diversos trabalhos sobre o professor, ele se refere a sua condição de remuneração inferior à que lhe conferia, que seus proventos haviam sido cortados pela metade.

Comecei a fazer este trabalho em 1946, quando tinha 38 anos. Nessa época eu era professor na Escola Técnica: de desenho, escultura,

modelagem, trabalhos manuais. Tive que me preparar moralmente para dar início a esse trabalho. Moralmente, no sentido em que deveria iniciar o projeto, mas para levá-lo até o fim apesar de todos os problemas que já imaginava encontrar. E já comecei com dificuldades, porque era professor. O senhor sabe o que significa isso? Professor é um miserável. Sofri muito como professor, principalmente depois de 36 anos de trabalho. Quando me aposentei, meus vencimentos foram cortados pela metade. (CASCAES apud CARUSO, 1981, p. 22-23).

Em Ata se encontra o registro dessa insatisfação: consta no Livro Ata de 1967 a 1969 que está em exposição no Memorial MIFSC-CF, nas páginas 013;020;024 (Figura 44, página anterior), a fala de um mal-estar e divergências sobre a reivindicação de salário pelo professor Franklin J. Cascaes por estar “percebendo” salário menor que o do professor Martinho de Haro, que seria do mesmo Nível "19", em 1968.

Esse assunto consta na Ata para o orçamento de 1968, assinado pelo Diretor Frederico Guilherme Buendgens, o mesmo diretor colocado por alunos como aquele que tinha o professor Franklin, como seu desafeto.

[...] para o Diretor da Escola em uma época marcada pela censura e pela repressão; o professor “depressivo” na ficha funcional da Escola Industrial do final dos anos 60; o artista que não cansa de denunciar os descasos com relação à ocupação da Ilha de Santa Catarina nos versos dos desenhos; o professor/artista que, apesar do intenso trabalho de recolhimento de materiais e depoimentos, expressando em suas obras as impressões recolhidas nas pesquisas, não era aceito como pesquisador pelo meio acadêmico; o sujeito amoroso que nas narrativas autobiográficas reconhece a importância da esposa Elisabeth Pavan Cascaes. (MEIRA, 2011, p. 7).

Podemos confirmar através de Arlete Brasil Deretti Fernandes, Franklin Cascaes por Correspondência, onde apresenta várias cartas do professor para autoridades, destaco a carta ao deputado Ademar Guisi:

Exmo. Sr.

Deputado Ademar Guisi

No dia 05 de outubro recebi através da Delegacia do MEC em Florianópolis, o processo no 234.577/70 que taxativamente acha que não tenho direito às 40 horas conforme o que foi exposto no documento fornecido pela direção da Escola Técnica de Florianópolis.

Acho como miserável professor que foi errado diminuir a hora carga de 24 horas para 20 horas.

Na ocasião da minha aposentadoria o meu nível era o 22.

Acho ainda que no ato da minha aposentadoria – palavra oca e sem vida social – eu estava trabalhando 24 horas e mais. Pois para poder construir a obra que doe à Universidade Federal de Santa Catarina, costumava lecionar todas as aulas extras que a direção da Escola me oferecia.

Era obrigado a permanecer das oito horas às doze e das 13:30 às 16 horas motivado pelas tais janelinhas que apareciam nos demonstrativos.

Quando anualmente se comemorava a páscoa dos estudantes da Escola, todo trabalho social me era entregue.

Durante dois meses antes da festa dava aula de desenho para os alunos que queriam tomar parte na Exposição pascal, à noite e depois na ornamentação do pátio onde sempre era rezada missa campal.

Quando fui admitido na Escola de Aprendizes Artífices – título antigo – a carga horária era de 40 horas e até mais se o diretor acha-se necessário. Lecionei modelagem como auxiliar do professor Manoel Marin Portela e quando ele faleceu assumi a direção da oficina por vários anos sem remuneração.

Lecionei trabalhos manuais por muitos anos para o curso pré.

Fui auxiliar de alfaiataria do Professor Pedro Medeiros ajudando-o a ensinar o corte para alunas.

Fui até inspetor de alunos.

Todas as exposições que a escola montava no centro da cidade para apresentar e vender as obras dos alunos trabalhadas nas oficinas eu ajudei as montagens e até vendas de peças.

Trabalhei com o diretor Cid Rocha Amaral, professor Zezefredo Blaske, Dr. Moacir Benvenuti, Dr. Antonio Moura, Professor Arlindo Guimarães e Frederico Bindg.

Nunca disse não a todo trabalho que poderia engrandecer a Escola.

Nos meus alunos vejo a prova desta verdade.

Não trabalhei em outro estabelecimento que era para poder cumprir ali a minha obrigação a 90%.

Com muitos dos meus colegas que trabalhamos tanto para ver o ensino profissional ser engrandecido nesta terra, fomos jogados na tristeza.

Senhor Deputado, se o senhor quiser ter a verdade destas palavras visite o Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Esculpi em argila, gesso. Cimento e documentei em letras e desenho a bico de pena e a lápis diverso a história da colonização açoriana na Ilha de Santa Catarina e litoral do continente.

A obra é enorme e segundo o reitor Ernani Bayer e os professores que há tempo vêm catalogando estudando ela é de um valor inestimável tanto para o visitante quanto para os estudantes que diariamente o procuram.

Esta obra foi toda financiada com o dinheiro das aulas extras que sempre lecionei.

Hoje estou com 73 anos— que vou completar no dia 16 do corrente mês.

Pobre, sem uma casa para morar, com três crianças que adotei para educar.

Sr. Deputado o vosso interesse pela minha causa me sensibilizou.

Eu estou aqui nesta Ilha de Santa Catarina sempre agradecendo a vossa gentileza e humanidade.

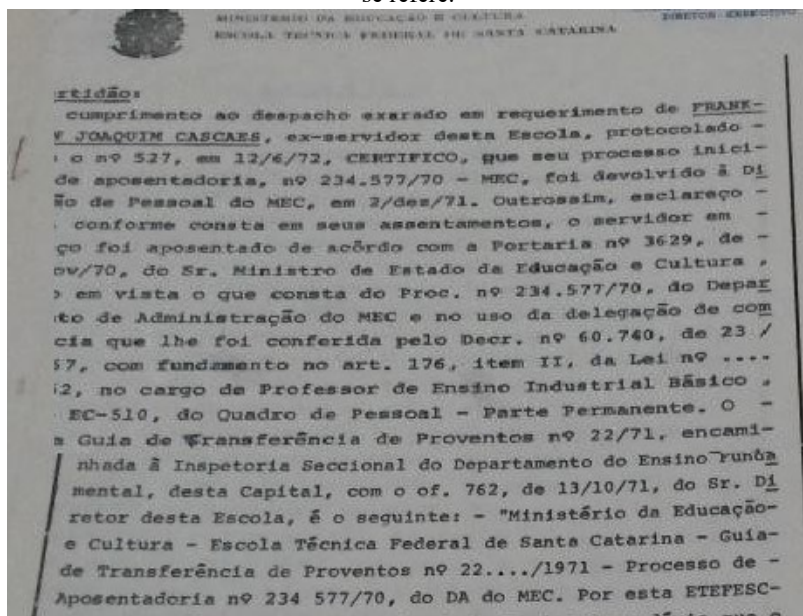
Que Deus Nosso Senhor vos guarde e proteja é o voto de um pobre professor agradecido. [...] (FERNANDES, 2007, carta 16-manuscrito 272, s/p.).

Muitas cartas foram escritas e segundo seus depoimentos a maioria não teve retorno. Suas reivindicações sempre no sentido de injustiças tanto ao seu cargo de professor como com o descaso com seu acervo, assim como esse artista /professor ou professor/artista. Muitos outros

artistas só passam a ter valorizado sua arte primeiro depois a pessoa, como se uma coisa sobrevivesse sem a outra, a arte independente de seu criador.

Assim é como essa figura simples, se moldou, e dentro de sua simplicidade colocava suas angustias em sua arte como protesto tanto ecológico – quando fala do progresso desvairado na ilha, também coloca sua visão geral – quanto político, cultural e étnico, quando remete as figuras do indígena e do negro na ilha e a sua religiosidade. Como também isso reflete na educação quando reivindica seus direitos quando se sente injustiçado como professor.

Figura 45 – Detalhe do documento onde consta o processo 234.577/70 ao qual se refere.



Fonte: Acervo Arquivo Permanente, 2018.

O professor já estava percebendo seu salário com o nível “22”, e quando chega sua aposentadoria ela reduz seus vencimentos para o nível “19”, isso faz com que sua vida econômica piore, deixando sua saúde mais fragilizada e mais inconformado com essa considerada injustiça. A Figura 45, acima, refere-se aos vencimentos correspondentes ao nível 22, onde podemos nos certificar de que sua aposentadoria é finalizada com o nível abaixo.

Em entrevista a Raimundo Caruso (1981, p. 22) Franklin Cascaes relata que: “sofreu muito como professor, principalmente depois de aposentado, quando seus vencimentos foram cortados pela metade devido às reclassificações”.

Figura 46 – Recorte do documento, requerimento constatando que estava no nível “22”.

FRANKLIN JOAQUIM CASCAES. O servidor em aprego exercia, nesta Escola o cargo de Prof. Ens. Ind. Bás., Nível 19, do QP-PP DO MEC. No ano letivo de 1969, estava lecionando 24 (vinte e quatro) aulas semanais de Desenho, quando se afastou do exercício por motivo de doença. Concedeu as seguintes Licenças para Tratamento de Saúde :- 90 d., de 6/ago/69 a 3/11/69 (art. 98 do Estatuto) - Em Prorrogação : 60 d., de 4/nov/69 a 2/ jan/70 (arts. 98 e 92) - 90 d., de 3/jan/70 a 2/abr/70 (arts. 98 e 92) - 60 d., de 3/abr/70 a 12/jun/70 (arts. 98 e 92) - 90 d., de 2/jun/70 a 30/ago/70 (arts. 98 e 92 de Estatuto) - 60 d., de 31/ago/70 a 29/out/70 (arts. 98 e 92) - 30 d., de 30/out/ a 28/nov/70 (arts. 98 e 92) . Foi aposentado pela Portaria nº 3629, de 27/nov/70, no Sr. Ministro de Estado da Educação e Cultura, com fundamento no art. 176, item II, da Lei nº 1711, de 28/out/52, no cargo de Prof. Ens. Ind., Bás. Código EC-510, do QP-PP de MEC (publ. DOU nº 227, de 2/12/70- pág. 10.276). O referido professor vinha percebendo vencimentos correspondentes ao Nível 22, conforme Guia de Transferência de Proventos nº 22/71, encaminhada (cont.)

Fonte: Acervo Arquivo Permanente, 2018.

Se documentos comprovam verdades, é possível atestar que o professor falava a verdade que percebia o valor correspondente ao nível “22”, foi surpresa ter seus vencimentos reduzidos pela metade como relata. Todas essas questões, tanto de excesso de atividades, de horas de trabalho e sempre achando que estava sendo injusto o salário percebido, sua luta em ter a valorização desejada para suas obras, seu acervo, todas essas consideradas injustiças, vão deixando o professor deprimido. No documento da Figura 46 certificando o seu nível “22” ao qual se refere como de direito para sua aposentadoria.

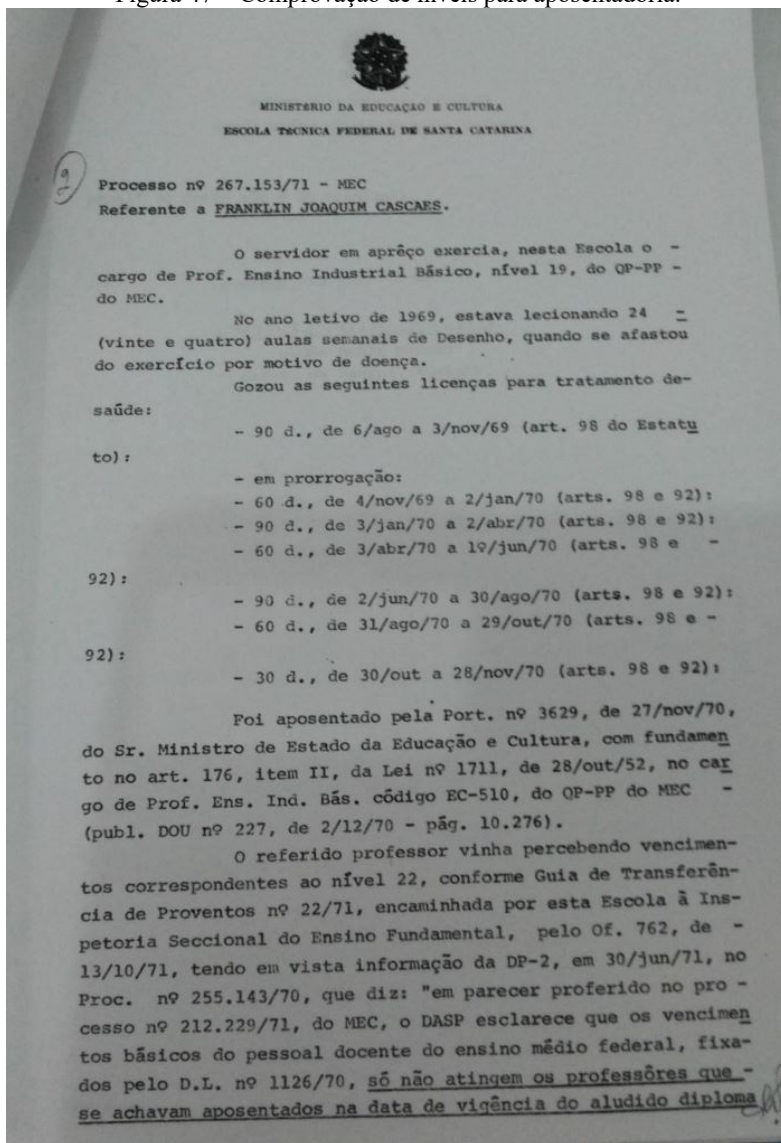
Através da trajetória desses documentos é possível comprovar parte da sua indignação, entendendo que memórias precisam de suportes para se comprovarem, como discorre Meira (2011, p. 9), “conceito de trajetória permite pensar a respeito dos laços entre a vida afetiva e a vida social, entre a liberdade criadora do professor/artista e as exigências sociais”. Em sua solicitação de aposentadoria, onde já constava que havia chegado ao Nível “22” da carreira, mais uma vez a instituição demonstra que houve equívocos ao analisar os cálculos para sua aposentadoria (Figura 47).

Era muito difícil para o professor entender todas essas mudanças de decretos sobre seus proventos, em seu entendimento, ao se aposentar, deveria ser com aquele vencimento de acordo com o nível ao qual estava recebendo em seus últimos salários.

Desgaste e cansaço de uma luta travada por muitos anos levam ao confinamento mental, a um mundo depressivo, pois não tem recursos para tantos compromissos que a sociedade impõe.

Viver nesse ambiente, onde não se tem que pagar impostos (...). Agora, quando abro esta porta, já recebo recados, o imposto de renda, a conta da luz, do gás, do aluguel, que está faltando carne, que está faltando feijão. Aqui nesse quarto não tem nada disso. A feijoada da bruxa não gasta nada”. (CASCAES apud CARUSO, 1981, p. 27).

Figura 47 – Comprovação de níveis para aposentadoria.



Fonte: Acervo Arquivo Permanente, 2018.

Através das muitas memórias, suas memórias, podemos refletir naquilo que Matheus (2011), esclarece acerca das concepções de Candau,

quando defende uma metamemória, falando do indivíduo e de seu passado, assim como uma memória reivindicada, citada por Cascaes em muitos de seus apontamentos e de suas cartas.

O segundo tipo de memória descrito por Joël Candau é a memória propriamente dita. Trata-se da evocação ou recordação voluntária. Ela possui extensões, como os saberes enciclopédicos, as crenças, as sensações e os sentimentos, que se beneficiam da cultura de memória que promove sua expansão em extensões artificiais.

Finalmente, a terceira memória, chamada de metamemória, constitui-se naquela forma de memória reivindicada a partir de uma filiação ostensiva. Esta última diz respeito à construção identitária. É a representação que fazemos das próprias lembranças, o conhecimento que temos delas. (MATHEUS, 2011, p. 303).

Acumulam-se as licenças e os atestados médicos, mas somente alguns estão aqui representados para confirmar esses momentos, que fazem parte da sua angústia e depressão por se sentir justificado em sua dedicação a instituição.

Figura 48 – Solicitação de licença médica.

SR. PRESIDENTE DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ESCOLA
TÉCNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA .-

FRANKLIN JOAQUIM CASCAES
(nome)
Professor do Ensino Industrial Médico, 19
(cargo) (nível)
do Q.F.- P. Permanente da MEC
da ETEPEC comunica que se en-
contra doente em 30/10/70 e solicita sua
sa de saúde.

Florianópolis, 26/10/70

Franklin Joaquim Cascaes

Fonte: Acervo Arquivo Permanente, 2018.

Veja na Figura 48 (página anterior) e Figura 49 (abaixo), com a comprovação de suas licenças médicas.

Figura 49 – Atestado médico (1970).

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA

PASTA -

010

COPIA

Armas da República dos Estados Unidos do Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Escola Técnica Federal de Santa Catarina. (Carimbo) Ministério da Educação e Cultura. Escola / Técnica Federal de Santa Catarina. Protocolo nº 261, de 3/4/70. PRORROGAÇÃO DE LICENÇA de FRANKLIN JOAQUIM CASCAES, / Prof. Ens. Ind. Edsico, nível 19, do Q.P. - P. Permanente do MEE. Residência: Rua: Júlio Moura, 31. ATESTADO MEDICO: - Atesto que examinei Franklin Joaquim Cascaes, no dia 2 de abril de 1970, em Ambulatório S. Mental, às 15 horas, verificando que: o servidor em apreço é portador de doença espiciificada no 314 da nomenclatura internacional, necessitando de afastamento do trabalho por 60 (sessenta) dias. Fpolis, 2 de abril de 1970. (ass) Dr. Mário Cantigão - Presidente, Dr. Antônio Santaella, Dr. J. J. Barreto. Modelo nº 64.*

COPIADO EM: 03.04.70,
POR:

Leirinha Diniz de L. Schiav
Auxiliar de Escritório "C"

CONFERE COM O ORIGINAL:

Luís de Jesus
Encarregada do Pessoal FG-2

Fonte: Acervo Arquivo Permanente, 2018.

Em trecho de uma de suas cartas ele diz que “devido ao acúmulo de trabalho e sempre com o sentido na exatidão de cumprir bem o dever, adoeci e o médico assistente da Escola aconselhou-me que eu procurasse um psiquiatra para me tratar” (FERNANDES, 2007, carta 11-50).

Meira (2013) afirma que Cascaes se via, diante de outros artistas e professores, por não ter tido a formação escolar tradicional, como estando à margem.

Entendendo que memórias precisam de suportes para se comprovarem, a Figura 50 do documento apresenta parte de um requerimento de processo de aposentadoria do professor solicitando seu histórico na instituição.

Assim como no artigo de Gomes e Oliveira (2010) que refletem sobre como salvaguardar essas memórias e seus lugares, juntando vestígios para a coletividade demonstrando não só sua passagem neste mundo como artista, mas que seria desmerecer a arte de ensinar, isto é a função do professor.

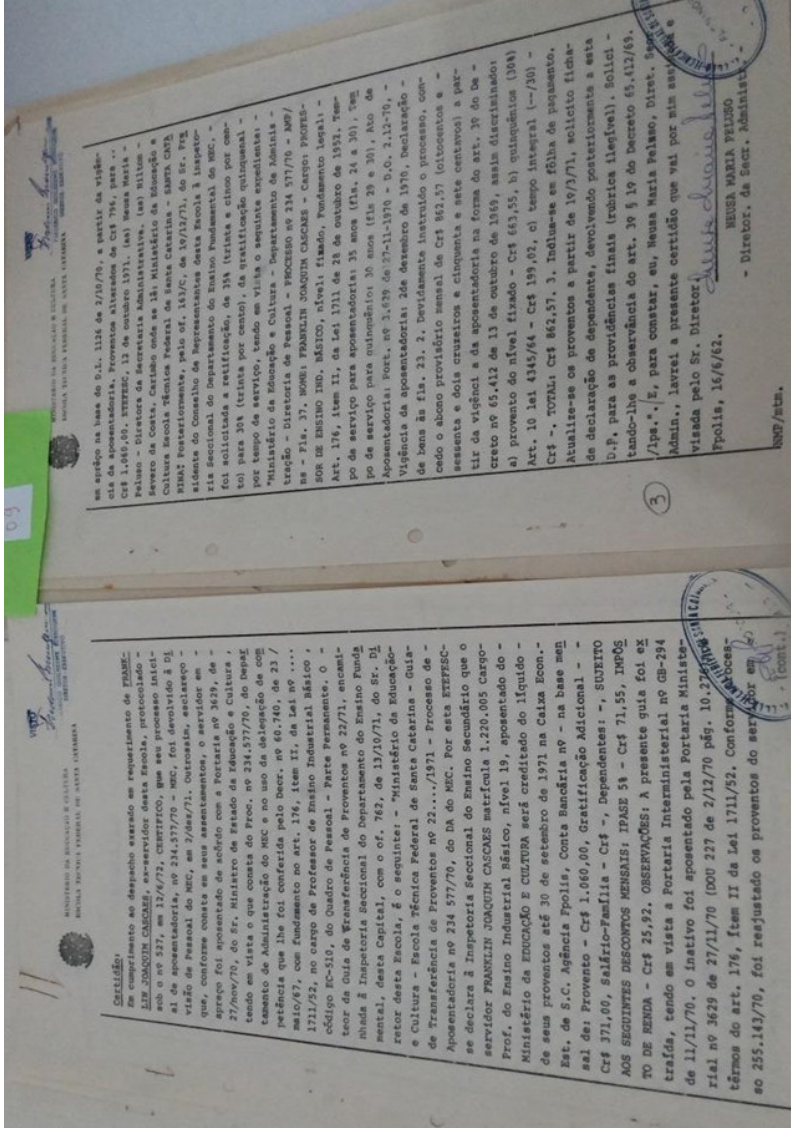
Os lugares de memória nascem do sentimento de que não há memória espontânea. Daí a necessidade de acumular vestígios, testemunhos, documentos sobre o passado, que se tornarão provas e registros daquilo que se foi. Instituições como museus, arquivos e bibliotecas surgem com a finalidade de salvaguardar uma memória que deixou de ser múltipla e coletiva, para se tornar única e sagrada. (GOMES; OLIVEIRA, 2010, p. 42).

Foi por muito tempo referenciado com divisão: um (o artista) o ser fantástico e o outro (o professor) um ser apagado, invisibilizado. No entanto a pessoa Franklin Joaquim Cascaes foi uma só, sua tristeza de ser um pobre professor como assim se referia a sua profissão, também era a mesma com o pobre artista em busca de sua valorização. Na Figura 51 um documento com sua assinatura com endereço, onde consta o nome da cidade como *Florianópolis*, indo contra sua concepção histórica sobre a sua cidade ter um nome vinculado ao tirano como se referia. Esse fato pode ser visto como um indício do cansaço e de sua rendição diante de tantas imposições.

Completando a parte do histórico documental com o registro no Diário Oficial (Figura 52), a Portaria de sua aposentadoria, um pequeno recorte grampeado em uma folha com anotação manuscrita com datas e números do processo, encerrando sua carreira com um pequeno recorte de jornal. Sendo a documentação um suporte informacional que possui

uma intenção, esta passa a ter significado levando a interpretações, como nos coloca Loureiro e Loureiro (2013, p.5): “refletir sobre o objeto musealizado implica em considerar o conceito de *musealização*”.

Figura 50 – Documento de Aposentadoria: Certidão e Histórico.



Fonte: Acervo Arquivo Permanente, 2018.

Figura 51 – Documento de aposentadoria com a classificação de nível “19”.

FRANKLIN JOAQUIM CASCAES, Professor do Ensino Industrial Básico, nível 19, do Quadro de Pessoal/Parte Permanente do MEC, aposentado por Portaria publicada no Diário Oficial da União de vem solicitar a V.Sa. a concessão de seu título definitivo de aposentadoria.

Nestes Termos

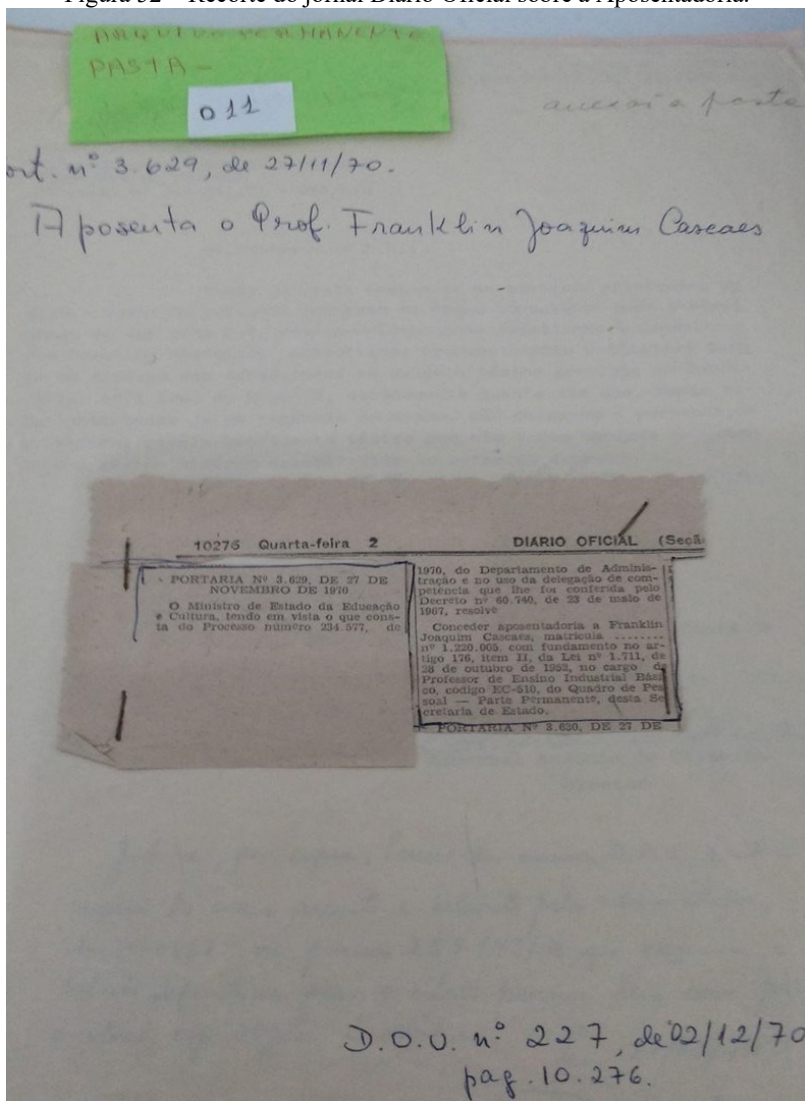
Pede Deferimento

Florianópolis, 16. 7. 70

- Franklin Joaquim Cascaes
FRANKLIN JOAQUIM CASCAES
Rua Júlio Abreu 31
Florianópolis, S. Catarina
Brasil

Fonte: Acervo Arquivo Permanente, 2018.

Figura 52 – Recorte do jornal Diário Oficial sobre a Aposentadoria.



Fonte: Acervo Arquivo Permanente, 2018.

O trabalho sobre o docente se entrelaça ao artista já que, como citado anteriormente, uma pessoa não está desvinculada da outra, professor e artista se mesclam num sentido à pessoa de Franklin Joaquim Cascaes. Segundo Chagas (1996a, p. 45):

Pensando a memória de forma mais ampla e através de uma imagem, poderíamos dizer que os documentos são nucléolos de energia no oceano da memória, são ilhas de sentido construído, e o patrimônio cultural um arquipélago em permanente devir.

A partir de um conjunto de informações sobre o objeto podemos constatar o que a documentação de acervos museológicos representa dentro de um museu. Ela é de vital importância para a pesquisa, pois ela representa o testemunho, a história de vida que deve ser agregada a trajetória do objeto, informações que poderão ser atualizadas, recuperadas, transmitidas e divulgadas cultural e socialmente, tanto nas pesquisas científicas quanto para a sociedade em geral. Pensando na documentação museológica como uma das formas de assegurar os acervos nos museus e sendo a questão mais importante desta pesquisa, encerro este trabalho com a citação de Loureiro (2008, p.24), que defende de que não existe neutralidade nas escolhas, mas que isso não torna a documentação menos importante.

A documentação buscando criar campos possíveis de conectividade entre o conhecimento produzido e a sociedade, não se encontra ao largo dos processos histórico-culturais atravessados pela heterogeneidade e o conflito. A análise dos quadros classificatórios, um a das várias pragmáticas envolvidas no processo documentário, empregados nos diversos setores do conhecimento mostra que a neutralidade não existe, é ingenuidade acreditar na neutralidade. Isso não torna a documentação menos essencial ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e mesmo da arte até porque todas essas áreas enfrentam o mesmo problema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa aborda o processo de musealização e Documentação Museológica dos documentos funcionais do professor Franklin Cascaes encontrados no Memorial do Instituto Federal de Santa Catarina, (MIFSC-CF). Diante do exposto foi formalizado e assegurado os documentos funcionais, sendo a documentação museológica a forma mais segura e adequada na gestão de acervo, de um museu, para que o sistema de informação e documentação museológica utilizado venha sanar as lacunas que são primordiais para essa história e memória desse professor que deixou vinculado à sua criação artística.

Buscamos dar a devida importância ao papel da documentação nos museus, sendo que a documentação de acervos museológicos é uma atividade de natureza prática que pode encontrar apoio em outras áreas como a Biblioteconomia, Arquivologia, a Ciência da Informação e a Informática. A museologia, a arquivologia e a biblioteconomia são áreas vocacionadas para a interdisciplinaridade e estão muito distantes de se constituírem em disciplinas puras. Museus, Arquivos e Bibliotecas tratam de documentação, porém cada um com suas especificidades, existindo diferenças entre acervos arquivístico e acervos museológicos. Destaco a resolução normativa do IBRAM N°2 de 2014¹⁷, que reconhece que os bens culturais de caráter museológico e bens materiais ao serem incorporados aos museus perdem suas funções originais e ganham outros valores simbólicos, artísticos, históricos e/ou culturais, passando a corresponder ao interesse e objetivo de preservação, pesquisa e comunicação de um museu.

Outras questões referentes a normativa são sobre os documentos de arquivos (públicos ou privados) adquiridos pelos museus por meio de doação, legado, depósito, permuta, compra ou comodato devido ao seu valor histórico-cultural, probatório, informativo e de pesquisa que justifiquem sua guarda permanente. O bem cultural de caráter arquivístico demonstra a diferença entre essas funções, sendo que o acervo arquivístico agrega a história arquivística, informação facultativa de referenciais sistematizadas sobre a história da produção e acumulação da unidade de descrição, bem como sobre a sua custódia.

¹⁷ Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto nº8.124, de 17 de outubro de 2013.

Os arquivos devem informar também sobre extravios, sinistros e ocorrências similares de que se tenha notícia, se possível com datas precisas e outras referências, como também a existência e a localização dos originais ou inexistência dos originais de uma unidade constituída por cópias. No caso de documentos originais não existirem ou ser desconhecida a sua localização, havendo assim a necessidade de registrar essas informações. Assim sendo, o processo de documentação faz-se necessário considerando a falta de formalização das cópias sem os originais dos documentos do professor Franklin, no Arquivo do IFSC.

A instituição museológica deve criar uma documentação, sendo possível, a partir daí, traçar um plano de metas para a construção de um sistema documental que atenda às necessidades da instituição. Por exemplo, um museu que restringe sua documentação ao inventário da coleção, provavelmente, não se preocupa com o acesso a essa informação. Portanto o papel da documentação pode ampliar-se, servindo inclusive como fonte de informação para pesquisa, sendo necessário também multiplicar as formas de acesso.

Ao longo dessa discussão pudemos verificar que a construção teórica da documentação não é possível sem passar pela interdisciplinaridade, por uma identificação e também pelos conceitos de unidade que é comum a essas áreas do conhecimento, do documento como bem cultural e sua relação com patrimônio, memória, preservação, comunicação e investigação.

No entanto, é preciso refletir sobre os aspectos teóricos da Museologia, sobre o museu enquanto instituição e sobre a necessidade da documentação museológica, já que é ela quem assegura, disponibiliza com segurança as informações sobre seu acervo, para as pesquisas, e cumpre uma função social desvelando memórias e a história dos objetos.

Em se tratando de Franklin Cascaes pode-se relacionar às bruxarias, mas podemos agregar ao fetiche que envolve sua figura, também a figura do professor. Portanto, os seus documentos tornam-se importantes, partindo do princípio de que não é só a memória de um indivíduo, mas sim de uma memória que pode ser compreendida em um coletivo institucional, revestindo-as de novos significados. Ao musealizar os documentos, houve uma intenção e uma preocupação em não nos ater ao folclorista, artista e sua arte, mas sim às questões sociais que o envolvem, à pessoa real do professor e dos documentos que sintetizam grande parte de sua trajetória docente.

Afinal, uma jornada de quase 36 anos de trabalho, parte de sua vida e sendo o homem a soma de suas memórias, Franklin Joaquim Cascaes não seria completo se lembrado por somente uma. Há, certamente, muitas

pesquisas a serem feitas sobre esses documentos, porém aproveitamos para citar dois pontos relevantes que podem ser tratados. Primeiramente, além dos documentos funcionais, do acervo, constam as fotografias não passaram por uma pesquisa mais aprofundada, ainda que um arrolamento inicial tenha sido realizado, até o momento de finalização da pesquisa, não havia sido formalizada uma documentação museológica sobre elas.

A segunda questão é a conservação e preservação de acervos, que não foram foco desta pesquisa, porém, ao lançarmos o olhar museológico sobre este material percebemos que há campo para pesquisa nesta área. No acervo, conforme figuras 23, 28 e 32, há documentos rasurados com anotações e inclusive com caneta vermelha, porém, além desses documentos, há outros como uma contracapa de uma pasta, onde está escrito com caneta hidrocor azul, a palavra ZORRO. Há também, documentos manuscritos ou impresso em papel de seda de várias cores, que são cópias feitas com o uso de papel carbono e requerem uma conservação e acondicionamento adequado, que só uma conservação preventiva com um profissional da conservação ou um museólogo poderiam realizar. Desta forma, sugerimos, assim como o estudo das fotografias, essa questão como sugestão para futuras pesquisas na área.

Pensando dessa forma e no intuito de salvaguardar esses documentos funcionais do professor Franklin Joaquim Cascaes, foi sugerido ao Vice-Diretor e Coordenador do MIFSC-CF, uma Permuta. Constatando que dentro do princípio da Lei 11.904 de 2009, todo acervo dentro de uma instituição, museus, memoriais e outras instituições afins devem ter seus objetos arrolados e documentados para evitar deterioração ou perdas. A Permuta entre os documentos entre Arquivo Permanente e Memorial MIFSC-CF (incluindo a ficha cadastral, sendo este o único documento com foto do professor), foi solicitada ao responsável pelo Arquivo Permanente, através da Biblioteca da instituição. Acreditamos que esta permuta é uma contribuição da pesquisa para as citadas áreas e futuras investigações, visto que é fundamental que estejam à disposição de pesquisadores, tanto os documentos do acervo do MIFSC-CF quanto os do acervo arquivístico.

Para complementar, esclarecemos que a forma crítica com que foi abordada neste trabalho a instituição IFSC, não se aplica a gestão atual, mas sim, a forma como era administrada no período (assim como às instituições de forma geral), que com tantas opressões burocráticas sufocam os indivíduos considerados diferentes, sejam os gêneros ou as etnias que compõem esse Estado. A instituição atualmente cresceu e se tornou um importante centro acadêmico na formação de profissionais,

sendo a primeira escola técnica do estado catarinense com mais de cem anos de história. Acreditamos, por fim, que essa pesquisa tenha alcançado seu objetivo, contribuindo para os processos museológicos, de preservação, musealização e documentação desses documentos funcionais, abrindo caminho para outras pesquisas, pois tantos objetos e tantos significados não poderiam encerrar-se em um só trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. M; SILVA, E. B. F. Espaços de memória: a função social dos arquivos pessoais. *In: SIMPÓSIO DO GPAS*, 1.; SEMINÁRIO DE SABERES ARQUIVÍSTICOS, 7., 2016, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Even3, 2016. p. 22 - 25. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/gpas/36257-espacos-de-memoria--a-funcao-social-dos-arquivos-pessoais>. Acesso em: 15 fev. 2018.

ARAÚJO, A. M. de. **Mito e magia na arte catarinense**. 1977. Tese (Concurso para Professor Titular) – Universidade do Paraná, Curitiba, 1977.

ARAÚJO, C. A. A. Museologia e Ciência da Informação: diálogos possíveis. **Museologia & interdisciplinaridade**, Brasília, v. 11, n. 4, p. 10-27, maio/jun. 2013.

BARRETO, A. A. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**: Revista da Fundação SEADE, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3-8, out./dez. 1994. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n04/v08n04_01.pdf. Acesso em: 02 abril 2019.

BOTTALLO, M. Diretrizes em documentação museológica. *In: Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010. p. 48-79.

BRADLEY, S. Os objetos têm vida finita? *In: MENDES, Marylka et all (org). Conservação: conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. p. 15-34.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>

BRASIL. Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11904.htm. Acesso em: 12 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm. Acesso em: 12 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/cCIVIL_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRULON, B. Provocando a Museologia: o pensamento geminal de Zbynek Z. Stránský e a escola de Brno. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 403-425, 2017.

BRUNO, C. Formas de humanidade: concepção e desafios da musealização. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 9, n. 9, jun. 2009. Disponível em: <http://revistas.ulufona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/293>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CARUSO, R. **Franklin Cascaes**: vida e arte, e a colonização açoriana. Florianópolis: Editora UFSC. 1981.

CERAVOLO, S.M.; TÁLAMO, M.F.G.M. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.10. p. 241-253, dez. 2000.

CHAGAS, M. S. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação *In: Museália*. Rio de janeiro: Editora JC. 1996a. p. 37-52.

CHAGAS, M. S. No museu com a turma do Charlie Brown. *In: Museália*. Rio de janeiro: Editora JC. 1996b. p. 53-66.

CHAGAS, M. S. Cultura, Patrimônio e Memória. *In: Integrar - Congresso Internacional de Arquivos Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus*, 1., 2002, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 135-150.

CHAUÍ, M. A memória. *In: CHAUÍ, M. Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000. p. 158-164.

FERNANDES, A. B. D.. **Franklin Cascaes por correspondência**. 2007. TCC (Graduação em Curso de Letras Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://sites.google.com/site/raizonline/analisediscurso/franklin-cascaes>. Acesso em: 12 ago. 2018.

FERREIRA, J; AMARAL, A. Memória eletrônica e desterritorialização. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 3, n. 4, p. 137-166, abr. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2004>. Acesso em: 12 ago. 2018.

FERREZ, H. D. Documentação Museológica: Teoria para uma Boa Prática. *In: FÓRUM DE MUSEOLOGIA DO NORDESTE*, 4, Recife, out. 1991. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/documentacao-museologica-helena-dodd-ferrez.html>. Acesso em: 12 ago. 2018.

FREITAS, P. de. **A presença do negro nas esculturas de Franklin Cascaes**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes/MINC/IPHAN/SC, 1996.

GHIZONI, V. R. **Conservação de acervos museológicos**: estudo sobre as esculturas em argila policromada de Franklin Joaquim Cascaes. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PósARQ – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, A. O.; OLIVEIRA, A. A. R. A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico. **Revista Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 42-55, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewArticle/136>. Acesso em: 12 ago. 2018.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

JULIÃO, L. Pesquisa histórica no museu. *In*: **Caderno de Diretrizes Museológicas 1**. 2.ed. Brasília: Ministério da Cultura, IPHAN, Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. p. 93-105.

KARNAL, L; TATSCH; F. G. A Memória Evanescente. *In*: PINSKY, C.B; LUCA, T.R. de (orgs). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009. p. 9-27.

KRÜGER, A. C. **Fragmentos de uma coleção**: as obras de arte em papel de Franklin Joaquim Cascaes. 2011. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Centro de Artes, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

KRÜGER, A. C. **Museu e informação em arte na perspectiva de patrimônio e memória em coleções de Hassis e Cascaes, na cidade de Florianópolis, Santa Catarina**. 2016. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de

Janeiro, MAST, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/UNIRIO0001-T.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

KRÜGER, A. C.; MAKOWIECKY, S. A representação da mulher na obra de Franklin Joaquim Cascaes: possíveis leituras. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: DIÁSPORAS, DIVERSIDADE, DESLOCAMENTOS, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos do Fazendo Gênero 9**. Florianópolis: UFSC, 2010. v. 1, p. 1 - 10. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1297306999_ARQ_UIVO_artigo_Kruger_Makowiecky_fev_2011.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.

LARA FILHO, D. Museu, objeto e informação. **Transinformação** [online], Campinas, n. 21, v. 2, p. 163-169, maio./ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v21n2/06.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

LOUREIRO M. L. N. M. Musealização e cultura material da Ciência & Tecnologia. **Museologia e Patrimônio**: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio | MAST, Rio de Janeiro, v.8, n. 2, p. 9-28, 2015.

LOUSADA, M. A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 63-78, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v5.n1-2.2012.1724>. Acesso em: 16 set. 2018.

MARTINS, A.; SERAFIM, A. J. B. ; THOMAS, A. A. D. O “olhar museológico” de Franklin Cascaes. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis: UFSC, v. 10, n.1, p. 117-126, 2016.

MATHEUS, L. Memória e identidade segundo Candau. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 302-306, dez. 2011.

MEIRA, D. A. **Rompendo silêncios**: a trajetória do professor Franklin Cascaes na Escola Industrial de Florianópolis (1941-1970). 2009.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MEIRA, D. A. A Trajetória do Professor/Artista Franklin Cascaes: Notas de uma Pesquisa. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais[...]**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 1-13. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300921573_ARQUIVO_anpuh.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.

MEIRA, D. A. **O guarda cultura Franklin Joaquim Cascaes: o outsider/estabelecido**. 2013. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://dspace.mackenzie.br/handle/10899/13463>. Acesso em: 12 ago. 2018.

MICHELMANN, A. C. **Franklin Cascaes, a divulgação turística em Florianópolis e a invenção da "ilha da magia"**. 2017. TCC (Graduação em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/174733>. Acesso em: 20 set. 2018.

NASCIMENTO, D. S. do; FREIRE, G. H. A. Os Caminhos da Ciência da Informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 29-38, 2014. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/17173/11098>. Acesso em: 16 set. 2018.

NASCIMENTO, R. Documentação Museológica e Comunicação. **Cadernos de Sociomuseologia**, [s.l.], v. 3, n. 3, p. 31-39, maio 1994. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/305>. Acesso em: 12 fev. 2018.

NASCIMENTO, R. **Sistema de numeração**: texto de apoio para o seminário FCH 337 - Classificação e documentação. Curso de Museologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. 2004/2005. Disponível em:

http://museologia.mestrados.ulusofona.pt/textosapoio_rosana.htm.
Acesso em: 21 out. 2019.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares.
Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PADILHA, R. C. **Documentação museológica e gestão de acervo.** Florianópolis: FCC, 2014. 71 p. (Coleção Estudos Museológicos, v. 2).

PILAR, C. R. **A fotografia como objeto museológico:** o processo de musealização dos registros fotográficos da Coleção Professora Elizabeth Pavan Cascaes. 2016. TCC (Graduação em Museologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/168780>. Acesso em: 20 set. 2018.

SCHMIDT, C. M. S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico:** concepções, trajetórias, contextualizações. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2012.

SMIT, J. W. A documentação e suas diversas abordagens *In*: GRANATO, M.; SANTOS, C. P.; LOUREIRO, M. L. N. M. (Org.). **Museu de Astronomia e Ciências Afins-MAST Documentação em Museus.** v.10. Rio de Janeiro: MAST Colloquia, 2008. p. 11-22. Disponível em: http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_10.pdf. Acesso em: Acesso em: 20 ago. 2018.

SOUZA, R. F. Thesaurus como linguagem de representação da informação. *In*: GRANATO, M.; SANTOS, C. P.; LOUREIRO, M. L. N. M. (Org.). **Museu de Astronomia e Ciências Afins-MAST Documentação em Museus.** v.10. Rio de Janeiro: MAST Colloquia, 2008. p. 115-125. Disponível em:
http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_10.pdf. Acesso em: Acesso em: 20 ago. 2018.

TANUS, G. F. S. C; RENAU, L. V.; ARAÚJO, C. A. Á. O conceito de documento em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 158-174, jul./dez. 2012.

TOMITCH, L. M. B; TUMOLO, C. H. S. **Pesquisa em letras estrangeiras** -Florianópolis: LLE/CCE/UFSC, 2014.

VENTURA, C. A **tecnologia e os sistemas da informação em espaços museológicos**: o Docmusa como suporte para a documentação. 2015. TCC (Graduação em Museologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/134317>. Acesso em: 12 fev. 2018.

YASSUDA, S. N. **Documentação museológica**: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pós-Graduação em Ciência da Informação. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2009.

Universidade Federal de
Santa Catarina
Curso de Museologia

Campus Universitário
Trindade
Ilha de Santa Catarina-
SC

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Museologia, Coordenadoria
Especial de Museologia, do Centro de Filosofia
e Ciências Humanas da Universidade Federal
de Santa Catarina, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel no Curso de
Museologia.

Orientadora: Renata Cardozo Padilha

Ilha de Santa Catarina, 2019